



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**O Instituto Cultural do Cariri e o
centenário do Crato:**
Memória, escrita da história e
representações da cidade

José Italo Bezerra Viana

Fortaleza
Junho, 2011.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**O Instituto Cultural do Cariri e o
centenário do Crato:
Memória, escrita da história e
representações da cidade**

José Italo Bezerra Viana

**Antonio Gilberto Ramos Nogueira
Orientador**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social.

**Fortaleza
Junho, 2011.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**O Instituto Cultural do Cariri e o
centenário do Crato:
Memória, escrita da história e
representações da cidade**

José Italo Bezerra Viana

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos professores:

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira – UFC
(Orientador)

Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira – UNESP

Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes - UFC

**Fortaleza
Junho, 2011.**

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

V667i

Viana, José Italo Bezerra.

O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato [manuscrito]: memória, escrita da história e representações da cidade / por José Italo Bezerra Viana. – 2011.

183f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 13/06/2011.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

Inclui bibliografia.

1-INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI. 2-CRATO(CE) – COMEMORAÇÕES DE CENTENÁRIOS,ETC. 3-CRATO(CE) – VIDA INTELLECTUAL. I-Nogueira, Antonio Gilberto Ramos, orientador. II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História. III-Título.

CDD(22ª ed.) 981.31

82/11

Aos amores de minha vida: minha mãe,
Claudenir; minhas irmãs, Claudiany e
Shara; meus sobrinhos, Emanuely e
Nícolas.
À Maruza.

AGRADECIMENTOS

Essa é, sem dúvida, a parte mais difícil de todo o trabalho. Não porque eu não tenha a quem agradecer, mas pela possibilidade de cometer a falta de não incluir aqui nomes de pessoas que demonstraram tanto afeto, respeito e admiração. Aos que não passaram ao papel, saibam que da memória jamais sairão.

Começo agradecendo ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira, por compartilhar comigo as questões, dúvidas e problemas dessa dissertação. Agradeço pela generosidade, estímulo, interesse e confiança em mim e no meu trabalho. Pela paciência de suportar minha prolixidade e por ter permitido, com respeito, que meu tempo interno fluísse naturalmente. Agradeço, enfim, a alegria de trabalharmos juntos.

Ao Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes, por todas as leituras atentas e criteriosas deste trabalho. Sou grato por sua participação na banca de defesa e pelas valiosas considerações ao texto da qualificação, bem como o da disciplina de Cultura e Cidade. Suas críticas foram fundamentais para o aprumo da pesquisa. Agradeço ainda pelas conversas bem-humoradas que surgiram na viagem entre Fortaleza e Crato e aquelas que se davam nos corredores da Universidade.

À Prof^a. Dr^a. Ivone Cordeiro Barbosa, que me ofereceu, também durante o exame de qualificação, importantes sugestões e críticas que me permitiram reelaborar a escrita do texto.

Ao Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira, agradeço a gentileza de aceitar o convite para compor a banca de defesa e por fazer parte de um dos momentos mais importantes de minha vida acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social, pelos diálogos e aprendizados durante o curso.

Aos colegas de turma, especialmente Anna Carmem, Paulo César, Dhenis, Gustavo e Dércio, pessoas que me fizeram rir bastante e esquecer, um pouco, os problemas que surgiam com tanta insistência no primeiro ano do mestrado. Tenho um carinho especial por colegas que se tornaram grandes e

queridas amigas: Sandra Nancy, além das caronas, tornou o mestrado muito mais sofisticado, leve e divertido; Priscilla foi a companheira fiel de tantas e cansativas jornadas, mas também de muitas alegrias; à Marise sou grato pelas inúmeras e variadas conversas, principalmente aquelas iniciadas antes do pôr-do-sol, quando andávamos pelo mundo para exercer nossa profissão; Juliana, pelas longas conversas ao telefone, pelas andanças nas ruas de Fortaleza e, principalmente, por ter me ajudado no momento mais decisivo desse trabalho. Se não fosse pelo seu apoio, essa dissertação, literalmente, não teria sido escrita. A vocês meninas, esses agradecimentos não expressam, por inteiro, o quanto seus gestos de atenção e delicadeza foram importantes para mim.

Aos colegas de minha “outra” turma do mestrado: Bárbara, Cícera, Laércio, Renata, Roberta e Val. Grato por me tornar um dos seus.

À Luciana Moura, amiga querida, historiadora exemplar, que tão gentilmente leu meu inventário de fontes. Sua participação foi essencial para ajudar a definir o objeto de pesquisa.

Saindo de Fortaleza e indo para o Crato, devo expressar minha gratidão por pessoas que estiveram presentes na realização desse trabalho.

À Sonia Meneses, professa da graduação, pela confiança demonstrada quando me convidou para participar do projeto de iniciação científica que me fez entrar, de uma vez por todas, nos caminhos de Clio. A amizade que surgiu ao longo do tempo só fez aumentar a minha consideração, respeito e carinho.

Com Jane Semeão, também minha professora na graduação, tenho enormes dívidas de gratidão. Agradeço por todo o apoio, do financeiro ao moral. Obrigado pelos incentivos, pelas palavras de carinho e pela amizade que nos vem unindo com o passar dos anos. Meu sincero agradecimento por tudo.

À Otonite Cortez, fonte de apoio intelectual e afetivo que com imensa generosidade emprestou-me sua coleção de livros e revistas do I.C.C., além de outros materiais que me serviram como fonte de pesquisa. Grato por merecer sua confiança.

À Adriana, Sara e Ossian, por terem se colocado à disposição para me ajudar a construir esse trabalho.

Ao Grupo de Estudo em História Social, da Universidade Regional do Cariri, lugar de reflexão e conhecimento que foi de extrema importância em minha formação de historiador.

À minha mãe, Claudenir, por ter me dado a vida e acreditado nos meus sonhos. Grato por ter compreendido minha ausência da vida familiar.

À Claudiany e Shara, irmãs dedicadas e amorosas que torcem por mim.

À Emanuely e Nícolas, por trazerem mais luz aos meus dias.

À Maruza, pelo amor. Por causar um constante sorriso em minha alma e ter o poder de, passados vários anos, me desarrumar o espírito.

A Antonio Araújo, por demonstrar carinho e admiração.

À Patrícia Alcântara (Recife-PE) e Magna Guedes (Ouro Preto-MG), pela acolhida e recepção calorosa quando eu andava por aí a divulgar essa pesquisa.

À Amanda Teixeira e Simone Pereira, que compartilharam comigo os mesmos interesses. Que bom que deu certo para todos nós.

Aos amigos de luta e de vida Rafaella Florêncio e Alex Alves, pela sinceridade de nossa amizade e pela alegria e irmandade que nos une.

A João e Ricardo, responsáveis pelos momentos de diversão fora da academia. Por terem acreditado que eu conseguiria fazer “esse negócio”.

À Daniele Alves, pela paciência de ouvir minhas “choradeiras”. Por ter lido parte do texto antes mesmo do exame de qualificação, chamando minha atenção para uma escrita mais objetiva e sem grandes “quebras”. Danne, tem um pouco de você aqui.

Ao amigo Jucieldo Alexandre, que acredita, ingenuamente, que os anos me reservam uma cadeira no I.C.C. Agradeço pela generosidade e por ter compartilhado comigo todo o processo de produção desse trabalho, desde o projeto de pesquisa. Suas observações e palavras de incentivo foram muito importantes.

À Edianne Nobre, amiga talentosa que me incentiva com carinho desde o começo da jornada.

À Tânia Peixoto, do Departamento Histórico Diocesano Pe. Antonio Gomes de Araújo, por todo carinho e apoio.

À Gertrude Sales, por ser tão prestativa e simpática quando das minhas tardes na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Aos funcionários da Câmara de Vereadores do Crato, pela gentileza com que me receberam.

A Waldemar Arraes, Huberto Cabral, Manuel Patrício de Aquino, Oswaldo Alves de Souza e Raimundo de Oliveira Borges (*in memoriam*). Agradeço por terem dividido comigo as histórias do Crato e do I.C.C.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa. Sem a bolsa de estudos, o desenvolvimento do trabalho teria sido bem mais penoso.

A Deus, pela coragem e força de seguir em frente.

“Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, importa analisar como ela funciona nessa sociedade”.
(Michel de Certeau)

RESUMO

As representações do passado, a escrita da história e a construção de uma memória histórica para a cidade do Crato são objetos de análise dessa dissertação. A partir das comemorações do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, em 1953, houve um esforço de construção de uma história local que servisse para glorificar o passado do Crato. A criação do Instituto Cultural do Cariri, nesse contexto, contribuiu para a produção de uma historiografia assentada num inventário de lembranças que, articulando presente, passado e futuro, procurava naturalizar a ideia de superioridade do Crato em relação às demais cidades da região do Cariri. As comemorações do centenário, por sua vez, buscaram criar uma identidade social coesa para uma cidade que procurava se definir como civilizada e moderna. Nesse sentido, esse trabalho analisa como as representações do passado construídas pelos membros do Instituto Cultural do Cariri em livros de história, artigos de jornais e revistas, trataram de estabelecer os marcos históricos do passado do Crato na tentativa de singularizar sua trajetória no tempo.

Palavras-chave: representações, escrita da história, memória, Crato.

RÉSUMÉ

Les représentations du passé, l'écriture de l'histoire et la construction d'une mémoire historique de la ville de Crato sont des objets d'étude dans cette dissertation. À partir des célébrations du centenaire de l'élévation au statut de ville Crato, en 1953, il y a eu un effort pour construire une histoire locale qui pourrait servir à glorifier le passé du Crato. La création de l'Institut Culturel du Cariri, dans ce contexte, contribue à la production d'une historiographie déterminée dans un inventaire de souvenirs, reliant passé, présent et futur, cherchant devenir naturel l'idée de supériorité de Crato par rapport à d'autres villes du Cariri. Les célébrations du centenaire ont donc cherché à créer une identité sociale cohérente à une ville qui cherchait à se définir comme civilisée et moderne. Ainsi, cette étude examine comment les représentations du passé construites par les membres de l'Institut Culturel du Cariri dans des livres d'histoire, articles de journaux et magazines, ont essayé d'établir les repères historiques du passé du Crato dans une tentative de distinguer sa trajectoire dans le temps.

Mots-clés: représentations, écriture de l'histoire, mémoire, Crato.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do primeiro número da revista Itaytera -----	54
Figura 2 - Planta do Pavilhão da Feira de Amostras -----	103
Figura 3 - Armas do município do Crato -----	124
Figura 4 - Cartaz do 1º centenário da cidade do Crato -----	127
Figura 5 - Selo do centenário da cidade do Crato -----	129
Figura 6 - Anuncio publicitário da Sapataria Azteca -----	131
Quadro 1 – Programação Geral dos Festejos do Centenário -----	109
Quadro 2 – Programação do dia 17/10/1953 -----	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 – CRIAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI E A ELABORAÇÃO DE DISCURSOS SOBRE O PASSADO DO CRATO.....	35
1.1 – O MOMENTO INAUGURAL DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI: PROJETO E MISSÃO.....	37
1.2 – A REVISTA <i>ITAYTERA</i> E A “TENDÊNCIA ARDOROSA DE CRATIZAR O CARIRI”	52
1.3 – OS HISTORIADORES DO ICC: EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E TRAJETÓRIAS POLÍTICA E INTELLECTUAL	64
1.3.1 – “Sobre o esculápio projetou-se o historiador”: Irineu Pinheiro	66
1.3.2 – Um “escafandrista no mar ignoto dos arquivos.” Padre Antonio Gomes de Araújo.....	73
1.3.3 – J. de Figueiredo Filho e “o saber histórico servido no cálice de cristal da eloquência convincente”.....	83
2 – CONSTRUINDO E FESTEJANDO MEMÓRIAS: O ICC NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA CIDADE DO CRATO.....	92
2.1 – A COMISSÃO DO CENTENÁRIO E O PROGRAMA DOS FESTEJOS	94
2.2 – A “ALMA DO POVO NOS FESTEJOS DO CENTENÁRIO”	112
2.3 – A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO: EM BUSCA DE MARCOS DEFINIDORES PARA UMA IDENTIDADE CRATENSE.....	121
3 – CONSTRUINDO COM OS FIOS DO PASSADO O PRESENTE E O FUTURO DO CRATO	138
3.1 – OS DISCURSOS SOBRE “OS DIAS DE GLÓRIA E DE MARTÍRIO DA JORNADA DE MAIO” DE 1817.....	140
3.2 – IMAGENS URBANAS E REPRESENTAÇÕES DA VIDA SOCIAL	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
FONTES.....	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178

INTRODUÇÃO

Segunda-feira, 17 de Outubro de 1853. No Palácio do Governo do Ceará, o então presidente da província, Joaquim Vilella de Castro Tavares sancionou a resolução nº 623, elevando a Vila do Crato à categoria de cidade. O então secretário da província, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, foi encarregado de mandar imprimir, publicar e fazer correr a notícia de que a primeira cidade do Cariri cearense tinha sido criada naquela data. Em ordem cronológica, era a quinta cidade da província do Ceará, precedida por Fortaleza (1823), Sobral (1841), Icó e Aracati (1842).

Sábado, 17 de Outubro de 1953. Do amanhecer ao pôr-do-sol, entrando pela noite e varando a madrugada, comemorava-se efusivamente o centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Naquele dia, o que se dizia pelas ruas do Crato era que o momento celebrava um passado “coroadado de êxitos”, que perpetuava a herança de progresso e “adiantamento” cultural e material daquela que, supostamente, seria uma das mais importantes e de “mais relevante progresso” entre todas as cidades cearenses.

Situado na região sul do Estado do Ceará, na microrregião do Cariri, o município do Crato tinha, à época do centenário, uma população estimada em 57.000 habitantes. Na sede do município, praças ajardinadas, escolas, instituições recreativas e religiosas, hospitais, cadeia, entre outras, compunham a rede de controle e reprodução social. Estabelecimentos comerciais e cooperativas de crédito completavam o conjunto urbano.

Durante a comemoração, os organizadores dos festejos queriam imprimir aos moradores e visitantes do Crato uma imagem de cidade *naturalmente* próspera. A euforia comemorativa desses organizadores não cansava de apresentar um conjunto de indícios que, por suposição, atestavam um “adiantamento” da cidade a partir da década de 1850. Esses indícios, quais sejam, construções de “sobradões ostentosos” semelhantes aos de Recife – considerado no Crato, do século XIX, como o paradigma do *progresso* e da *civilização* – a abertura de casas comerciais, a construção do cemitério, do mercado público, a fundação da imprensa local (com o jornal *O Araripe*, em 1855), teriam feito o Crato “despontar para a civilização”. Com a elevação à

categoria de cidade acreditava-se que, enfim, o Crato teria entrado em “nova fase de progresso”, uma fase que foi lida como o momento de “moralização” da cidade, onde novos hábitos teriam feito florescer “uma sociedade requintada em comparação com a vida mais tosca doutros locais”.¹

Por outro lado, enfatizava-se com orgulho que o Crato era uma cidade que teria feito “história na história do Brasil”. Discursos e práticas tentavam fazer com que os sujeitos presentes nas comemorações do centenário se reconhecessem no passado e, assim, criassem uma memória histórica que fosse geradora de um sentimento de identificação. Buscou-se, dessa forma, criar uma noção de continuidade histórica, pela certeza de que determinados fatos do passado, e suas pretensas lições morais e sociais, prenunciavam a existência de uma identidade comum aos cratenses.

À testa dessa construção discursiva esteve um grupo que compareceu, em grande parte, como organizador dos festejos do centenário. No encerramento da festa, fazendo parte do programa comemorativo, esse grupo instalou o Instituto Cultural do Cariri (ICC). Destarte, foi no bojo das comemorações do primeiro centenário da cidade do Crato que houve um maior esforço de se debruçar sobre o seu passado, convocando os “grandes homens” e seus “feitos gloriosos” a integrarem o quadro de referências simbólicas capazes de construir uma identidade cratense.

É certo que em meados do século XIX foram construídas narrativas históricas sobre o Cariri,² mas foi a partir das comemorações do Centenário que intensificou-se a construção de uma história que servisse para glorificar o passado do Crato, destacando uma *natural* posição de vanguarda dessa cidade.

Com efeito, a historiografia produzida a partir desse momento construiu uma visão de história local justificada num caráter heróico do cratense, cujos “lances de patriotismo” teriam ajudado a construir a nação. O propósito que se

¹ FIGUEIREDO FILHO, J de. *História do Cariri*. Vol.IV. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p, 51.

² Refiro-me aos *Apontamentos para a História do Cariri*, do jornalista João Brígido dos Santos, que divulgou através do jornal *Diário de Pernambuco*, em 1861, uma série de artigos que davam conta da história da região do Cariri entre o período da colonização, no começo do século XVIII, até meados do século XIX. Ver: BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a história do Cariri*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007. [fac-similar]

revelava com essa visão de história era o de congregar toda a sociedade, criando valores comuns e legítimos que fossem capazes de promover, até onde era conveniente, a unidade social e o progresso local. Desse ângulo de visão, a história do Crato espelhava o caráter de um povo destemido que teria edificado sua própria grandeza ao longo do tempo. Ademais, é bom destacar que no entendimento dos membros do ICC a história tinha um valor pedagógico e, nesse sentido, os acontecimentos do passado deveriam servir de *lições*.

Para cumprir esse papel pedagógico, os escritores do ICC elegeram um episódio para ser considerado como responsável por projetar o Crato às páginas da história: a *Revolução Pernambucana de 1817*. Essa revolta foi tida como “prova” cabal do “espírito libertário da gente cratense”.³ Falou-se também da participação dos cratenses na Independência do Brasil (1822), na expedição contra as tropas de Fidié no Maranhão e no Piauí (1823), na Confederação do Equador (1824) e na luta entre os liberais cratenses e os partidários da restauração, da cidade de Jardim, capitaneados por Joaquim Pinto Madeira, em 1831. Apesar da participação nesses outros movimentos, os historiadores do ICC acreditavam que o acontecimento fundador do Crato na história teria sido 1817, daí que todos os outros movimentos que a ele se seguissem teriam apenas reverberado seu ideal.

Por essa leitura, o ICC reuniu pessoas desejosas de construir uma identidade social em que fossem ressaltadas as qualidades de bravura, ousadia, iniciativa e espírito liberal que, imaginava-se, teriam colocado o Crato *desde sempre* na senda do progresso e da civilização. Dessa forma, a história ali produzida além de oferecer um passado comum, povoado de “heróis” e acontecimentos gloriosos, legitimava esse passado como momento de “origem” da identidade cratense. Ademais, o ICC se colocava como o responsável pela “continuidade” de uma tradição de pioneirismo político, material e cultural do Crato.

Com estas breves referências, desejo destacar os vínculos do ICC com a construção de um passado e de uma memória histórica para o Crato. Neste trabalho, tento demonstrar como tal grupo elegeu, num momento de

³ Jornal *A Ação*, 18/01/1969. p, 06.

celebração, um acontecimento histórico e determinados personagens para serem lembrados e inscritos na memória como exemplos de virtudes morais e cívicas.

As questões que atravessam essa dissertação foram sendo construídas ao longo do contato que estabeleci com a produção do Instituto Cultural do Cariri. Desde o ano de 2006, ainda na graduação e por ocasião de minha participação num projeto de iniciação científica, tenho lidado com os escritos produzidos pelos sócios do ICC. Naquele momento, eu desenvolvia uma pesquisa que tentava compreender o papel da imprensa local (num recorte temporal que abrangia a segunda metade do século XX) na construção de discursos e práticas sociais que alimentavam as rivalidades entre as vizinhas cidades de Crato e Juazeiro do Norte, onde essa era representada como “cidade da fé” e aquela como “cidade da cultura”.

Seguindo as indicações da historiadora Otonite Cortez⁴ – que analisou o movimento de construção do Crato como “cidade da cultura” –, a pesquisa partia do pressuposto de que tais rivalidades tinham origem nos chamados “fenômenos extraordinários” ocorridos em Juazeiro, quando a hóstia ministrada pelo Padre Cícero Romão Batista teria se transformado em sangue na boca da Beata Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo.⁵ Sendo assim, a intenção daquela pesquisa era ver como, passado mais de meio século da questão religiosa de Juazeiro, os discursos de representação das duas cidades continuavam a desencadear rivalidades entre seus moradores.

A leitura do farto material empírico permitiu o desenvolvimento da pesquisa com algum aproveitamento, mas, por questões diversas, o projeto não teve continuidade. Depois de algum tempo, voltei aos arquivos da cidade do Crato em busca de material que me pudesse sugerir algumas questões para pesquisa. Retomei a leitura dos jornais e fui percebendo, pouco a pouco, a recorrência de textos que enalteciam o passado do Crato e o colocavam como orientador de futuros possíveis para modernidade local. Chamava a minha atenção o fato de que os discursos desse passado glorioso se referiam a um

⁴ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵ Entre tantos estudos que se debruçaram sobre a questão, vale a pena ver aquele que foi escrito por DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

tempo – primeira metade do século XIX – em que ainda não existia a cidade de Juazeiro do Norte, portanto, quando a proeminência política e econômica do Crato era inquestionável.

Isso, para mim, era significativo porque demonstrava o esforço dos produtores desses discursos em sublinhar uma superioridade do Crato, sobretudo num momento – segunda metade do século XX – em que Juazeiro do Norte crescia econômica e demograficamente a passos largos. Nesse processo de comparação e contraste, costumava-se dizer que o Crato tinha tradições gloriosas e famílias nobres ligadas a terra pelo nascimento, diferente de Juazeiro que, supostamente, crescia à custa de “embustes” e era povoada por “forasteiros”.

Um ponto me parecia claro: com a perda da hegemonia política e econômica, só restava ao Crato o passado, dito histórico, como referência. Nesse sentido, a história foi convocada para atestar a superioridade do Crato em relação ao Juazeiro. Sendo assim, as representações envolvidas nesse processo de explicação e identificação das duas cidades remetiam a outros temas que, historicamente, formaram pares opostos: progresso/atraso; moderno/arcaico; civilizado/incivilizado; urbano/rural; etc.

Tendo essas questões em mente, eu precisava dar encaminhamento a uma pesquisa. Decidi, então, analisar como os discursos de um passado glorioso buscavam construir para o Crato uma imagem de cidade *desde* sempre “adiantada” – e aqui eu faço a observação de que essa é uma palavra recorrente nos textos que analisei –; enfim, como se queria criar uma modernidade urbana numa cidade tradicionalmente rural e com forte identidade regional apoiada no campo.

Foi pensando nessa questão que elaborei o projeto de pesquisa para o mestrado. O objetivo central seria analisar as representações do espaço urbano a partir das concepções de modernidade e progresso. Mais especificamente, eu buscava compreender de que forma se tentava construir para o Crato uma imagem de cidade moderna, num momento em que a sociedade brasileira passava por um acelerado processo de mudança, dos

quais eram mais representativos a industrialização e urbanização, na década de 1950.⁶

Com esse projeto fui aprovado na seleção do mestrado. No entanto, as discussões com os colegas de turma e as conversas com o orientador ajudaram a redefinir o foco da análise. A partir de então, mais do que se voltar para os discursos de representação sobre a modernidade urbana do Crato, esse trabalho se propõe a pensar as seguintes questões: Qual o papel da comemoração do centenário na construção de uma memória histórica? O que significou a elaboração de uma historiografia para o Crato a partir dessa comemoração? De qual passado falava essa historiografia? Porque esse e não *outro* passado? Que concepção de história orientou esses escritos? Quem eram os escritores e de que lugar social eles falavam?

Partindo de tais questionamentos, a preocupação desse trabalho volta-se, insistentemente, para compreender as representações construídas dentro do ICC que buscavam conferir à cidade do Crato uma história cuja sacralidade vinha da evocação de um passado dito glorioso, capaz de projetar um futuro à altura das aspirações do presente.

Um olhar atento sobre esses discursos de representação é sugerido por Roger Chartier, para quem as representações sociais respondem aos interesses dos grupos que as elaboram. O historiador francês ensina que, na sua dimensão simbólica, as representações visam construir, para os grupos que as forjam, um mundo social tal como eles gostariam que fosse. Nesse sentido, o ICC elaborou visões de passado e projetos de futuro que poderiam ser ou não acolhidos, mas que os seus sócios consideravam úteis para o Crato e para o Cariri de meados do século XX.

Construindo o passado como história, suas representações acabavam por gerar matrizes discursivas que davam força à necessidade de materialização das propostas. Sendo assim, acrescenta Chartier, as representações nunca são discursos neutros, pois elas atuam no sentido de

⁶ Os ideais de modernização, mudança social e desenvolvimento foram marcantes da década de 1950. Procurando estabelecer relações entre passado, presente e futuro da história do país, esses ideais ganharam expressão nos planos cultural, político e econômico, mas não sem conflitos entre valores, práticas e interpretações dos diferentes grupos da sociedade. Sobre essa questão, ver: BOTELHO, André [et al]. *O Moderno em Questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

“legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.⁷

Chartier chama atenção ainda para as tensões que existem em torno das representações sociais. O que está em jogo, diz ele, é a capacidade de elaborá-las e impô-las ao coletivo como um sentido consensual, gerando um sentimento de unidade e identidade. O que Chartier quer dizer com isso é que o historiador deve estar atento às “lutas de representações”, porque elas geram diferentes “apropriações”.⁸

Cumpra deixar claro que neste trabalho estou dando destaque às representações produzidas a partir de um *lugar social*,⁹ mas isso não quer dizer que não eu não reconheça as diversas possibilidades de “apropriação” desses discursos de representação sobre o passado do Crato. No entanto, ao trabalhar aqui com essa noção penso que a pesquisa tomaria outros rumos.

Para encaminhar a discussão, observo que foi no cruzamento dessas práticas e representações produzidas no ICC que me deparei com a tentativa de produção de uma identidade cratense.

A reflexão sobre a ideia de identidade tem um lugar imprescindível neste trabalho. Acompanhando a história escrita pelos sócios do Instituto Cultural do Cariri, foi possível observar a repetição de enunciados que, supostamente, definiriam o Crato e seu povo. Ser cratense, nesse sentido, era ser valente, mas moderado; era ter senso de justiça e espírito liberal; era ser uma pessoa de fé, guiada por uma moral cristã. Outra condição de pertencimento a essa identidade seria um caráter civilizado, culto, letrado. Pretensamente, esses seriam os “traços marcantes da alma cratense”.¹⁰

⁷CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. p, 17.

⁸ Idem. *Ibidem*. p, 26.

⁹ A noção de *lugar social* é discutida por Michel de Certeau, no livro *A Escrita da História*. Segundo esse autor, “toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. Cf. CERTEAU, Michel de. *A Operação Historiográfica* In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p, 66-7.

¹⁰ PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Cidade do Crato*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p, 85.

Trato a questão da produção de uma identidade cratense seguindo o comentário do historiador Durval Muniz, para quem...

[...] a identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver a nação ou a região não é, a rigor, espelhar estas realidades, mas criá-las. São espaços que se institucionalizam, que ganham foro de verdade.¹¹

Partilhando dessa visão, daqui por diante, quando eu me referir a uma *identidade cratense* e a noção de *região* do Cariri, estarei empregando-os no sentido de uma construção histórica, que tentou dar conta de uma “especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade”.¹² Com isso, penso estar reconhecendo a *região* do Cariri e a ideia de uma identidade cratense, não como um bloco estável, com um caráter definidor perene para um lugar e seus habitantes, mas como produtos de um discurso gestados ainda no século XIX que visava uma representação homogênea e coesa da sociedade.¹³ Afinal, como sugere Pierre Bourdieu, a divisão regional não existe na realidade, pois esta realidade nada mais é do que a representação que dela se faz.

A identidade regional, diz Bourdieu, é um produto da construção humana e “qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui [...] para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao

¹¹ No livro *A invenção do Nordeste e outras artes* o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior demonstra como foi criado para a região Nordeste e seus moradores uma identidade a partir de determinadas características físicas, morais, culturais e simbólicas. Para mais, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. A citação foi extraída da p, 27.

¹² AMADO, Janaína. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos Antonio da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p, 08.

¹³ Segundo o historiador Almir Leal de Oliveira, “a invenção do Cariri como área particular do Ceará é resultado de um conhecimento produzido nas matrizes do pensamento racionalista e historicista do século XIX”, que buscava definir uma representação comum do Ceará diante da nacionalidade. Cf: OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Cariri na cultura história do século XIX*. In: CAVALCANTE, Maria Juraci. Maria Juraci Maia et al. *História da Educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p, 418-431. Citação extraída da página 431.

reconhecimento e, por este meio, à existência”.¹⁴ Ou seja, essa construção só se materializa se for reconhecida, se for estabelecida a crença na sua legitimidade. A partir dessas considerações, busco, então, perceber como determinadas representações e práticas que afirmavam uma homogeneidade, singularidade e superioridade do Crato, tentaram cristalizar uma noção de região e de identidade regional ou local.

Num mesmo movimento, procuro compreender como tradições forjadas ao gosto e à necessidade dos membros do ICC tentaram construir uma memória social que tinha uma especial atração pelo passado.

A memória é vista aqui como um dado agregador, que visa o compartilhamento de uma identidade comum. Nesse sentido, a memória que se queria instituir a partir das representações elaboradas pelo ICC partia do pressuposto de que deveria existir uma visão coletiva acordada do passado. No entanto, é preciso reconhecer, seguindo as orientações de James Fentress e Chris Wickham, que a memória também suscita a questão da individualidade, o que representa dizer que nem sempre o “lado coletivo da vida consciente de cada um” faz do indivíduo “uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade coletiva interiorizada”.¹⁵ Dessa forma, tenho a consciência de que nem todos, incluindo os membros do ICC, compartilhavam com os discursos de representação, muito menos com as imagens oferecidas pelos sócios dessa entidade para a cidade do Crato.

Jacques Le Goff, discorrendo sobre os usos sociais da memória, lembra que ela não é “somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”.¹⁶ O caso das representações do passado e da história construídas pelos membros do ICC ilustra, nesse sentido, o quanto a memória, enquanto elemento essencial das identidades, esteve filiada aos interesses desse grupo. Os esquecimentos e silêncios dessa história são também

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região* In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p, 120.

¹⁵ Cf.: FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994. Nesse texto, os autores advertem que a categoria “memória coletiva”, elaborada por Maurice Halbwachs, teria concedido “um destaque excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre consciência individual e o das coletividades”. p, 07.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p, 470.

reveladores dos mecanismos de controle e manipulação da memória que se queria instituir.

É no interior dessa questão, de instituição e reconhecimento de uma memória social, que o historiador Pierre Nora formula o conceito de *lugares de memória*. Na definição do conceito, ele diz:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria.¹⁷

Referindo-se ao seu objeto de estudo, que é a Revolução Francesa, Nora afirma que “se o que eles [os lugares de memória] defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los”.¹⁸ Concebido dessa forma, observa o autor, os lugares de memória são instrumentos eficientes na construção e ressignificação do passado. Conforme destaca Pierre Nora, esses lugares se dividem em três categorias: material, simbólico e funcional. Sendo assim, entendo o Instituto Cultural do Cariri como um lugar de memória funcional que, simultaneamente, criava outros lugares de memória seja topográfico (o museu do Crato), monumental (obelisco do centenário e o busto de Frei Carlos Maria de Ferrara, o “fundador” da cidade) ou simbólico (as comemorações do passado e da história cratense).

As comemorações do primeiro centenário da cidade do Crato expressam um desses lugares de memória. Penso que a partir dessa data foi gestada, pelo saudosismo dos tempos gloriosos e através do investimento na história e na memória local, uma identidade cratense. A partir desse entendimento, me propus a discutir o tema das comemorações, analisando-o como um dos aspectos da construção da memória.

Os referenciais para essa reflexão foram oferecidos por autores como Mona Ozouf, através de sua análise sobre as festividades que celebravam a

¹⁷ NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. São Paulo: Revista Projeto História, nº 10, 1993. p, 07-28.

¹⁸ Idem. *Ibidem*. p, 13.

Revolução Francesa.¹⁹ De acordo com essa autora, nas festas comemorativas ressalta-se o desejo de fazer triunfar uma significação histórica particular onde “da evocação do passado só se retém o tom benéfico e a importância normativa para um presente”. Nesse sentido, ela acrescenta, há um esforço de “domesticar” o passado pela repetição e o futuro pela expressão de esperanças.²⁰

Aprendi um pouco mais sobre esse assunto a partir da leitura que o historiador português Fernando Catroga fez dos rituais comemorativos.²¹ Ele diz que esses rituais evocam o passado para criar representações simbólicas constituidoras da memória e que, dessa forma, o passado que é construído e celebrado nas comemorações responde, necessariamente, às demandas do presente.

No estudo das comemorações, cabe destacar o texto de Maria Manuela Tavares Ribeiro, que ensina:

Estudar uma comemoração implica a análise de questões relativas ao sentido e às funções do fenômeno de rememoração. Para além das palavras, dos símbolos, das festas – manifestações da consciência comemorativa – há também o lugar da História na sociedade, que quer, assim, ser celebrada.²²

Junte-se a esses outros tantos trabalhos que li acerca da comemoração de centenários. Ao seu modo, cada um desses textos me deu base para discutir o primeiro centenário da cidade do Crato.

Diante dessas indicações, devo dizer que essa dissertação é mais um trabalho que tenta trazer para o âmbito da discussão historiográfica o papel das festas comemorativas. Mas não é só. Como diz Mona Ozouf, “sente-se que

¹⁹ OZOUF, Mona. *A festa Sob a Revolução Francesa*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995. p, 216-32.

²⁰ Idem. *Ibidem*. p, 217.

²¹ CATROGA, Fernando. *Ritualizações da História*. In: *A História da História em Portugal – séculos XIX-XX: da Historiografia à Memória Histórica*. Temas e Debates, Coimbra, 1998. p, 221-361. Segundo este autor, “a utilidade social da história teve uma das suas mais marcantes expressões no recurso a formas ritualísticas de evocar o passado, tendo em vista criar representações simbólicas que pudessem funcionar como lições vivas de memorização. Ora, de entre estas, as mais significativas foram as comemorações”. p, 271.

²² RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Crise de Identidade Nacional e a Festa da Rememoração nos anos 90 em Portugal*. In: *Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRS*. Porto Alegre, nº 13, Julho de 2000. p, 63-84. Citação extraída da página 63.

importa menos a essas festas renovar uma emoção do que fixar uma narrativa”.²³

É neste sentido que tento perceber como uma narrativa historiográfica, escrita em um determinado momento e lugar, tentou edificar uma tradição de “adiantamento” como algo *naturalmente cratense*, a partir de uma valorização extremada do passado que, supunha-se, fornecia para indivíduos e grupos as “provas” de que o Crato era uma cidade “dominada pela vocação do progresso”.²⁴

Do que acabo de dizer, penso que algumas observações se fazem necessárias. Quando falo de narrativa historiográfica, faço uso da palavra historiografia no seu sentido amplo, ou seja, que se refere ao conjunto de obras que produzem um conhecimento histórico. Nesse caso, as histórias escritas por sócios do ICC.²⁵ Tendo dito que essa historiografia buscou construir uma tradição de “adiantamento” político, econômico e cultural para o Crato, faço referência ao conceito de *tradição inventada*, proposto no livro *A Invenção das tradições*, organizado por Eric Hobsbawn e Terence Ranger.²⁶

Por definição, o conceito se refere a...

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.²⁷

A propósito, o sentido de invenção não é empregado aqui como uma farsa. Pelo contrário, tenta demonstrar o esforço concreto de um grupo intelectual para construir uma *tradição* local, municiando-se de referências identitárias. Nesse sentido, era o investimento na invenção das tradições que

²³ OZOUF, Mona. *Op. Cit.* p, 219.

²⁴ Revista *Itaytera*, Crato, nº12, 1968. p, 186.

²⁵ Num sentido mais estrito, a palavra historiografia pode designar a análise desse conhecimento histórico. A ambivalência do termo foi discutida por CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. *História da História ou da Historiografia como História Social*. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes. & MARIANO, Serioja R.C. (orgs). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XX*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003. p, 16-36.

²⁶ HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁷ Idem. *Ibidem.* p, 09.

alimentava a narrativa historiográfica do ICC e por essa narrativa fazia-se uso do passado para legitimar projetos de presente e de futuro.²⁸ Além disso, para uma cidade que procurava se definir como civilizada e moderna, a delimitação dos marcos históricos de seu passado representava a possibilidade concreta de singularizar sua trajetória no tempo.

Do ponto de vista das representações e tradições construídas no ICC, as particularidades históricas e culturais do Crato definiam seu “grau de civilização”. Essa noção de civilização, diz Norbert Elias, é bastante fluída e difusa porque embora seja perfeitamente clara para a sociedade que a utiliza, parece ser de difícil definição para um estranho. De modo geral, ele diz, a palavra civilização designa para dada sociedade “o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha”.²⁹ Nesse sentido, a marca da civilização cratense seria o passado de glórias que, diziam orgulhosos os sócios do ICC, teria enriquecido as páginas da história do Brasil.

A tendência de identificar no passado as origens da civilização cratense fez com que houvesse a glorificação e enaltecimento dos feitos das gerações passadas, mostrando-as como exemplo para as gerações futuras.

O discurso do sócio-fundador do ICC, Celso Gomes de Matos, no jornal *O Povo* de 15 de Outubro de 1953, é representativo dessa concepção. Numa crônica sobre os cem anos da cidade do Crato ele disse:

Berço da nobre estirpe dos Alencares, ela [a cidade do Crato] guarda no seu passado heróico lutas e feitos memoráveis. Notabilizou-se pela voz extraordinária dessa mulher símbolo que foi Bárbara de Alencar, [...], heroína inquebrantável, que trocou o conforto do lar e aconchego da família pela tortura dos ferros e inferno dos calabouços, em holocausto ao luminoso sonho da República [...].³⁰

²⁸ Uma discussão sobre os usos do passado pode ser vista em GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2009. Conforme essa historiadora, “os usos do passado remetem à ação consciente de construção de memórias e, em decorrência, de identidade de grupos sociais. Eles evidenciam a necessidade sistemática de produção de passados, que dêem legitimidade a projetos de presente e de futuro, e que dêem sentido e coerência a associações de indivíduos, tenham elas os mais variados tamanhos”. p, 60.

²⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol.1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008. p, 23.

³⁰ Jornal *O Povo*, 15/10/1953. p, 04.

Fica, nesse trecho, bem colocada a sua perspectiva: Bárbara de Alencar teria iniciado uma tradição de bravura e heroísmo ao “trocar o conforto do lar e o aconchego da família” pela “tortura dos ferros e inferno dos calabouços”. Para Celso Gomes de Matos, a postura adotada por Bárbara de Alencar em busca do “luminoso sonho da República” era típica de gente de alma civilizada e, por isso mesmo, ela deveria ser considerada como uma “mulher símbolo” dessa civilidade, uma mulher que pelos feitos heróicos tinha de passar à memória como uma “heroína inquebrantável”.

Outro aspecto que no ICC julgou-se ser representativo da civilidade cratense foi a cultura letrada. Na edificação dessa tradição, o Seminário São José apareceu como ícone maior da *natural* inclinação do Crato às conquistas culturais, bem como de sua civilidade cristã. Instalado no ano de 1875, pelo primeiro bispo do Ceará, Dom Luis Antonio dos Santos, o Seminário do Crato foi, de acordo com os membros do ICC, o primeiro do interior cearense. Por essa visão, a vanguarda do Crato no campo letrado teria sido mais um dos elementos civilizadores de sua gente.

Em meados do século XX, essas práticas e instituições civilizadoras deveriam atender às novas necessidades do Crato, sobretudo no desenvolvimento dos processos de industrialização e modernização da região do Cariri. Naquele período, a região estava incluída no projeto industrial-modernizador do governo norte-americano, a chamada “Aliança para o Progresso”, através do Projeto Asimow.³¹ De acordo com Napoleão Tavares Neves, um dos membros do I.C.C., aquele foi um tempo em que “houve um sonho de industrialização no Cariri”.³²

Foi nessa conjuntura que os membros do ICC idealizaram o passado local, sonhando com um futuro melhor, em busca de criar para o Crato a imagem de uma cidade ideal.

Postas essas questões, cumpre agora esclarecimentos de outra ordem.

³¹ Num dos capítulos de sua tese de doutorado, o historiador Fábio José Cavalcanti de Queiroz analisa o desenvolvimento do projeto Asimow na região do Cariri. Ver: QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. *Padres, Coronéis e Ativistas Sociais: O Cariri à Época da Usurpação Militarista. 1964-1985*. 2010. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

³² NEVES, Napoleão Tavares. *Primeiro templo católico do Cariri e outros fatos históricos*. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 2000. p, 160.

O recorte temporal que baliza esse trabalho parte do ano de 1953, considerando que a comemoração do primeiro centenário de elevação do Crato à categoria de cidade representou um momento ideal para produzir um sentimento unificador da população cratense, a quem se pretendia atribuir uma identidade social coesa. A busca por essa unidade, que visava sobrepor-se à diversidade e a desigualdade existente no Crato, foi empreendida pelo Instituto Cultural do Cariri, fundado durante os festejos do centenário.

A década de 1970 foi estabelecida como marco temporal final dessa pesquisa. Nesse período, houve um acelerado processo de urbanização que alimentou as representações do Crato como sendo a “metrópole natural” do Cariri.³³ Para que fosse estabelecida a crença nessa naturalização da superioridade do Crato, os membros do ICC buscaram criar um ponto de ligação entre o passado e o futuro da cidade. Nesse sentido, eles escreviam nos jornais locais, como *A Ação* e *Folha do Cariri*, que a história de um passado glorioso garantia ao Crato a legitimidade de se afirmar como uma cidade *desde sempre* civilizada e moderna.

As fontes com as quais essa pesquisa trabalha são textos produzidos pelo ICC, como a revista *Itaytera*, órgão oficial do Instituto, fundada em 1955, além da historiografia ali desenvolvida. É recorrente nestes textos o destaque dado ao Crato como lugar *naturalmente* à frente dos demais, como um lugar que teria sido responsável pelo despontar da civilização no Cariri. Nesse sentido, os textos de história produzida pelo ICC constituem-se como um inventário das lembranças, uma dialética entre passado e futuro, onde a narrativa do passado glorioso tentava ressaltar aquilo que, supostamente, poderia ser tomado como modelo.

Outra publicação que serviu de fonte foi a revista *A Província*. Lançada no dia 17 de Outubro de 1953, no ápice das comemorações do Centenário, a revista pretendia oferecer aos leitores “uma explanação historicamente científica” daquilo que seus idealizadores diziam ser os mais “relevantes fatos acontecidos nessa então festejada cidade”.³⁴ *A Província* foi fundada pelos

³³ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1958. p, 21.

³⁴ Revista *A Província*, ano I, nº 01, 1953. p, 01.

sócios-fundadores do ICC Francisco de Souza Nascimento e Florival Alves Matos e circulou por três anos consecutivos, até 1955.

Integram o quadro de fontes os jornais que circulavam na cidade do Crato no período aqui analisado. Essa escolha se deu pela recorrência de assinaturas das matérias pelos membros do ICC, mesmo que não sejam estes veículos órgãos exclusivos daquele instituto. Trabalhar com os jornais *Folha do Cariri* e *A Ação* é válido por representarem outros espaços de atuação dos membros do ICC, afinal eles acabavam levando para esses jornais as ideias que discutiam nas suas reuniões, ou vice-versa.

O jornal *A Ação*, que estava sob circunscrição da diocese do Crato, foi o maior jornal de circulação na região, de 1939 até 1985.

Já o jornal *Folha do Cariri* foi um semanário que veio a lume em 1965, tendo como principal empresa “dar ao Crato um jornal à altura do progresso da terra”. O órgão que se dizia “sem estandartismo, sem preconceitos, sem tibiêzas [...] um jornal liberal, sem pêias políticas, sem critérios absolutos e irremovíveis, sem paixões e ódios”,³⁵ além de reafirmar a superioridade do Crato encetou ingente campanha pela modernização da cidade através da elaboração de um Plano de Urbanismo para o Crato.

Para analisar as comemorações do Centenário, serviu de fonte a edição comemorativa do jornal *Folha da Semana*. Esse jornal, que era dirigido por um dos sócios do ICC, Oswaldo Alves de Souza, foi impresso no Crato, antes e durante os festejos. No entanto, só tive acesso à edição do dia 17 de Outubro de 1953. Essa edição dá conta, entre tantos assuntos, da composição da comissão do centenário e do programa dos festejos. Com 100 páginas, numa clara alusão a data que se comemorava, o jornal publicou artigos diversos que comentavam aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais do Crato.

O jornal *O Povo*, publicado em Fortaleza, é outro periódico que integra o quadro de fontes. Nessa publicação diária, foi feita a cobertura do centenário do Crato antes, durante e depois da realização dos festejos. A edição do dia 15 de Outubro de 1953 foi dedicada à efeméride cratense e “com trinta e duas páginas de selecionada matéria” abordou diferentes aspectos da vida do Crato,

³⁵ Jornal *Folha do Cariri*, ano I, nº 51. 23/12/1966. p, 01.

conforme anunciado na primeira página da edição comemorativa. Cabe informar que os autores dessas “selecionadas matérias” eram do Crato, alguns, aliás, membros do ICC. Os demais autores tinham alguma ligação, seja intelectual ou política, com o Cariri.

Os livros de Atas da Câmara Municipal, bem como das atas de reunião do Instituto Cultural do Cariri serviram também como fonte de pesquisa, posto que neles se percebe o esforço dos sócios do ICC e de membros do poder público local em investir na construção de um passado glorioso para o Crato.

O depoimento de pessoas que estiveram ligadas ao ICC, desde a época de sua criação, foi também uma fonte de pesquisa para a realização desse trabalho.

Para compreender os significados e os interesses desse investimento no passado, tive que pensar historicamente a formação do ICC e a escrita de textos de história que, de alguma maneira, modificaram a relação da sociedade cratense com o seu passado. Nesse sentido, pretendi compreender muito mais o processo de construção de tradições do que o resultado, por assim dizer, dessa construção. Isso exigiu de mim um investimento cuidadoso, para não correr o risco de repor aquilo que eu pretendia criticar.

Desse modo, quando comecei a ler com mais atenção o material que me serviu de fonte de pesquisa, passei a desconfiar das obviedades que apareciam nos textos de jornal, revistas ou livros de história. Procurei compreender o que se escondia por detrás de escritos que, aparentemente, apenas expressavam o amor pela terra natal daqueles que os escreviam. Aos poucos, fui tentando compreender o esforço de tornar legítimos os discursos sobre um passado de glórias. Nesse sentido, a relação do ICC com outros lugares de produção de discursos históricos me permitiu rastrear indícios, buscar conexões, *pensar relacionalmente*, como sugeriu Pierre Bourdieu.³⁶

Cito o caso em que tentei entender porque o historiador Raimundo Girão e o professor Antonio Martins Filho pareciam compartilhar e reiterar o discurso de naturalização da superioridade do Crato. Não seria mais acertado, de minha parte, julgar que essa repetição do discurso era resultado apenas de uma estratégia bem sucedida dos membros do ICC. Foi, então, buscando as

³⁶ BOURDIEU, Pierre. *Op.cit.* p, 23.

conexões que entendi os motivos que levaram Girão e Martins Filho a legitimar o discurso do ICC. De Antonio Martins Filho, soube que nascera no Crato e que na sua adolescência fundou uma instituição congênere ao ICC, chamada *Academia dos Infantes*. Nesse sentido, ficava claro para mim que mais que reproduzir um discurso, Martins Filho acreditava nele. E mais, buscou legitimar tal discurso quando, valendo-se de sua condição de reitor da Universidade do Ceará, possibilitou a publicação de textos de sócios do ICC pela Imprensa Universitária. Ademais, foi possível entender que o talento dos historiadores do ICC dependia, em grande parte, de suas influências e relações pessoais.

Raimundo Girão, por sua vez, foi quem sugeriu o nome da entidade. Ele achava que o Instituto Cultural do Cariri devia ter esse nome porque dava a ideia de que a região estava unida em torno da construção de um passado comum, o que seria diferente se a entidade carregasse apenas a identificação adjetivante *do Crato*. Por outro lado, Girão era amigo do Padre Antonio Gomes – um dos mais entusiastas na produção de “verdades históricas” sobre a cidade e a região –, os dois se tratavam por “irmãos de 1900”, por terem ambos nascidos naquele ano. Daí que quando falava do Crato demonstrava um esforço de legitimar o discurso da entidade que ele batizara, a despeito das divergências de opinião.

Como disse, esse é apenas um exemplo. Mas penso que dá a medida de como foi que procedi para ir desconstruindo as narrativas historiográficas do ICC.

Num mesmo movimento, tive que precisar a historicidade dos escritos ali produzidos, uma vez que a produção e publicação de um livro demandam tempo e esforço. Foi assim que encontrei Figueiredo Filho entre idas e vindas a Fortaleza, em contato com os herdeiros do falecido Irineu Pinheiro e com Antonio Martins Filho, para publicar, pela Imprensa Universitária do Ceará, o livro *Efemérides do Cariri*, em 1963. Esforço que foi empreendido também pelo Padre Antonio Gomes de Araújo para publicar, na década de 1970, pela Faculdade de Filosofia do Crato (agregada à Universidade Federal do Ceará), os livros que reuniam seus artigos espalhados por revistas e jornais do Cariri e do Ceará. Da mesma forma foi com a publicação, na década de 1960, dos quatro volumes da História do Cariri, de Figueiredo Filho. Segundo este autor,

aquela “despretensiosa” obra fora escrita “por falta de compendio apropriado” para as aulas de História do Cariri e do Ceará que ele ministrava na Faculdade de Filosofia do Crato.

Por falar nisso, cabe aqui uma ressalva: no cerne desta dissertação reconheço que alguns autores receberam um destaque assimétrico em relação a outros. Isso se deu, basicamente, pela frequência de sua produção e pelo destaque que foi dado, pelos próprios membros do ICC, a estes autores. Nesse sentido, percebi que escritores como Irineu Pinheiro, J. de Figueiredo Filho e Padre Antonio Gomes de Araújo foram reconhecidos e se reconheceram como historiadores. Dessa forma, esses foram seguidos por outros que se consideravam filiados, daí que é possível acompanhar aqui um desfile de nomes menos conhecidos, mas não menos importantes.

Diante do exposto, cumpre agora informar como estão estruturados os capítulos dessa dissertação.

O primeiro capítulo, intitulado **Criação do Instituto Cultural do Cariri e a elaboração de discursos sobre o passado do Crato**, faz uma reflexão sobre a fundação, estrutura e funcionamento do ICC. Sendo assim, discorro sobre a tendência da revista *Itaytera*, órgão oficial do ICC, de “cratizar” a história da região do Cariri, difundindo a ideia de que o Crato era uma cidade *naturalmente* “adiantada” e berço de “vultos históricos”. Nesse sentido, a intenção é demonstrar que o projeto do ICC era impulsionar uma história de feitos memoráveis, dignas de vida eterna, repleta de bons exemplos.

Veremos também, nesse capítulo, um perfil daqueles que narraram a história do Cariri tendo o Crato ponto de partida. A pretensão é destacar a concepção de história desses escritores, a relação deles com o material que serviu de fonte de pesquisa e como tais escritores se reconheceram e foram reconhecidos como historiadores, muito embora nenhum deles tivesse essa formação acadêmica. Além disso, pretendo demonstrar que a despeito das formações profissionais dos sócios, o ICC cumpriu diferentes papéis: primeiramente, o de uma instituição voltada para uma historiografia que buscava para si o caráter de história oficial; em segundo lugar, um local de projeção intelectual e, por fim, um espaço de promoção política e pessoal.

O segundo capítulo recebeu o seguinte título: **Construindo e festejando memórias: O ICC no primeiro centenário da cidade do Crato**. Neste capítulo, observo como o imaginário comemorativo tentou despertar uma identificação com o passado da cidade. A proposta aqui é discutir tanto a comemoração quanto o que se comemorava. Sendo assim, analiso a formação da comissão organizadora dos festejos, o programa comemorativo, os projetos e ações propostos e/ou desenvolvidos durante a comemoração, os lugares e espaços de divulgação dessa efeméride.

O propósito deste capítulo é, também, acompanhar como a festa espelhava o esforço de construção hegemônica do Crato na região do Cariri ressaltando, para tanto, sua prosperidade econômica e cultural. Ademais, busca-se compreender como a festa centenária projetou e tentou cristalizar uma memória e uma identidade para o Crato que, supostamente, atestava a unidade e prosperidade de seu povo.

Ao terceiro, e último, capítulo foi dado o título **Construindo com os fios do passado o presente e o futuro do Crato**. Procuo trazer os discursos que falavam de um passado glorioso, pondo em destaque que passado era esse, quais usos foram feitos e que “lugar” se esperava que ele ocupasse na memória da sociedade. Ao lado disso, pretendo demonstrar como uma escrita da história local se inscrevia num projeto político que, para além de definir o caráter histórico do tempo passado e os seus principais heróis, gerava imagens para o presente e o futuro.

A grande questão, trazida pelos sócios do ICC, foi pensar como o passado do Crato podia criar pontos de ligação com os projetos de presente e de futuro para aquela cidade. Dessa forma, uma atenção especial foi reservada ao espaço urbano e, de uma maneira geral, os discursos produzidos pelos membros do ICC localizaram no passado as “grandes realizações” que teriam sido responsáveis pelo “futuro promissor” do Crato. Nesse sentido, argumento que aos membros do ICC a cidade interessava pelo o que teria sido, mas também pelo que poderia vir a ser.

Pois bem, devo informar que quem ultrapassar as páginas dessa apresentação verá a minha leitura sobre os significados e interesses, implícitos ou não, da construção de um passado glorioso para a cidade do Crato.

1 - CRIAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI E A ELABORAÇÃO DE DISCURSOS SOBRE O PASSADO DO CRATO

Dentro da entidade em epígrafe, foi produzido um discurso que, em nome de uma totalidade que pretendia representar, desempenhou um papel decisivo na construção das representações sobre a cidade do Crato em torno da história. Assim, o Instituto Cultural do Cariri (ICC) esteve objetivado pela definição, nomeação e classificação das particularidades que singularizavam a cidade do Crato e que, partindo dessa lógica, diferenciava sua trajetória no tempo das demais cidades do cariri cearense. Destaque-se que tal singularidade se referia à participação de alguns cratenses nos movimentos republicanos de emancipação do Brasil. Desse modo, a história que foi escrita no ICC esforçou-se em articular o nacional e o local; foi uma história com função pedagógica e que acentuou o valor dos modelos legados pelos antepassados.

O eixo explicativo de sua abordagem historiográfica partiu da premissa de um passado de glórias que deveria ser compreendido como *predestinação*. Nesse sentido, o gesto que retraçava a trajetória histórica da cidade era o mesmo em que residia a certeza de sua *natural* vocação ao progresso. A história apareceu, então, como orientadora de, praticamente, todas as atividades do referido instituto por meio de uma visão utilitarista que, longe de ser descompromissada, buscou as bases de legitimação do seu discurso.

O fato é que o ICC tentou responder às aspirações de um determinado presente, com a pretensão de firmar hegemonicamente um espaço bem recortado, considerado singular e excepcional, na vastidão da região do Cariri. Esse espaço, como dissemos, era a cidade do Crato, tida como palco de grandes acontecimentos da história do país. Os textos produzidos no ICC almejavam um pacto consensual que enaltecia o passado da cidade como modelo e condição para um projeto de futuro.

Os autores que ficaram mais conhecidos foram Irineu Pinheiro, padre Antonio Gomes de Araújo e José de Figueiredo Filho. Foram suas obras que

forneceram os discursos sobre a história regional e local, textos, muitas vezes, usados como material didático nas escolas da cidade do Crato.

Foi, portanto, a partir da criação do Instituto Cultural do Cariri que surgiu um lugar institucional destinado à preservação da história e da memória local. Trata-se de um lugar que foi buscar no passado a justificativa para a tarefa que se impunha: traçar um perfil para a cidade do Crato que fosse capaz de garantir uma identidade própria e que esta identidade, atuando externa e internamente, forjasse tradições que servissem de escudo e espelho para um futuro incerto.

Por essa razão, esse capítulo volta-se para a constituição do Instituto Cultural do Cariri, realizando uma reflexão sobre a sua estrutura e funcionamento; sobre a historiografia nele praticada, nomeando os autores que, em nossa opinião, mais se ocuparam da tarefa de contar as histórias do passado cratense; refletindo sobre a propagação de suas concepções a partir dos livros que escreveram ou da revista *Itaytera*, órgão oficial do ICC Além disso, traçamos um perfil daqueles que narraram a história do Cariri tendo o Crato como “natural” ponto de partida. Dessa forma, intentamos desnaturalizar a ideia de que o Crato teria sido *desde sempre* uma cidade especial, “adiantada” ou pioneira.

1.1 – O MOMENTO INAUGURAL DO INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI: PROJETO E MISSÃO

A fundação, em 1953, do Instituto Cultural do Cariri vinculou-se à proposta de incentivar “o estudo das ciências, letras e artes em geral, e especialmente da História e da Geografia Política do Cariri”,³⁷ no momento de comemoração pela passagem do primeiro centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Dessa maneira, um arrazoado grupo intelectual achou por bem perpetuar os fatos marcantes da história e da cultura da cidade do Crato não apenas “com festas, fogos, banquetes, manifestações de cunho transitório”, mas com algo muito mais duradouro e que servisse à disseminação da cultura intelectual entre os seus habitantes.

Caberia naquele momento, escreve um dos fundadores do instituto, a “criação de uma sociedade que cultivasse nossas letras históricas, estudasse nossos costumes e nosso folclore, averiguasse as origens de nossa gente”,³⁸ com a intenção de ressaltar um sentido de missão que estava sendo cumprida.

Criado na manhã do dia 04 de outubro de 1953, em reunião realizada no salão da biblioteca pública municipal, o ICC foi formalmente instalado, no dia 18 do mesmo mês, como uma das partes do programa dos festejos do Centenário. No Salão Nobre do Colégio Diocesano do Crato, a sessão de posse da primeira diretoria foi acompanhada por “pessoas gradas, inclusive figuras representativas do mundo intelectual cratense e convidados especiais [...] chegados por ocasião das festas do primeiro centenário desta cidade”.³⁹

Tido como um centro socializador daqueles que, de algum modo, comungavam de um mesmo horizonte de ideias e pensamentos, o ICC reuniu nomes que acreditavam que a história do Crato era exemplo de virtudes morais, cívicas e culturais, inscritas na tradição iluminista de civilização e progresso.

³⁷ Vide.: *Estatutos do Instituto Cultural do Cariri*. Capítulo I – Art. 1º

³⁸ PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963, p, 540.

³⁹ Cf.: *Ata da sessão solene de posse da Diretoria do Instituto Cultural do Cariri*, de 18/10/1953 – Livro 01. Fl. 03.

Nos discursos do ICC, a cidade do Crato aparece como “terra da liberdade”, desde sempre envolvida em lutas políticas que enfeixavam “em livro de ouro suas batalhadas glórias”:

Se de Terra da Luz chamou José do Patrocínio ao heróico Ceará da abolição escravista, não seria injustiça afirmar que o Crato foi a Terra da Liberdade. Sua vida política do passado e suas reivindicações através dos tempos formariam, numa feliz síntese histórica, seu pedestal de cidade atuante e civilizada [...]. Do seu descobrimento nos remotos fins do século XVII ou começos do século XVIII, a 17 de Outubro de 1853, data de sua elevação à categoria de cidade, o Crato enfeixou em livro de ouro as suas batalhadas glórias e seus assinalados varões, e traçou no calvário dos seus maiores sacrifícios em prol da liberdade, o destino dos seus heróicos filhos.⁴⁰

Por tal diagnóstico, o Crato tinha considerável importância na vida política do Brasil porque, desde “os remotos fins do século XVII até 17 de Outubro de 1853”, teve uma destacada participação nos movimentos republicanos, o que demonstrava, segundo esse pensamento, seu caráter de “cidade atuante e civilizada.” Sendo assim, parecia óbvio aos membros do ICC que, *desde sempre* a cidade do Crato tinha levado a *civilização* para as demais cidades da região do Cariri e para o Ceará como um todo. Seu *progresso*, portanto, poderia ser considerado como consequência de sua própria história. Assim, acreditava-se haver razões suficientes para que o Instituto Cultural do Cariri se dispusesse a enaltecer o passado, narrando “numa feliz síntese histórica” toda a herança legada pelos “seus heróicos filhos”.

Em face do momento comemorativo, tornava-se clara e necessária aos membros do ICC uma nova obra de construção. Se os antepassados se dispuseram aos “maiores sacrifícios em prol da liberdade”, o grupo reunido em torno do Instituto Cultural do Cariri definiu para si uma função social e um papel histórico: deixar marcada, pela historiografia, a referência do Crato como cidade pioneira das fronteiras civilizadoras.

Construída num campo restrito de letrados, a produção historiográfica pelos Institutos Históricos não foi, contudo, um privilégio do Crato. Esse procedimento há muito tempo era praticado no Brasil, pelo menos desde 1838,

⁴⁰ Cf.: NASCIMENTO, Francisco de Souza. *Crato: Lampejos Políticos e Culturais*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial. UFC. 1998, p. 12 e 15.

quando no Rio de Janeiro foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Como objetivo principal, o IHGB propunha marcar a passagem de um “Brasil sem história” para um “Brasil com história”. Uma das ideias era que, com a criação de Institutos Históricos locais, as partes se somariam a formar a história nacional. Daí, a ênfase sobre o local e o regional, no momento de consolidação do Estado Nacional brasileiro.⁴¹ Enfim, sistematizar a história do Brasil e, através dela, dar uma identidade à nação, era a tarefa a que se propunha essa entidade.

De acordo com Lilia Schwarcz, o aparecimento de congêneres do IHGB em várias províncias ajudava a compor uma “história total” para o Brasil. Os Institutos de São Paulo, de Pernambuco e do Ceará são alguns exemplos de associações que levaram à frente o projeto de construção da história do Brasil proposto pelo IHGB.

Nesse intuito de elaborar um estudo metódico, de organizar pesquisas, de busca exaustiva de documentos, eventos e personagens, foi fundado em 1887, no Ceará, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico, ou simplesmente Instituto do Ceará:

[...] o momento fundador do Instituto do Ceará é acompanhado de um surto iluminista que se poderia denominar transitório. É que ele se caracteriza por se encontrar arrimado numa idéia libertária que germinou e durou com a campanha abolicionista e o seu feliz desfecho [...]. Exaltava-se a capacidade dos cearenses abraçarem os ideais mais caros de civilização, dando prosseguimento à missão iniciada com Martin Soares Moreno em “direção às luzes e ao progresso”.⁴²

O Instituto do Ceará reuniu intelectuais que estavam associados ao ideal romântico de construção de um saber histórico, tido por necessário aos

⁴¹ Apoiamos essas afirmações com base no texto de: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1998, p. 5-27. Ver também: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Nesse texto, a autora busca compreender como as elites intelectuais construíram política e historicamente a questão racial, a partir das várias escolas darwinistas, ao mesmo tempo em que se punham questões do liberalismo político no país.

⁴²Cf.: MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003, p. 34-5.

padrões de civilização e progresso que eram defendidos por aqueles que o compunham.

Esse ideal romântico, diz o historiador Almir Leal de Oliveira, apoiava-se na idealização de um passado histórico que possibilitaria singularizar a trajetória dos cearenses. Dessa forma,

em sua fundação, o Instituto Histórico do Ceará revelou o objetivo central da sua ação de construtor da memória cearense: “fazer conhecida a história para propagação das letras e ciências da província”. Não que os acadêmicos do Instituto Histórico do Ceará partissem do ponto zero da historiografia local, mas o sentido acadêmico conferiu a eles um poder fundador que, mesmo ignorando as publicações de estudos históricos anteriores, pretendia ser capaz de re-ordenar, classificar e re-nomear as particularidades da história cearense diante da nação.⁴³

Em que pese às especificidades históricas de cada um, o Instituto do Ceará foi o fornecedor dos fundamentos para o trabalho historiográfico do ICC. Foi inclusive o seu presidente, Tomaz Pompeu Sobrinho, quem sugeriu a Irineu Pinheiro, em 1952, a fundação, no Crato, de uma instituição congênere daquele instituto e a ele hierarquizado. A sugestão de Tomaz Pompeu alimentou em Irineu Pinheiro “o sonho da criação [...] de um centro que promovesse, estimulasse, coordenasse e dirigisse esforços intelectuais realmente relacionados ao Cariri, principalmente com a sua crônica histórica”.⁴⁴

O objetivo era incentivar o estudo da história do Cariri, mais especificamente aquela relacionada ao Crato, para enaltecer e glorificar as gerações passadas, mostrando-as como exemplo a ser seguido pelas gerações futuras. Para os idealizadores do ICC, o momento em que se comemorava o centenário da cidade era o mais oportuno para criar uma instituição que exaltava a “capacidade histórica” dos cratenses.

⁴³ Em sua tese de doutorado intitulada *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*, o historiador Almir Leal de Oliveira analisa as representações produzidas pelo Instituto do Ceará que estabeleceram um conjunto de conteúdos da história do Ceará e geraram narrativas e práticas simbólicas na organização da memória local, possibilitando um discurso identitário para o Ceará e os cearenses. Ver: OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. PUC-SP, 2001.

⁴⁴ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A cidade de Frei Carlos*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas – vol. V, 1971. p, 21.

Convém ressaltar que a experiência de fundação de agremiações dessa natureza não constituía uma novidade, com a criação do Instituto Cultural do Cariri. A partir dos anos 1900, surgiram entidades como o *Clube Romeiros do Porvir*, o *Grêmio Filomático*, o *Grêmio Araripe Júnior* e a *Academia dos Infantes*.⁴⁵ É certo que eram academias literárias que discutiam “o lirismo baudelairiano de Augusto dos Anjos, a ficção nativista de José de Alencar, o romantismo de Machado e o parnasianismo de Alberto Oliveira, Olavo Bilac e Raimundo Correia”.⁴⁶ Mas, para Raimundo de Oliveira Borges, um dos sócios-fundadores do Instituto Cultural do Cariri, foram essas entidades, sobretudo a *Academia dos Infantes*, “a semente seivosa que deu lugar a criação do ICC”.⁴⁷

Colocado nestes termos, é válido destacar que agremiações como a *Academia dos Infantes* legou à produção historiográfica do ICC um modelo beletrista de literatura convencional. Modelo esse que foi observado por Antonio Celso Ferreira no âmbito da historiografia desenvolvida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, que guardadas as devidas diferenças, pode ser aplicado à escrita da história dentro do ICC. Vejamos:

Essas letras históricas revelam o afã de fixar uma epopéia [...], base para a criação de um enredo nacional, constituído de eventos singulares, realizado por grandes homens. Outra marca literária nos escritos do instituto pode ser observada no apego à oratória e à eloquência retórica [...]. Mas estas formas de expressão procuram amparo do documento e do método científico, daí a incessante pesquisa das fontes originais da história regional [...]. Ainda que o instituto tivesse como finalidade impulsionar o conhecimento científico [...] nota-se um grau incipiente de especialização desses saberes, e a permanência de uma iluminação literária de modelo convencional.⁴⁸

Ferreira destaca como a presença da matéria histórica na literatura e da imaginação literária na historiografia do instituto paulista agiu no sentido de “fixar uma epopéia.” Aplicando essas considerações ao ICC, pode-se observar

⁴⁵ Cf.: NASCIMENTO, F.S. *Op.cit.* p, 92.

⁴⁶ Idem. *Ibidem.* p, 107.

⁴⁷ Cf.: depoimento de Raimundo de Oliveira Borges, em 08 de Junho de 2009.

⁴⁸ FERREIRA, Antonio Celso. Vida (e morte?) da epopéia paulista. In: FERREIRA, Antonio Celso [et al.]. *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p, 91-105. Citação extraída das páginas 96-7.

que, de maneira semelhante, o Instituto Cultural do Cariri se autoincumbiu à missão de construir, pelas “letras históricas,” um discurso do Crato como cidade *naturalmente* destinada a ser um centro de civilização e progresso.

De maneira retórica, mas apoiados em “fontes originais” que dariam força e sustentação aos argumentos construídos, os membros do ICC escreveram uma história de sentido eminentemente político, trabalhando com a noção de que o conhecimento do passado seria a melhor forma de atuar sobre o presente. Em outras palavras, acreditaram que olhando para trás é que se iria para frente.

Retomemos as semelhanças entre o Instituto Cultural do Cariri e a Academia dos Infantes. Ambos surgiram em contextos comemorativos: o primeiro no centenário da cidade, o último no momento em que se celebrava o centenário da Independência do Brasil. As duas entidades usaram como divisa expressões latinas – *ad augusta per augusta* (Academia dos Infantes) e *ad astra per aspera* (ICC) – cujos sentidos remetiam ao alcance da glória e do triunfo pelos caminhos ásperos, estreitos. Ambas se destinaram a exaltar a história e a cultura letrada da cidade do Crato e, mesmo separadas no tempo por pouco mais de três décadas, seus membros acreditavam estar credenciados a difundir o gosto pelas letras históricas regionais.

Letras históricas que foram incentivadas pelo historiador Raimundo Girão, que foi quem sugeriu o nome da entidade que deveria congrega “elementos culturais das várias concentrações demográficas do Vale [do Cariri].”⁴⁹ Nesse sentido, diz Raimundo de Oliveira Borges, Girão teria não apenas “batizado” o ICC como também fornecido o modelo de escrita de história que ali seria produzida.⁵⁰

Para Montenegro, a escrita de Raimundo Girão era talhada tendo...

[...] o eixo do seu discurso no Estado, na organização político-administrativa, em torno da qual são ordenados conjunturas e acontecimentos [e que] tal performance teórico-metodológica repercute frontalmente na escolha dos temas, no cultivar de uma

⁴⁹ Trecho da carta enviada por Raimundo Girão ao Padre Antonio Gomes, em 30/08/1966. Nessa correspondência, Girão confirma ao Padre Gomes que fora Tomaz Pompeu quem sugeriu a Irineu Pinheiro a fundação “dum Instituto Histórico no Crato”. Carta reproduzida em: ARAUJO, Antonio Gomes de. *Op. cit.* p, 24.

⁵⁰ Cf.: depoimento concedido no dia 08 de Junho de 2009. p, 05.

seara histórica que diz respeito a feitos heróicos, a uma celebração de personalidades de relevo, à crônica da cidade amada, ao relato pontualizado de uma evolução histórica [...].⁵¹

A entidade cratense, nessa diretriz, estaria ligada ao empenho progressista daquele que lhe emprestava orientação de vanguarda, fazendo emergir recrudescente exaltação do passado e seus “feitos heróicos” vistos no ICC como modelo para o presente.

Para cultivar esse tipo de seara histórica, como diz Montenegro, o critério de admissão para os quadros do Instituto Cultural do Cariri dava-se, de acordo com os estatutos, fundamentalmente pela via da produção intelectual em uma das áreas de atuação do ICC, quais sejam: ciências, letras, artes, história e geografia. Para assumir uma vaga, o novo membro deveria apresentar publicamente um trabalho sobre o patrono da cadeira que iria ocupar. Este trabalho obrigatoriamente teria de ser publicado na revista *Itaytera*.

Observamos, no entanto, que nem todos os que ocuparam cadeiras no ICC apresentaram trabalhos ou tinham produção intelectual voltada a uma das áreas de atuação do instituto. Isso porque outros fatores, como as demonstrações de “amor acendrado a esta terra”, foram determinantes para admissão de alguns sócios.⁵²

O sócio não precisava ser natural do Crato; daí, a razão, segundo Raimundo de Oliveira Borges, de o Instituto carregar a identificação adjetivante “do Cariri” e não apenas “do Crato” porque, de acordo com o nosso depoente, “entre outras virtudes, Crato não é egoísta e estende as suas intenções e as suas preocupações a toda região do Cariri [...]. Lança mais longe os seus almejos, as suas aspirações”.⁵³ Podemos argumentar que, dessa forma, o ICC

⁵¹ MONTENEGRO, João Alfredo. *Op. cit.* p, 116-17.

⁵² Podemos afirmar isto com base na escolha de Thomas Pompeu de Souza Brasil Neto como sócio do ICC. Em abril de 1973, pouco tempo depois de sua estada no Crato, na condição de diretor da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, quando prometeu a criação de uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Figueiredo Filho assim se pronunciou: “sua presença, em Crato, deixou-nos a mais grata impressão. A cidade em peso prendeu-se aos seus modos lhanos e aliados com a demonstração de amor acendrado a esta terra” e, por isso, o ICC, “naturalmente envolvido nesta justa admiração da cidade, em torno de sua pessoa”, resolveu escolher “seu nome que tanta honra dá, por aí afora, ao Ceará, para fazer parte dos quadros sociais de nossa entidade.” Cf. *Jornal A Ação*, 05/05/1973. p, 05.

⁵³ Cf.: depoimento concedido no dia 08 de Junho de 2009. p, 07.

esperava poder contar com um maior número de estudiosos da história do Cariri, que, na visão do nosso depoente, cedo ou tarde reconheceriam o “pioneirismo” do Crato, legitimando o discurso que retratava a cidade como um lugar dotado de tradições históricas.

O reconhecimento desse tal “pioneirismo” por parte de todos os sócios pode ser questionado, mas o fato é que, em 1955, o ICC já tinha em seus quadros pouco mais de quarenta sócios efetivos e quase cinquenta sócios correspondentes.

Por sua vez, a composição da primeira diretoria do ICC para o biênio 1953-1954 ficou assim definida: presidente, Irineu Pinheiro; vice-presidente, Antonio Gomes de Araújo; secretário-geral, José de Figueiredo Filho; secretário, Antonio Levi Epitácio Pereira. O cargo de tesoureiro foi destinado a Amaro José da Costa. Comissões permanentes foram também formadas, tendo a Comissão de Sindicância e Finanças nomes como Raimundo de Oliveira Borges, Antonio Teodorico Barbosa e Joaquim Pinheiro. Para a Comissão de Organização da Revista do Instituto, foram nomeados José de Figueiredo Filho, Pedro Norões e Francisco Souza Nascimento. Sob a responsabilidade de Décio Teles Cartaxo (então prefeito do Crato), Aluísio Cavalcante e João Ranulfo Pequeno, estava a Comissão de Ciências, Letras e Artes. Um ano após a fundação, o ICC contava com a participação feminina de Violeta Arraes e da professora Maria Edméia Arraes de Alencar.⁵⁴

⁵⁴ Professora, escritora e jornalista, Maria Edméia Arraes Alencar era filha do ex-prefeito do Crato, Alexandre Arraes de Alencar e ocupou a cadeira que tinha seu pai como patrono. Alexandre Arraes foi considerado pelos memorialistas da cidade como o prefeito “civilizador” do Crato. Teria sido ele o responsável pela inauguração do serviço de água encanada e luz elétrica, pela luta contra a erosão no leito do rio Granjeiro, impedindo a construção de casas no local; pela fundação do Grupo Escolar Municipal e o posto antirrábico no hospital São Francisco de Assis; restauração das estradas de rodagem; pavimentação de grande parte da cidade, além de ter fundado a Biblioteca Municipal e incentivado os grêmios cívicos, escolares e literários. Para a historiadora Otonite Cortez, todas essas novidades, que se acreditava não existirem, até então, em outras cidades do interior do Nordeste, teriam originado a expressão “Só no Crato”, ou seja, só o Crato tinha todas as vantagens que tornavam a cidade pioneira em vários aspectos. De forma que não foi gratuita a ocupação por sua filha da cadeira que tinha Alexandre Arraes como patrono. Ela seria, segundo o pensamento do ICC, a pessoa “naturalmente” credenciada para ocupar tal posto. Para ver o discurso de posse de Edméia Arraes, em que apresenta trabalho sobre o seu pai, consultar a revista *Itaytera*, nº 11, 1967, p. 31-7. Uma rápida biografia de Alexandre Arraes pode ser encontrada em: AQUINO, J. Lindemberg de. *Roteiro Biográfico das Ruas do Crato*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Casa José de Alencar, Coleção Alagadiço Novo, 1999. p. 20.

O ICC era composto por cinco categorias de sócios, nas seguintes subdivisões: 1) *fundador* – aquele que esteve associado à ideia de organização do Instituto e que participou de sua fundação; 2) *efetivo* – todos os sócios fundadores e aqueles que participavam ativa e assiduamente dos trabalhos do Instituto. Esses podiam inclusive votar e ser votados; 3) *correspondente* – aquele que, mesmo morando fora da região do Cariri, mantinha correspondência com o ICC e concorria “com a sua ilustração e experiência.” Se passasse a residir no Cariri, o sócio correspondente poderia tornar-se sócio efetivo; 4) *honorário* – para ser um sócio honorário, a pessoa havia de ter, necessariamente, “distinta posição social ou reconhecido mérito pessoal em virtude de relevantes serviços prestados à Pátria”; 5) sócio *benemérito* – era todo aquele que tivesse “concorrido com elevado donativo de valor histórico ou de qualquer outra espécie, para a organização e manutenção do Instituto”.⁵⁵

Os candidatos a sócio teriam sua idoneidade moral e intelectual verificada por comissões permanentes, formadas dentro do ICC especificamente para esse fim. O número de sócios era ilimitado e todos tinham direito a receber gratuitamente a revista *Itaytera*, órgão oficial do Instituto, que passou a circular no ano de 1955, além de qualquer outra publicação da entidade.

No cenáculo cratense, das quarenta cadeiras que, pelos estatutos, seriam criadas, vinte deveriam ser da Secção de Letras, cinco da de Ciências, cinco da de Folclore e dez da de Artes. No entanto, inicialmente, apenas dezoito cadeiras foram criadas, número que teve um pequeno acréscimo com o passar dos anos. Pela ordem em que ocupavam, os patronos foram: Cadeira 1 – Padre José Antonio Maria Ibiapina; Cadeira 2 – Bruno de Menezes; Cadeira 3 – José Alves de Figueiredo; Cadeira 4 – Alexandre Arraes de Alencar; Cadeira 5 – Monsenhor Pedro Esmeraldo da Silva; Cadeira 6 – Irineu Nogueira Pinheiro; Cadeira 7 – Antonio Barbosa de Freitas; Cadeira 8 – Álvaro Bomílcar da Cunha; Cadeira 9 – Dom Francisco de Assis Pires; Cadeira 10 – Padre Emídio Leite Cabral; Cadeira 11 – Raimundo Gomes de Matos; Cadeira 12 – Leandro Bezerra Monteiro; Cadeira 13 – Otacílio Sampaio de Macêdo; Cadeira 14 – Manoel Rodrigues Monteiro; Cadeira 15 – Leandro Chaves de

⁵⁵ Cf.: *Estatutos do Instituto Cultural do Cariri*. Capítulo II – Dos sócios. p. 02.

Melo Ratisbona; Cadeira 16 – Padre Francisco de Assis Pita; Cadeira 17 – João Brígido dos Santos; Cadeira 18 – Raimundo Monte Arraes. Estas dezoito cadeiras eram da secção de Letras, que permaneceu com esse número até 1973, quando, logo após a morte de Figueiredo Filho, foi criada a Cadeira 19, que tinha como patrono o próprio Figueiredo Filho. Em seguida, foi criada a Cadeira 20, que tem como patrono José Martiniano de Alencar. Da Cadeira 21, Monsenhor Pedro Rocha de Oliveira é o patrono. Barreto Sampaio é o patrono da única cadeira secção de Ciências. Apesar da proposta do Estatuto, não foram criadas cadeiras na secção de Artes nem na de Folclore.

É necessário ressaltar que todos os patronos tiveram incursões pelo jornalismo, docência, política ou religião, além de terem sido advogados ou médicos de profissão. No ICC, dizia-se que esses homens “nasceram tão poéticos quanto heróicos” e que ao plantarem “as sementes da liberdade e do saber neste oásis esplendoroso”,⁵⁶ justificaram a escolha de seus nomes para homenagem prestada pela entidade.

Quinzenalmente, eram realizadas, na sede da Biblioteca Pública Municipal – ou com menor frequência, na casa de um dos membros da direção – as reuniões ordinárias do Instituto Cultural do Cariri.⁵⁷ Tais reuniões ocorriam sob a seguinte ritualística: primeiramente, tinha-se a abertura da sessão pelo presidente; em seguida era lida a ata da sessão anterior que, considerando-se necessária, era discutida. O passo seguinte era ler e despachar o expediente.

De acordo com a ata da reunião de vinte e um de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco, houve a sugestão de que, como parte da ritualística, em todas as reuniões, um membro “mantivesse com os presentes uma palestra de cunho histórico”, mas os sócios acharam por bem protelar um pouco a proposta, por considerar que a entidade ainda estava “amadurecendo o espírito cultural”.⁵⁸

Os membros do ICC estavam convencidos de que trabalhavam “para elevação intelectual do meio, pugnando para que o interior [pudesse ter] outro

⁵⁶ Cf.: NASCIMENTO, F. S. Esboço da Evolução Literária do Crato. In: revista *Itaytera*, nº 4, 1958. p, 56.

⁵⁷ A partir do Estatuto reformado em Assembléia Geral Extraordinária, em 18 de setembro de 1976, as reuniões ordinárias passaram a ser realizadas mensalmente. O novo Estatuto foi publicado no *Diário Oficial do Estado do Ceará*, em 25 de novembro de 1976. p, 5.420 a 5.422.

⁵⁸ Cf.: *Ata da sessão do Instituto Cultural do Cariri*, de 21/01/1955 – livro 1, fls. 13 e 14.

nível de vida e não [ocupasse] lugar inferior”, frente às cidades do litoral.⁵⁹ Dessa maneira, havia no Estatuto a proposta de criar uma biblioteca e um arquivo em que fossem guardados documentos históricos, livros, mapas, autógrafos ou outro qualquer material que fosse obtido pelo Instituto ou a ele oferecido. Além de ter sob a sua guarda esse material, o Estatuto propunha estabelecer intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras através dos sócios correspondentes. Além disso, a intenção dos fundadores do ICC era fazer dele um lugar de referência para outros estudiosos, torná-lo “em ponto de visitas obrigatórias de literatos, artistas e cientistas de fora, procedentes até do estrangeiro”,⁶⁰ na tentativa de legitimar o lugar do Instituto como o maior incentivador da memória e da história do Crato.

A busca de legitimação do lugar social do ICC estendia-se também à tentativa de corroborar a imagem do Crato, e de seus moradores, como terra de gente ordeira e civilizada, para a qual os membros do Instituto deveriam ser os primeiros a dar exemplo. De tal maneira, o artigo catorze do Estatuto estabelece, dentre outros critérios, aqueles que tornariam o sócio passível de suspensão:

- b) conduzir-se mal em sessão ou na sociedade, tendo recebido advertência na primeira vez e censuras públicas na segunda;
- c) menosprezar de público os atributos e objetos do Instituto, seus fins e organização;

Na prática, esse artigo implicava uma ingerência direta, uma possibilidade de intervenção do Instituto na vida pessoal de seus membros. Reivindicava e punha a prova uma homogeneidade das práticas e representações produzidas naquele lugar, o que não quer dizer que conseguisse.

Toma corpo, assim, uma urdidura que tenta unir num mesmo tecido o comportamento individual com a sociedade, com a Instituição, com aquilo que acreditavam ser coisa de gente *desde sempre* civilizada, voltada para o ordenamento moral, que é invocado para dar sustentação à grande meta do ICC, qual seja: representar as virtudes da gente do Crato.

⁵⁹ Jornal *A Ação*, 29/07/1972. p, 05.

⁶⁰ Revista *Itaytera*, nº 06, 1961. p, 03.

Virtudes valorizadas no discurso que Irineu Pinheiro proferiu por ocasião da solenidade de posse da primeira diretoria, em que assumia como presidente. Ele ressaltou o papel que teria sido desempenhado pelos cratenses nos “grandes movimentos libertadores nacionais”, enfatizando essa atuação como a maior contribuição legada pelos “heróis” do passado. Para assegurar que com o passar dos anos esse legado não seria esquecido, seu discurso reivindicava também uma pesquisa sistemática e preservacionista acerca do passado.

Sobre esse assunto, Irineu Pinheiro se pronunciou da seguinte forma:

No Brasil, país vasto, de tradições inda frágeis, deve preocupar-nos, de modo especial, a unidade pátria. Não se esqueça que nada apertará mais os laços que nos devem unir, como nação independente, que os estudos históricos, a pesquisa de documentos, sua interpretação, o conhecimento exato do que fizeram nossos antepassados de digno e de heróico, na paz e na guerra. Sigamos nós [...] o exemplo de Guizot, buscando salvar o que nos resta em arquivos e cartórios e reaver, se possível, o que se acha desaparecido, há tantos anos, por incúria, por questões políticas à mão armada, por interesses particulares.⁶¹

Convencido de que a construção social e significativa do passado se dava, fundamentalmente, pelos estudos históricos, Irineu Pinheiro aproveitou para colocar em pauta a questão da pesquisa e coleta sistemática de documentos. Para ele, “salvar o que resta[va] em arquivos e cartórios” era o único meio de fortalecer as tradições e assegurar “o conhecimento exato do que fizeram nossos antepassados de digno e de heróico”.

Note-se que Irineu Pinheiro não se afasta da ideia de reconstituição interpretativa do passado, o que denota sua vontade de construir uma história científica, comprometida com a “verdade” dos fatos. Mas, essa história que se propunha científica pode ser definida como uma história essencialmente política, protagonizada por grandes homens, e nos faz pensar que Irineu Pinheiro buscou extrair lições práticas da história, acreditando que tais lições definiriam quais modelos sociais, culturais e políticos orientariam as novas gerações.

⁶¹ PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. p. 555.

A referência a François Guizot não é gratuita. Quando era ministro da instrução pública francesa, entre 1832 e 1837, Guizot foi o artífice da construção de uma memória nacional na França, diz François Dosse. Preocupado em difundir o estudo e o gosto pela história nacional, ele criou a Sociedade da História da França, cujo trabalho se orientou especialmente pela procura de documentos originais.⁶²

Ao estabelecer o caso do historiador francês como modelo a ser seguido, Irineu Pinheiro entendia que a constituição de arquivos cumpria o papel de apreensão completa do passado e que, por meio dos documentos ali encontrados, os estudos históricos promovidos pelo ICC configurariam uma identidade social e uma memória oficial.

Deve-se, nessa perspectiva, compreender que quando Irineu Pinheiro falava em “apertar os laços que nos devem unir”, sua preocupação mais efetiva correspondia à constituição de uma identidade local: ser cratense. E esse *ser cratense*, em uma escala maior, visava à formação de uma identidade regional: ser caririense.

Para Irineu Pinheiro, *ser cratense* era ter assegurado um lugar na ordem civilizatória, porque, supostamente, teria sido no Crato que se deu a ascensão do “estalão moral” de toda a região do cariri. Vejamos:

No meado do século XIX começou a ascender o estalão moral da sociedade do Crato, que podemos considerar padrão de toda a zona caririense. Até então era inferior o nível de moralidade do lugar. Um dos motivos do aperfeiçoamento dos costumes foi a imigração [...] de famílias, especialmente do Icó, cujo esplendor principiava a declinar. Fixaram-se na nova terra fértil, menos sujeita às crises climáticas enriquecendo-as com seu labor e, portanto, civilizando-as os Alves Pequenos, os Candeias, os Bilhares, os Garridos, os Linhares, os Gomes de Matos e outros cujas descendências se prolongaram até nós. Frutificaram os bons hábitos familiares dos recém-vindos.⁶³

A transferência dos comerciantes do Icó era comparada à mudança da corte portuguesa para o Brasil, que trouxera instituições e práticas ditas civilizadoras. Como um bem de herança, as famílias de comerciantes que migraram para o Crato tinham, na ótica de Pinheiro, levado junto à mudança os

⁶² DOSSE, François. *A História*. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 275.

⁶³ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. [fac. sim.] Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. p. 89.

valores de progresso e civilização que teriam gerado o “aperfeiçoamento dos costumes” e possibilitado o “adiantamento moral e material do Cariri”.⁶⁴ Vale destacar que, entre os “civilizadores” elencados por Irineu Pinheiro, encontram-se os membros da família Alves Pequeno, que era a família do próprio Irineu.

Além da família de Irineu Pinheiro, os familiares de outros membros do Instituto Cultural do Cariri foram incluídos como civilizadores do Crato e do Cariri. Dessa forma, parecia ter grande significado a iniciativa de construir a história local, porque em grande medida ela era uma celebração apologética das famílias daqueles que a escreviam. Assim, ao narrar os acontecimentos históricos estes escritores acreditavam estar dando continuidade ao projeto civilizador dessa parte sul do Ceará.

Projetar o passado, portanto, parecia-lhe como tarefa do dever moral, como uma missão. Seria essa projeção que, supostamente, ofereceria as oportunidades de crescimento, tanto financeiro como sociocultural, da cidade do Crato. Desse modo, era interessante e necessária para o ICC a narrativa do passado, que, pelo seu caráter utilitário, servia como base para a construção e divulgação do projeto do Instituto.

De tudo quanto foi dito até aqui, é possível inferir que o projeto do ICC era impulsionar uma história de feitos memoráveis, dignas de vida eterna, repleta de bons exemplos. Segundo o que já dissemos, o grupo reunido em torno do Instituto Cultural do Cariri advogava em causa própria, pois na sua maioria era composto pelos descendentes dos “civilizadores”. Assim, esse grupo se entendia como *sucessor natural* de uma história que afirmava a possibilidade de um progresso ilimitado e que estabelecia uma linha de continuidade entre o passado e o presente.

Isso não implica supor que o ICC não tenha feito um trabalho significativo de investimento da lembrança, mas o fez dentro de um horizonte de expectativas que investiu consciente, e de maneira eficiente, na busca de tradições *naturalmente* cratenses, com destaque para as que se referiam a uma herança letrada e a um passado histórico.

Esse trabalho de consolidação de um passado comum e a tentativa de enquadramento de uma memória de grupo, bem como a construção de uma

⁶⁴ Idem. Ibidem. p, 05.

identidade social coesa, pode ser percebido nas páginas da revista *Itaytera*, órgão oficial do Instituto Cultural do Cariri. Os textos ali apresentados buscaram ajustar as necessidades do presente às glórias de um passado histórico, na configuração de uma memória coletiva e de uma identidade local.

A seguir, veremos como na revista *Itaytera* foi elaborado um discurso de valorização positiva de determinados eventos e personagens, na busca de uma relação significativa entre representação do passado, projetos de futuro e identidade local.

1.2 – A REVISTA *ITAYTERA* E A “TENDÊNCIA ARDOROSA DE CRATIZAR O CARIRI”

No editorial de lançamento da revista *Itaytera*, Figueiredo Filho disse que a razão precípua da publicação era “a defesa intransigente da região caririense.” A promessa era de que, pelas suas páginas, seria travada uma luta pela melhoria do “nível cultural e pelo bem estar da região.” A “defesa” do Cariri é explicada nos seguintes termos: “Já passou a época da preponderância absoluta do litoral em todos os setores da vida. No interior [...] é onde pulsa o verdadeiro coração do Brasil [...]. Não podemos viver mais em regiões estanques.”⁶⁵

Em outro texto, o mesmo autor traça aquele que seria o talhe da escrita de *Itaytera*:

É a voz da terra que conclama a todos para o trabalho comum de seu engrandecimento [...]. Pugnamos, sem desfalecimento, para o alevantamento moral, intelectual e material da região [...]. *Itaytera* nasceu para defender as coisas e costumes do Cariri [...] luta e quer vencer, para a região impor-se, como força de renovação da interlândia.⁶⁶

A criação da revista, portanto, devia ser encarada como mais um esforço empreendido pelo ICC para garantir o “alevantamento moral, intelectual e material” das cidades da região do Cariri. O foco da crítica estava centrado na “preponderância absoluta do litoral.” Propunha-se, então, uma “renovação da interlândia” pela crença de que “no interior, pulsa[va] o verdadeiro coração do Brasil.” Esse projeto foi apresentado por meio de um discurso que tentava eleger “as coisas e costumes do Cariri” como única e definitiva solução para o “seu engrandecimento”. Em outros termos, a essa publicação foi atribuído um papel estratégico de impacto político e social: conduzir, a partir do Crato, o progresso moral e material da região do Cariri. Assim, o ICC tentou ardorosamente, por meio da *Itaytera*, “cratizar o Cariri”.⁶⁷

⁶⁵ FIGUEIREDO FILHO, J. de. Explicando. Revista *Itaytera*, nº 1, 1955. p, 01.

⁶⁶ Idem. A jornada prossegue, incentivada pelas primeiras vitórias. Editorial da revista *Itaytera*, nº 02, 1956. p, 02.

⁶⁷ Revista *Itaytera*, nº 5, 1969. p, 78.

O lastro dos argumentos apresentados em *Itaytera* entendia que o passado – dito histórico – do Crato era representativo da dimensão que a *tradição* tinha no curso da vida social e cultural da cidade:

O primeiro número de *Itaytera* constitui prova exuberante do potencial intelectual da Princesa do Cariri. Na verdade, Crato já congrega um número crescido de intelectuais que estão dando o maior brilho às letras cearenses. Incontestavelmente *Itaytera* assinala um ponto alto no desenvolvimento cultural do Crato. A heróica cidade sul cearense reafirma a sua capacidade de liderança através do vigor mental de seus filhos.⁶⁸

A revista *Itaytera* foi uma publicação anual do Instituto Cultural do Cariri que, entre os anos de 1955 e 2000, publicou textos que se diziam destinados a registrar a produção cultural da região, especialmente na área da história, cuja marca, no entanto, evidenciava a cidade do Crato como impulsionadora do “engrandecimento” regional. Sobretudo nas duas primeiras décadas de existência, a intenção dessa revista era “provar” ao leitor que *desde sempre* o Crato, “pelas suas reservas acumuladas em duras pelejas cívicas e sacrifícios,”⁶⁹ esteve credenciado a tomar posição de vanguarda na luta para valorização do interior cearense.

O lançamento da revista já era previsto no estatuto do ICC, mas o seu primeiro número só veio a lume dois anos após a fundação da entidade, quando esta já tinha definido as prioridades dentro do seu programa de trabalho e conseguido as subvenções para impressão. Assim, em março de 1955, a revista *Itaytera* foi publicada pela primeira vez, com uma tiragem de setecentos exemplares.

O primeiro número apresentou-se com cento e oitenta e oito páginas, nas dimensões 15 x 22cm, dimensões que foram mantidas ao longo de suas 44 edições; mas a média de páginas variou entre duzentos e duzentos e cinquenta. O nome da revista aparecia estampado em letras grandes, mas nem sempre maiúsculas. Nos primeiros números não havia uma regularidade na disposição do nome, podendo aparecer na parte superior, central, ou mesmo na diagonal. A propósito da organização textual da revista, não havia uma

⁶⁸ Revista *Itaytera*, nº 02, 1956, p. 266.

⁶⁹ Revista *Itaytera*, nº 02, 1956, p. 02.

distribuição dos assuntos, podendo ser encontradas, na mesma página, notas bibliográficas, poesias, textos de cunho histórico, discursos, entre outros. A esse respeito seus idealizadores se manifestavam:

Não seguirmos uma rigidez total na distribuição dos trabalhos, nunca foi considerado pecado, entre eminentes intelectuais do sul do país [...]. Muitos deles chegaram até a elogiar essa espécie de anarquia na distribuição dos assuntos e no aproveitamento dos espaços. Acham originalidade e quebra de monotonia das pesadas publicações de cultura, de maneira geral.⁷⁰

Fundamentados nas críticas positivas que lhes dirigiam “eminentes intelectuais do sul do país,” os idealizadores da *Itaytera* não viam razão para mudanças no modo de confecção da revista. A preocupação maior era que fossem assimiladas as ideias ali difundidas, com especial destaque ao “soerguimento da mentalidade interiorana.”⁷¹

O nome da revista, que se propunha a ser “um retrato fiel de um povo politizado [e] consciente das suas responsabilidades perante a história”,⁷² foi sugerido pelo padre Antonio Gomes de Araújo. Seu significado apareceu estampado na capa da primeira edição:

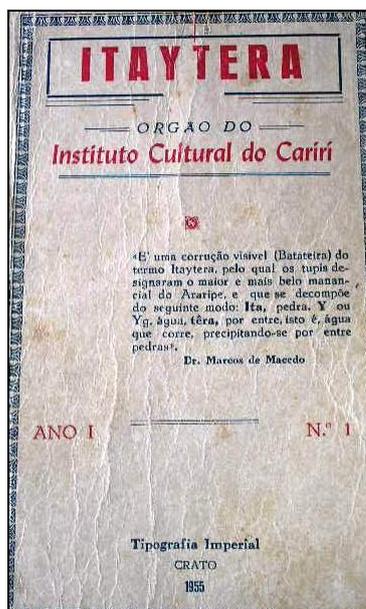


Figura 1- Capa do primeiro número da revista *Itaytera* – órgão do ICC. Acervo do Autor.

⁷⁰ Revista *Itaytera*, nº 11, 1967, p. 46.

⁷¹ Revista *Itaytera*, nº 11, 1967, p. 62.

⁷² Revista *Itaytera*, nº 13, 1969, p. 77.

Decompondo o termo *Itaytera*, tem-se: “**Ita**, pedra, **Y** ou **Yg**, água, **tera**, por entre, isto é, água que corre, precipitando-se por entre as pedras.”

Tal definição foi extraída do texto que Marcos de Macedo escreveu no *Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Estado do Ceará*, de autoria de Álvaro Gurgel de Alencar, publicado em 1903.⁷³ Nesse texto, ele diz que foram os índios tupis que designaram de *Itaytera* “o maior e mais belo manancial do Araripe.” O estudo de Marcos de Macedo enfoca a corrupção do termo que foi de *Itaytera* para *Batateira* – como ficou popularmente conhecida a nascente daquele rio – não havendo, entretanto “notícias de batatas nas margens daquela corrente, que justifique o nome que lhe puseram os primeiros colonos.”

74

Por essa definição, parecia óbvio aos idealizadores da revista que o termo *Itaytera* representava toda a pujança da natureza caririense, estando bem justificada a denominação da revista. Então, se as águas do rio, vencendo as pedras, tornavam “ubérrimo” o vale do Cariri, cabia à publicação homônima atuar como o “canal da inteligência regional.”⁷⁵

Partindo dessa lógica, a revista *Itaytera* seria a responsável pela “força de renovação” a que se referia Figueiredo Filho. No entanto, só o apoio “do corpo vontadoso de colaboradores”⁷⁶ não era suficiente para garantir tal renovação. A revista precisava de apoio financeiro para sobreviver e fazer triunfar seus ideais.

⁷³ Marcos Antonio de Macedo nasceu na vila de Jaicós, comarca de Oeiras, no Piauí, em 18 de junho de 1808. Sua mãe, Maria de Macedo Pimentel, era sobrinha de Bárbara de Alencar e irmã de Ana Porcina de Alencar, que se casou com Tristão Gonçalves e ficou conhecida, depois de viúva, como Ana Triste. Marcos de Macedo concluiu o curso jurídico em Olinda. Quando Martiniano de Alencar assumiu o governo da Província do Ceará, ele foi encaminhado à Europa para estudar Ciências Naturais. Em 1838, regressou à província e foi encarregado de explorar as florestas e formar uma coleção mineralógica. Em 1847, foi nomeado Juiz de Direito do Crato. De acordo com a revista *A Província*, ele foi “um dos colaboradores do Grande Dicionário de Larousse,” além de autor “do importantíssimo mapa topográfico do Crato, em que indicava as possibilidades de um canal tirado do rio S. Francisco [...] para comunicar com o rio Jaguaribe pelo riacho dos porcos e o rio Salgado [...]”. Esse trabalho foi impresso no ano de 1843, no Rio de Janeiro, e reimpresso na Alemanha em 1871, servindo ainda para a Carta Topográfica do Ceará de 1886. Pelos seus trabalhos, a revista *A Província* afirma ser ele “um grande vulto que devemos enfeixar na gloriosa história do Crato.” Todas as citações desta nota foram extraídas da revista *A Província*, nº 01, 1953, p. 38-40.

⁷⁴ *Apud* FIGUEIREDO FILHO, J. de. Revista *Itaytera*, nº 01, 1955, p. 01.

⁷⁵ Revista *Itaytera*, nº 03, 1957, p. 241.

⁷⁶ Revista *Itaytera*, nº 02, 1956, p. 02.

Em quase meio século de existência, *Itaytera* manteve-se financeiramente por meio de anunciantes – bancos, indústrias, comércio, colaboradores individuais – e da prefeitura municipal, muitas vezes, através de projetos apresentados pela câmara de vereadores, que destacavam:

[Itaytera] tem trazido para o Crato a admiração de todo o país, pois toda a Nação um dia sentiu que no Crato existe uma plêiade de homens que pensam e vivem em dia com o mundo das letras. [...] O Instituto Cultural do Cariri é uma sociedade pobre, modesta, porém não deixa de ter o arrojo e audácia de realizar os seus empreendimentos. [...] Ajudemo-lo na sua caminhada pelo mundo das letras, dando este auxílio à Itaytera.⁷⁷

O apelo incitava o poder público a investir na publicação da revista, como prova de que a municipalidade prestigiava a inteligência e fomentava o desenvolvimento das letras. Dizia-se que tal investimento garantiria ao Crato um lugar de destaque no firmamento literário, refletindo o desenvolvimento de sua vida cultural e levando para a cidade “a admiração de todo o país.” No mais, o domínio da cultura ia sendo definido como um “negócio oficial”, implicando a subvenção que pudesse assegurar a produção, difusão e consagração do trabalho empreendido pelo ICC.⁷⁸

Pode-se objetar que os recursos destinados ao incentivo do talento de “uma plêiade de homens que pensavam e viviam em dia com o mundo das letras” dependeram, em boa parte, do grau de influência pessoal e do lugar que essas pessoas ocupavam na sociedade. Como indício, temos que um dos acadêmicos do ICC era Décio Teles Cartaxo, prefeito do Crato à época da fundação do Instituto.

Garantido o financiamento, a revista era impressa, no Crato, pela Tipografia Imperial. A publicação resultava de uma dosagem entre as contribuições literárias (poesias, relatos de viagem), as matérias institucionais

⁷⁷ Texto do Projeto nº 407, apresentado à Câmara Municipal, em 1957, pelo vereador udenista José Luis de França. O projeto previa a concessão de Cr\$15.000,00 para a impressão da revista *Itaytera*. Cf. Auxíliia a Câmara a impressão de “*Itaytera*”. In: revista *Itaytera*, nº 03, 1957, p. 241-42.

⁷⁸ Seguindo as indicações de Sérgio Micelli, é conveniente notar que “[...] a análise de qualquer instituição política, educacional ou cultural da classe dirigente no país implica decerto tratá-la como, ao menos em parte, o produto de estratégias mais ou menos bem-sucedidas de um dado círculo da classe dirigente que logrou a institucionalização de suas fontes de recursos.” MICELLI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 354.

(cobertura das atividades do ICC e eventos culturais), além dos ensaios voltados para questões políticas, econômicas, sociais, geográficas, todos eles em busca de liames com o passado. Nem sempre esses artigos eram assinados, sugerindo que seus idealizadores acreditavam expressar uma visão única sobre determinado assunto. Quando assinados, ressaltava-se que a direção do ICC e a comissão de organização da revista não se responsabilizavam pelas ideias dos autores. Se, por um lado, podemos pensar que isso era uma estratégia para dar testemunho de uma postura social assumida em conjunto, que reiterava a competência e autonomia intelectual de cada autor, por outro, parecia ser uma tentativa de se desincumbir do encargo de qualquer constrangimento decorrente da publicação dos textos.

Textos que versavam, sobretudo, acerca da história da cidade do Crato, com destaque para a participação de alguns de seus antigos moradores em determinados eventos da história política do Brasil, evidenciando uma concepção de história baseada em eventos gloriosos e personagens heróicos.

A predisposição dessa temática seguiu de perto a orientação de outra revista que fora publicada antes da *Itaytera*. Trata-se da revista *A Província*, lançada em 17 de Outubro de 1953, durante as comemorações do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Os editores dessa revista, Florival Matos e F. S. Nascimento,⁷⁹ diziam que a revista tencionava “oferecer ao Crato uma publicação que [dissesse] Brasil afora, o que foi o nosso passado heróico e o que representa a nossa cultura e a nossa vida, neste vale de lutas e sacrifícios que é o Cariri”.⁸⁰

⁷⁹ Florival Alves Matos nasceu em Jardim, em 1910. Quando adolescente foi residir no Crato, onde permaneceu até sua morte, no ano de 1991. Seus escritos, segundo Raimundo de Oliveira Borges, focalizaram assuntos de “sabor regional.” Escreveu sobre como e quando conheceu Lampião; sobre Patativa do Assaré e sua poesia; sobre o cinema e o futebol no Crato, entre outros textos. Já Francisco de Souza Nascimento nasceu no município pernambucano de Cariri-mirim, em 1926. Aos três anos de idade foi com os pais morar no Crato. Estudou na Escola Técnica de Comércio e trabalhou como técnico de contabilidade. Mudando-se para Fortaleza, ingressou no quadro de funcionários da Universidade Federal do Ceará e intermediou, na Imprensa Universitária, a publicação dos textos do padre Antonio Gomes de Araújo. Conhecido como F.S. Nascimento, foi um dos sócios fundadores do ICC, ocupando a cadeira de nº 14, que tinha como patrono Manuel Monteiro. Uma breve biografia dos editores dessa revista pode ser encontrada em BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato intelectual. Dados bio-bibliográficos*. Coleção Itaytera. Crato: Tipografia e Papelaria do Cariri, 1995. p, 81 e 152.

⁸⁰ Revista *A Província*, nº 02, 05/07/1954, p. 01.

A Província, apesar do esforço de divulgação a que se destinou, teve vida breve, com apenas três números. O fato de ter sido um empreendimento particular, que não contou com outras fontes de recursos, talvez tenha favorecido o seu desaparecimento no ano de 1955. Duas décadas depois, no entanto, o projeto da revista *A Província* foi retomado pelo professor Jurandy Temóteo, que continua ratificando o propósito inicial do seu programa: a valorização da cultura universal pelo regional. Como na *Itaytera*, a referência às glórias do passado e a supervalorização da cidade do Crato são a tônica das matérias nessa segunda fase da revista, que ainda está em circulação.

A relação entre as duas revistas foi estreita. Um dos diretores de *A Província*, F. S. Nascimento, pela experiência adquirida com essa publicação, foi o responsável pela revisão e paginação da *Itaytera*. Como ele era também membro do ICC, algumas notícias deram conta de sua revista como sendo órgão do Instituto. Assim, Waldery Uchoa escreveu no jornal *O Unitário*, em 09 de Janeiro de 1954:

Crato é uma das cidades do Ceará onde mais está florescendo o culto à inteligência. Recentemente ali foi fundada uma instituição de cultura que se prenuncia de vida ativa e programa vasto. Referimo-nos ao Instituto Cultural do Cariri que deu mais um passo significativo no domínio das letras, com a publicação de uma excelente revista intitulada “A Província” [que] apresenta-se com feição moderna, bem impressa [...]. Iniciativas assim, deste porte, dignificam a terra e a elevam no conceito dos seus amigos e admiradores. Conhecemos, de perto, o trabalho enorme que reclama a tiragem de uma revista literária, notadamente quando se quer fazer uma coisa mais ou menos boa como esta “A Província.” Podemos, assim, ter uma idéia do que foi a luta [...] para tornar bela realidade o nobre ideal de dotar o Crato de uma boa revista [...].⁸¹

O equívoco de Waldery Uchoa tem algum fundamento. No ICC, dizia-se que “apesar de ser uma revista particular,” *A Província* merecia dos seus membros a colaboração “como se ela fosse a revista do Instituto.”⁸² Desse modo, o grupo reunido em torno do ICC devia acompanhar de perto os trabalhos dessa revista de “feição moderna e bem impressa,” que atraía

⁸¹ Artigo reproduzido na revista *A Província*, nº 02, 05/07/1954. p, 48-9.

⁸² Cf.: *Ata da sessão do Instituto Cultural do Cariri* de 14/05/1955 – livro 1., fls. 21v.

olhares admirados e revelava como no Crato “o culto à inteligência” estava em sintonia com o jeito moderno de produzir jornais e revistas.⁸³

O que ressoava no Crato era que a publicação de revistas como *A Província* e *Itaytera* prenunciava a modernização da cidade e a elevação de seu nível cultural e material. Daí, a tentativa dos seus idealizadores em fazer crer que o caminho para se alcançar tal crescimento seria o culto à inteligência e ao passado de glórias.

Bem por isso, as duas publicações vieram a lume na comemoração de centenários. *A Província*, nos festejos do Centenário do Crato; já *Itaytera* na comemoração do centenário da imprensa cratense, rememorando a publicação do primeiro jornal publicado na região do Cariri: *O Araripe*, fundado em 1855 por João Brígido dos Santos.

O engajamento do ICC em construir memórias torna-se ainda mais evidente neste momento:

O Instituto Cultural do Cariri já está elaborando um vasto programa das comemorações [do centenário da imprensa local], incluindo uma sessão magna em que falarão diversos oradores e uma exposição da coleção de “O ARARIPE”, que pertencia ao nosso primeiro presidente – Dr. Irineu Pinheiro. O aparecimento de “O ARARIPE” marca o predomínio intelectual do Crato no Cariri, razão pela qual todos os cratenses são convidados a se associarem às comemorações centenárias da sua imprensa, imprensa valiosa, que sempre tem sido um dos baluartes do nosso progresso.⁸⁴

Como se vê, os intelectuais do ICC se pretendiam difusores daquilo que consideravam “baluartes do progresso,” sendo uma de suas atribuições, como parte constituidora desse almejado progresso, “o culto, por meio das comemorações adequadas, dos feitos de nossa história”.⁸⁵

⁸³ Segundo Alzira Abreu, esse jeito moderno de fazer publicações é percebido, sobretudo, a partir da década de 1950, quando a imprensa passou por transformações significativas, introduzindo novas técnicas de apresentação gráfica, anúncios de produtos alimentícios e agrícolas, automóveis, eletrodomésticos, tudo em sintonia com o projeto nacional-desenvolvimentista. Ver: ABREU, Alzira Alves. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: BOTELHO, André [et al.]. *O Moderno em Questão. A década de 1950 no Brasil*. RJ: Topbooks, 2008, p. 218.

⁸⁴ “Em Julho próximo o primeiro centenário da imprensa cratense”. Revista *Itaytera*, nº 1, 1955, p. 174.

⁸⁵ Cf.: *Estatutos do Instituto Cultural do Cariri*, Capítulo I – Da finalidade do Instituto. Art. 2º, p. 01.

Certamente, não foi por acaso o lançamento das revistas em datas tão significativas. Essa era uma forma de arremeter empenhos na sustentação da ideia de que o Crato esteve *desde sempre* destinado ao progresso.

Não esqueçamos que o propósito da revista *Itaytera*, segundo as conveniências conjunturais de sua fundação, era afirmar que, de longe, vinham os cratenses marchando para a notoriedade. Concepção que dota as experiências dos antepassados de um caráter histórico e pedagógico. Uma pedagogia da tradição que assume contornos de trajetória exemplar. Daí para a mitificação das figuras cratenses como protagonistas da história é um passo, elevando-as à condição de heróis.

Os membros do ICC postavam-se, então, como “porta voz da grandeza histórica, moral e material desta terra abençoada, desta nobre terra que sempre foi guiada por um ideal superior, baseado nas mais sublimes e nobres causas”.⁸⁶

A importância do registro dos feitos desses “heróis,” que teriam agido “guiados por um ideal superior,” é demonstrada num dos artigos do primeiro número da revista *Itaytera*:

Precisamos (e estamos tentando) documentar para o futuro o que o passado e o presente tiveram e tem de mais significativo – em todos os campos – quer político, histórico, sociológico ou religioso. [...] Há pioneiros batalhando incessantemente pela verdade histórica, como o Pe. Antonio Gomes e José de Figueiredo Filho, amantes inveterados da nossa terra e das nossas cousas, pesquisadores incansáveis dos nossos fatos sociais. [...] Reconstituirá um Passado de lutas e de glórias, um Passado de figuras portentosas como a de Tristão Gonçalves, Martiniano, Barbara de Alencar [...] todas elas intimamente ligadas, cada qual ao seu modo, a história do Crato, a nossa terra e a nossa gente.⁸⁷

É evidente, nessa citação, a busca de criar um panteão de heróis para a cidade, discorrer sobre suas vidas incluindo-as, no mais das vezes, sempre às voltas com dilemas morais, intelectuais e políticos. Colocados como representantes do amor incondicional ao civismo, de um senso patriótico, a intenção era de que esses heróis acabassem tornando-se imunes aos

⁸⁶ AQUINO, J. Lindemberg de. Museu do Crato. In: *Itaytera*, nº 1, 1955. p. 59-60.

⁸⁷ Idem. *Ibidem. loc cit.*

juízos que comprometessem a “nobreza” de suas ações, em detrimento dos que passaram à vala comum sem direito a nome próprio.

Nesse aspecto, se plasmam personalidades que teriam concorrido para dar ao passado um sentido histórico, qualificando-o de singular e digno de veneração. Veneração estendida à cidade que os membros do ICC acreditavam ter feito “história na história do Brasil [conservando] esses heráldicos brasões como símbolos de sua civilização e do seu progresso”.⁸⁸

“Exaltação ao Crato”, eis o título do artigo publicado na edição da *Itaytera* do ano de 1968, que, beirando a soberba, trás na capa os seguintes dizeres: “[...] de convívio fino e elevado, merece sem favor, o título heráldico de Princesa do Cariri”.⁸⁹ A justificativa dada por Raimundo de Oliveira Borges, autor do artigo, para tal exaltação encontra-se na “grandeza do seu passado” e na “maravilhosa perspectiva do seu futuro.”

[...] toda a exaltação a nobre cidade do Crato parece-nos ainda pouco diante da grandeza do seu passado, da pujança do seu presente e da maravilhosa perspectiva do seu futuro. Crato! Cidade inteligência, cidade cultura, cidade luz! Crato histórica do passado, Crato autêntica do presente, Crato esperança do futuro, não foi sem motivo o título de nobreza que te deram! Salve Princesa do Cariri!⁹⁰

Sobre os tais “títulos de nobreza” do Crato, Raimundo de Oliveira Borges afirma que não teriam sido dados por “obra de benemerência ou favor de quem quer que seja, nem objeto de lei ou decreto que podem ser revogados a qualquer momento e com uma só penada. Ao contrário, foi e é uma conquista do povo, da sua alta mentalidade e da sua vocação ao amanhã das ciências, das letras e das artes”.⁹¹

⁸⁸ COELHO, Correia. *Cidade Ideal*. Revista *Itaytera*, nº 12, 1968. p, 183-4.

⁸⁹ Segundo Irineu Pinheiro, o título de Princesa do Cariri teria partido de um elogio feito pelo bispo Dom Manuel Antonio de Oliveira, coadjutor da Diocese do Ceará, ao visitar a cidade do Crato, no ano de 1909. Pinheiro transcreveu o discurso do Bispo em que faz referência ao título de princesa: “[...] os custosos aprestos da família cratense por ocasião da nossa visita a esta cidade insigne, gentil princesa da parte sul do Ceará, a galhardia com que esta donairosa cidade nos abriu suas portas, o caudal de afetos com que grandes e humildes nos beijaram pressurosos o sagrado anel, a fidalguia com que fomos tratados nos curtos dias que aqui demoramos, esse infinito de delicadezas cujo segredo só possui um grande povo [...] enchemos o coração o dilúvio de vossos mais lídimos afetos.” In: PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. p, 178.

⁹⁰ BORGES, Raimundo de Oliveira. *Exaltação ao Crato*. In: revista *Itaytera*, nº 12, 1968. p, 186.

⁹¹ Idem. *Os títulos do Crato*. In: *Itaytera*, nº 22, 2005. p, 158.

É interessante observar que o passado, nessa perspectiva, orienta e qualifica a cidade a partir do estabelecimento de nexos históricos explicativos. Nesse sentido, o passado teria legado uma singularidade autêntica que abria perspectivas alvissareiras em relação ao futuro.

Valendo-se de um repertório de histórias vitoriosas, nas páginas da revista *Itaytera*, tratou-se de difundir e consagrar a experiência social de determinados sujeitos. Muito mais que defender o Cariri, como se propôs, a revista foi um espaço de legitimação e divulgação dos discursos que colocavam o Crato como terra conquistadora da civilização e do progresso.

Além de *Itaytera* outras publicações vinculadas ao ICC deram conta do “Crato Histórico”, do “Crato Social”, do “Crato Econômico” ou ainda do “Crato Cultural”. Produções que são portadoras de interesses, vinculações políticas, que demonstram uma concepção elitista de História e a partir do qual se desenrola a perspectiva dos seus autores. Autores esses que foram artífices de uma construção cultural cuja força decisiva encontrava legitimação numa posição singular que, supostamente, Crato ocupava na sociedade.

À primeira vista, pode parecer que era apenas o “interesse elevado” de registrar cada acontecimento glorioso que orientava tais escritos, mas a narrativa desse passado buscou mesmo foi instaurar certa noção de continuidade histórica. Sendo assim, ao selecionar acontecimentos de sua história, o grupo reunido em torno do ICC não só escolhia o que ser lembrado como também conferia ordenação a essa lembrança, definindo uma história e uma memória para o Crato e seus habitantes.

Ressalte-se que estes escritores estiveram dentro de uma instituição de discurso histórico, embora nenhum tivesse essa formação acadêmica. Mesmo assim, e a despeito das formações profissionais de seus integrantes, o ICC cumpriu diferentes papéis: primeiramente, o de uma instituição voltada para uma historiografia que buscava para si o caráter de história oficial; em segundo lugar, um local de projeção intelectual e, por fim, um espaço de promoção política e pessoal.

Nesse sentido, a análise da biografia de alguns membros ajuda a compreender a composição do ICC, embora reconheçamos que fazer uma reflexão sobre o perfil destes “historiadores” não é tarefa simples. Todavia, ao

assumirmos tal empresa, cumpre-nos apreender os diversos níveis de atuação desses nomes e tentar perceber as injunções de toda ordem que interferiram no trabalho específico de escrita da história e que fundamentaram os seus discursos.

1.3 – OS HISTORIADORES DO ICC: EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E TRAJETÓRIAS POLÍTICA E INTELECTUAL

A origem social daqueles que integraram os quadros do Instituto Cultural do Cariri esteve vinculada, em grande maioria, às classes sociais em situação de proeminência política e econômica na cidade do Crato. É possível dizer que mesmo os oriundos de famílias mais humildes se aproximaram, em algum momento e a despeito da divergência de opiniões, dos interesses sociais e políticos que visavam legitimar as classes dominantes. Dessa forma, a base de referência para os textos que esses acadêmicos produziram estava associada às suas experiências cotidianas. Ademais, a diversidade de suas formações intelectuais foi vital para o desenrolar de suas obras.

Essa formação intelectual, aliás, foi usada pelos membros do ICC como referência simbólica de tradição e superioridade que, supostamente, teria tornado o Crato num “dos mais promissores centros da civilização no interior do Nordeste Brasileiro”.⁹² Assim, ter-se-iam colocado a serviço da “civilização” as instituições de ensino e difusão da cultura letrada que, segundo os discursos produzidos a partir do ICC, garantiram ao Crato uma identidade diferenciada.

Entre essas instituições, destaque-se a influência do Seminário São José, que, a partir de 1875, imprime uma nova dinâmica à vida intelectual do Crato. Como o seminário ministrava o ensino primário e secundário, os filhos da elite podiam permanecer por mais tempo em casa e as famílias abastadas de localidades próximas podiam enviar seus filhos para estudar no Crato sem precisar deslocá-los ao Recife, Salvador, Rio de Janeiro ou Fortaleza, como era recorrente até meados do século XIX. Ademais, a instalação do Seminário São José, além de assegurar crescimento demográfico, garantia um importante crescimento econômico, agindo em favor da ideia do Crato como “centro da civilização”. Mas, certamente, sua importância se deu pela ampliação e possibilidade de formação intelectual na cidade do Crato.⁹³

⁹² Revista *Itaytera*, nº 01. 1955, p. 60.

⁹³ Sobre o entusiasmo pela cultura letrada e a existência de outras instituições escolares no Crato desse período, ver: CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)*. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação de Mestrado. UFRJ, principalmente o capítulo 4, intitulado “A ‘cidade da cultura’ letrada.” p, 153-91.

Sobre o Seminário São José disseram, certa vez, Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho:

[...] serviu para preparar elite de inteligência e de espírito [...], como ponto de partida para a criação de modernas casas de ensino cratenses, que poderiam encher de orgulho a qualquer cidade culta do Brasil. [...] E não fica só nisso. Seu papel tem sido de pioneiro em difundir a luz da educação e do ensino através dos sertões de parte importante do interior nordestino.⁹⁴

O fato é que mais do que “difundir a luz da educação” preparando “elite de inteligência e de espírito”, o Seminário foi um espaço fundamental para constituição da elite dirigente local. Lá, se formaram laços de sociabilidade que, mais tarde, foram reforçados e reproduzidos em espaços como o Instituto Cultural do Cariri.

Com base em “anseios civilizatórios” e, pretensamente, num esforço de perpetuar a “fama que o Crato desfruta[va] de Capital ou Centro da cultura regional”,⁹⁵ clérigos, professores, funcionários públicos, políticos, militares, jornalistas, literatos, todos reunidos em torno do ICC, estavam convencidos de que narrar a experiência histórica e social da cidade do Crato seria ressaltar o seu papel de responsável por inserir a região do Cariri no curso do progresso.

Aqui, chamamos de historiadores aqueles que produziram estudos históricos, que se reconheciam e eram reconhecidos como historiadores. Tentaremos mapear os lugares pelos quais eles passaram e perceber como esses lugares influenciaram uma escrita da história. É certo que os autores reunidos deixaram transbordar para as páginas de seus textos todo o seu engajamento político, ainda que digam, com recorrência, que agiam apenas em nome da “verdade dos fatos”.

A seguir, veremos um perfil daqueles que estiveram à frente do Instituto Cultural do Cariri.

⁹⁴ FIGUEIREDO FILHO, J. de; PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato*. p, 59-60.

⁹⁵BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato Intelectual. Dados Bio-Bibliográficos*. Crato. Tipografia e Papelaria do Cariri, 1995. p, 05.

1.3.1 – “Sobre o esculápio projetou-se o historiador”: Irineu Pinheiro.

Reputa-se a Irineu Nogueira Pinheiro a glória de ser o maior historiador cratense, que se ocupara de fazer uma síntese da história local “citando os lances mais empolgantes da vida desta terra [...] dos quais se verificam e se constata os sentimentos de civismo dos filhos do Crato, cuja bravura patriótica todos reconhecem e proclamam”.⁹⁶

Nascera em Crato, no ano de 1881. Filho do casal Manuel Rodrigues Nogueira Pinheiro e Irinéa Pinto Nogueira Pinheiro. Era neto do tenente-coronel da Guarda Nacional, Antonio Luiz Alves Pequeno – o segundo de uma série de três com este nome – que, no dizer de Irineu, graças “a honradez, trabalho e inteligência [...] cooperou para o adiantamento moral e material do Cariri”.⁹⁷

Como membro de uma das famílias mais tradicionais do Crato, Irineu Pinheiro pôde usufruir de uma boa educação. Iniciou seus estudos no Seminário São José, de onde seguiu para Fortaleza, em 1898; de lá, partindo para o Recife e, por fim, para o Rio de Janeiro, onde se formou na Faculdade de Medicina, no ano de 1910.

Quando retorna ao Crato, seu tio, que estava à frente da administração municipal – o terceiro Antonio Luiz Alves Pequeno – providenciou para que a banda de música tocasse na ocasião de sua chegada, “enquanto espocavam ao ar foguetes de macaúba e foguetões bacuraus”.⁹⁸

No Crato, Irineu Pinheiro conciliou as atividades da medicina e do magistério com as pesquisas históricas. Na área da educação atuou como Inspetor Federal do Colégio Diocesano e como professor de História Geral no Seminário São José.

O médico Irineu envolveu-se em campanhas em favor do saneamento e da higiene, proferiu palestras e publicou opúsculo que alertava sobre o risco da peste bubônica, que ameaçava o Crato em 1936. Além disso, Irineu esteve

⁹⁶ Cf.: *Ata da Sessão Magna Comemorativa do 1º Centenário do Crato*, reproduzida na revista *A Província*, nº 02, 1954. p. 38-40.

⁹⁷ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri*. p. 04.

⁹⁸ FIGUEIREDO FILHO, J. de. Apresentação In: PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. p. 07.

à frente do Banco do Cariri, onde assumiu a primeira presidência, e do Rotary Clube.

No campo das letras, Irineu compareceu como sócio-correspondente do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, tendo sua atuação mais marcante como sócio-fundador e primeiro presidente do Instituto Cultural do Cariri.

Em seu discurso de posse no ICC, Irineu disse esperar que a entidade fosse capaz de resolver problemas de cunho histórico, como saber qual a “verdadeira data do descobrimento” do Cariri, bem como escrever, por meio de documentos, a história da participação do Crato nos movimentos de luta pela independência e a instauração da república, como ocorrera em 1817.

Irineu Pinheiro não pôde, todavia, acompanhar o trabalho de revisão e correção a que deveria se dedicar o ICC. Menos de um ano depois de fundar e assumir a presidência do Instituto Cultural do Cariri, precisamente em 21 de maio de 1954, foi acometido por um ataque cardíaco fulminante. A morte, segundo o padre Antonio Gomes de Araújo, “transformou o primeiro presidente do I.C.C. num legado de exemplos fecundos [...]. Exemplo de abelha da Inteligência, a serviço do Cariri, sobretudo do Crato, na fixação da sua evolução histórica e fatos memoráveis”.⁹⁹

Nas páginas do primeiro número da revista *Itaytera*, foi reproduzido um discurso destinado a “cultuar e enaltecer a memória do Dr. Irineu.” Esse discurso foi lido na sessão do ICC, de 12 de Junho de 1954, do qual destacamos o seguinte trecho: “O seu pendor literário divorciou-o da medicina. Sobre o esculápio projetou-se o historiador. Às investigações científicas preferiu as escavações históricas”.¹⁰⁰

Proferido por um dos membros do instituto, o advogado Duarte Júnior, tal discurso correspondeu ao investimento na construção de uma memória sobre Irineu Pinheiro e sua escrita da história, ensejando não se questionasse sua legitimidade de historiador, a despeito da formação em medicina.

⁹⁹ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A Cidade de Frei Carlos*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971 (Coleção Estudos e Pesquisas, vol. V). p, 21.

¹⁰⁰ DUARTE JÚNIOR, Antonio. “*In Memoriam*. Discurso em honra do Dr. Irineu Pinheiro” In: revista *Itaytera*. nº 1, ano I, 1955. p, 61-71.

Mencione-se aqui a noção que Duarte Júnior demonstrou ter acerca da história: menos científica e mais literária. Suspeita-se que Irineu Pinheiro talvez não estivesse de acordo com tal distinção, porque ele dizia escrever com rigor e fundamentado em documentos inéditos que lhe propiciavam o “conhecimento exato do que fizeram nossos antepassados”,¹⁰¹ considerando, por isso, “mais ajustada à verdade dos fatos”¹⁰² a versão que ele dera aos acontecimentos da história do Cariri.

Tanto Irineu Pinheiro como os seus epígonos estiveram convencidos de que a luta pelo progresso e civilização do Cariri se travaria pela história. Nesse sentido, buscaram afirmar o papel social, cultural e político desempenhado pelo Crato no correr do tempo para que todas as cidades da região do cariri caminhassem pelas mesmas trilhas.

Outro não foi o intento de Irineu Pinheiro ao escrever o livro *Efemérides do Cariri*, postumamente publicado em 1963. A esse texto, que apresenta uma visão evolucionista dos aspectos da história local, Figueiredo Filho aferiu valor como resultado de um gênio criador, considerando o livro como um “dos maiores já forjados pelo cérebro de um caririense”.¹⁰³

Anos depois da publicação de *Efemérides do Cariri*, Raimundo de Oliveira Borges assevera a importância dessa obra indagando o que seria do Crato e sua história...

[...] se não fosse Irineu Pinheiro publicando *Efemérides do Cariri*, com 555 páginas e que é a fonte maior da nossa historiografia? Se não fosse ainda ele e outros intelectuais da terra criando em 1953 o Instituto Cultural do Cariri, que tem levado longe através da vitoriosa *Revista Itaytera* a fama que o Crato granjeou de Capital da Cultura na hinterlândia cearense?¹⁰⁴

A indicação do livro *Efemérides do Cariri* como sendo “a fonte maior da nossa historiografia”, tenta aquilatar o peso do projeto de construção da historiografia do Cariri que foi produzida por Irineu Pinheiro “e outros

¹⁰¹ PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. p, 555.

¹⁰² Idem. *Ibidem*. p, 548.

¹⁰³ FIGUEIREDO FILHO, J. Apresentação. In: PINHEIRO, Irineu. *Op.cit.* p, 07.

¹⁰⁴ BORGES, Raimundo de Oliveira. *Reminiscências: o meu itinerário*. Fortaleza: ABC Editora, 2007. p, 104.

intelectuais da terra” a partir do ICC. Borges acreditava que advinha daí a “fama que o Crato granjeou como capital da cultura”.

Outra obra de Irineu Pinheiro que teve destacada influência, talvez até mais do que “*Efemérides*”, foi *O Cariri – seu descobrimento, povoamento, costumes*, publicado em 1950. Nesse livro, Pinheiro esforça-se em demonstrar a singularidade da região, descrevendo o vale do Cariri como um oásis que fazia com que seus moradores não se julgassem sertanejos, porque a ideia de sertão seco e estéril não era condizente com aquela “vegetação sempre verde e suas águas perenes [que] contrastam singularmente com os sertões semi-áridos que o circundam”.¹⁰⁵

Repetidas vezes, nesse texto, Irineu Pinheiro classificou o Cariri como “um presente da Chapada do Araripe”. Vejamos uma dessas descrições:

Lê-se em Heródoto que o Egito é um produto do Nilo e os egípcios os que bebem as águas do grande rio. Parodiando o historiador grego, podemos dizer que o Cariri é um presente da Chapada do Araripe e caririenses os que lhe bebem as águas das nascentes, as quais [...] originaram as cidades do extremo sul do Estado e as têm feito progredir.¹⁰⁶

Essa descrição tenta definir o Cariri como um lugar dotado, quem sabe pelo sopro divino, de solo fértil, bom clima, rios, elementos importantes para a produção agrícola que “originaram as cidades do extremo sul do Estado”, acenando para elas com um futuro promissor, do qual o Crato era *naturalmente* condutor.

Na verdade, o que Irineu Pinheiro buscou nessa obra foi demonstrar que, reconhecendo a dádiva que seria o Cariri, os antepassados de tudo fizeram para deixar marcada de forma indelével sua passagem pelo tempo. Era como se essa natureza grandiosa tivesse influído de um modo próprio e decisivo sobre os seus habitantes, oferecendo à geografia uma história com igual cor e brilho donde não se poderia esperar menos que um conjunto de tradições partilhado por todos.

¹⁰⁵ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri*. p. 07.

¹⁰⁶ Idem. *Ibidem*. p. 21.

Da lavra de Irineu Pinheiro foi também o livro *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, texto publicado em 1938. Segundo o padre Antonio Gomes de Araújo, nesse livro Irineu teria evitado a revelação de um segredo importante para a história do Cariri: “a produção do embuste dos milagres da solerte Maria de Araújo”.¹⁰⁷

Assegura o padre Antonio Gomes que Irineu Pinheiro sabia, e tinha provas, tratar-se de farsa o propalado milagre de Juazeiro, mas que evitara divulgar tal segredo por respeito à amizade que unia sua família ao Padre Cícero. O embuste, como chama o padre Antonio Gomes de Araújo, supostamente teria sido confirmado pelo próprio Padre Cícero “na presença do Coronel Antonio Luiz Alves Pequeno [e de] Antonio Nogueira Pinheiro, irmão do autor de ‘O Cariri’”.¹⁰⁸

Segredos à parte, Irineu Pinheiro biografou, em 1952, José Pereira Filgueiras. Verdadeiro panegírico ao “libertador de Caxias contra as tropas de Fidié” que propunha “reabilitar a memória de Filgueiras de acusações que lhe têm feito quase todos os historiadores, cearenses ou não, alguns do porte de Oliveira Lima”.¹⁰⁹ Disse o padre Antonio Gomes de Araújo que, “nesta cintilante crônica histórica, o escritor Gustavo Barroso inspirou-se para escrever um de seus artigos, publicados na revista carioca *O Cruzeiro*”.¹¹⁰

Joaquim Pinto Madeira foi outra figura biografada por Irineu Pinheiro, em 1946. O episódio da “Guerra do Pinto”, como chamou ao movimento que dividia, na primeira metade do século XIX, simpatizantes da ideologia republicana no Crato – liderados pela família Alencar – e adeptos da monarquia em Jardim era o que Irineu considerava mais um dos exemplos do “campo histórico” a ser corrigido. Sobre esse assunto, ele assim se manifestou:

Em quase todas as histórias do Ceará e do Brasil escreveram [...] ter sido restaurador do trono de D. Pedro I o movimento chefiado pelo coronel Joaquim Pinto Madeira e pelo vigário do Jardim, cônego Antonio Manuel de Sousa, alcunhado ‘benze-cacetes’ [...]. A nosso ver, não foram causas gerais, como seria a da restauração, mas razões de ordem puramente regional, quais as velhas rivalidades

¹⁰⁷ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Apostolado do Embuste*. Revista *Itaytera*, nº 02. 1956. p, 03-62. Citação extraída da página 04.

¹⁰⁸ Idem. *Ibidem*. p, 06.

¹⁰⁹ PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. p, 542.

¹¹⁰ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A Cidade de Frei Carlos*. p, 21.

entre Crato e Jardim, as que levaram os homens de Pinto Madeira e Antonio Manuel a levantar-se de armas nas mãos, a atacar e tomar o Crato.¹¹¹

Para atestar a validade de sua observação acerca do assunto, Irineu Pinheiro se vale dos escritos de Pedro Théberge e João Brígido afirmando que estes “nunca em seus escritos atribuíram à revolta de Pinto Madeira cunho restaurador” e que isso por si só poderia ser considerado verdade, pois os dois historiadores foram “contemporâneos de muitos que assistiram à insurreição e nela cooperaram”.¹¹² Dessa forma, Irineu Pinheiro fiou-se numa narrativa que procurava enunciar a verdade histórica a partir de provas testemunhais e de documentos oficiais.

Pinheiro assumiu, então, o papel de historiador que, extraindo a verdade dos fatos, produzia uma história comprometida com um ideal cientificista, disposta a elucidar e retificar temas de uma história feita por grandes homens, uma história essencialmente política.

Como vimos, Irineu Pinheiro consagrou parte de sua pesquisa à procura de “documentos originais” que lhe davam a certeza de seguir guiado pelo senso da verdade histórica. Mas, se conseguiu sagrar-se como historiador, disse Joaryvar Macedo, foi “servindo-se, sobretudo, de bibliografia já existente e de dados documentais fornecidos a ele pelo Padre Antonio Gomes de Araújo”.¹¹³

Corroborando a ideia de que Irineu era “homem mais de gabinete que de arquivo” disse José Newton Alves de Souza: “Irineu Pinheiro não foi, aí [nos arquivos], tão longe nem tão fundo. Contatou, é verdade, com as fontes e os documentos, [...], mas não na medida e no mérito [...] do padre Antonio Gomes de Araújo”.¹¹⁴

O próprio Padre Gomes falou de sua colaboração para com Irineu, deixando entrever certo ranço por não ser mencionado como “autor da oferta”

¹¹¹ PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.* p. 545.

¹¹² Idem. *Ibidem.* p, 547.

¹¹³ MACEDO, Joaryvar. Apresentação: O Autor e a Obra. In: ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Um civilizador do Cariri e outros estudos*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1980 (Coleção Estudos e Pesquisas, vol. VII). p, 05.

¹¹⁴ SOUZA, José Newton Alves de. O Padre Antonio Gomes de Araújo e a Pesquisa Histórica no Cariri. (Introdução). In: ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A cidade de Frei Carlos*. p, 09.

dos documentos transcritos no livro *Efemérides do Cariri*, afirmando inclusive que esse comportamento “era em geral o seu [de Irineu Pinheiro] costume”.¹¹⁵

Paralelamente a todas essas comparações e constatações, havia a luta de afirmação dos nomes referenciais que deveriam ser reconhecidos como historiadores, com o sentido de serem plasmadas personalidades, portanto, de sacralizá-las enquanto pais fundadores da historiografia local.

De qualquer forma, os discursos que se estabeleceram sobre estes dois não se cansam de exibi-los como uma “dupla infatigável da pesquisa histórica,” consagrando-os como descobridores “de coisas pretéritas na poeira dos arquivos”.¹¹⁶ Assim, é recorrente que ambos sejam identificados, sem uma crítica mais atenta, com o mais alto grau de civilização e de cultura associada “a exaltação deste rincão, que lateja em nossas veias e vibra em nossas almas”.¹¹⁷

Essa é a chave para o próximo ponto, onde poderemos observar mais atentamente a atuação de um autor cujo nome é igualmente consagrado na historiografia local: Padre Antonio Gomes de Araújo.

¹¹⁵ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. 1973 (Coleção Estudos e Pesquisas, vol. VI). p,137.

¹¹⁶ ALCÂNTARA, José Denizard Macedo de. *Um prefácio testemunho*. In: ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. p, 11.

¹¹⁷ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A cidade de Frei Carlos*. p, 38.

1.3.2 – Um “escafandrista no mar ignoto dos arquivos:” Padre Antonio Gomes de Araújo

Nos primeiros dias do ano de 1900, nascia na então vila de Brejo Santo, aquele que mais tarde diriam ser um “herdeiro legítimo do sangue de quantos clãs e linhagens da nossa região”: Antonio Gomes de Araújo, filho de José Nicodemos da Silva e Maria Gomes de Araújo Lima.¹¹⁸

Criado em um ambiente marcado pelo catolicismo, Antonio Gomes de Araújo foi alfabetizado no Colégio São José, estabelecimento de ensino fundado por seu tio, o ex-seminarista Joaquim Gomes da Silva Basílio. Como estudante, dava-se bem nos exames e, aos 19 anos, entrou para o segundo ano do Seminário Menor, no Seminário Arquiepiscopal do Ceará. A partir de 1922, passou a residir na cidade do Crato, onde foi cursar o Seminário Maior. Nesse período ele publicou seu primeiro artigo, sob o pseudônimo de Crisântemo do Cariri.

Ao se aproximar o final da década de 1920, Antonio Gomes de Araújo é ordenado padre e celebra sua primeira missa na Sé Catedral do Crato, no ano de 1927. Do final desta década até meados da seguinte, o padre Antonio Gomes exerceu o magistério no Seminário Episcopal lecionando História Eclesiástica, Filosofia, Latim e História do Brasil. Em 1933, ele agregou ao magistério das disciplinas de História da Civilização e do Brasil o posto de diretor do Ginásio do Crato (atual Colégio Diocesano); paralelamente exerceu a função de prefeito de disciplina, cuidando diretamente do comportamento dos alunos. Mais tarde, foi nomeado Inspetor do Ensino Normal do Estado.

A sala de aula foi, certamente, seu melhor celeiro sendo professor na Associação dos Empregados do Comércio do Crato, no Colégio Santa Teresa de Jesus e na Faculdade de Filosofia do Crato, onde ministrou aulas de História Antiga e Medieval.

Padre Antonio Gomes de Araújo costumava dizer que fora o seu trabalho de “pesquisas arquivais” que lhe rendeu a nomeação como sócio-correspondente do Instituto do Ceará, em 1941, e lhe abriu as portas de

¹¹⁸ SOUZA, José Newton Alves de. Introdução. In: ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A cidade de Frei Carlos*. p, 11.

entrada da Academia Cearense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

No Crato, foi um dos sócios-fundadores do Instituto Cultural do Cariri, fazendo parte da primeira diretoria como vice-presidente. Com a morte de Irineu Pinheiro, padre Gomes assumiu interinamente a presidência do ICC até dezembro de 1954. No ano seguinte, retorna à vice-presidência e passa também a ocupar a cadeira que Irineu Pinheiro deixou vaga no Instituto.

Sua atuação no ICC deu prosseguimento às reflexões sobre a história e genealogia do Cariri de que vinha se ocupando desde 1950, com a publicação de *Concurso da Bahia na Formação da Gens Caririense*. Essa tese, que foi apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – que preparava o 1º Congresso de História da Bahia –, trata da influência dos baianos na formação social da região do Cariri. O método que resultou neste trabalho consistia em conceder um lugar privilegiado aos “documentos originais” tão valorizados pelo Padre Gomes. No referido texto coloca-se a questão de saber quando começou “a conquista e povoamento do centro nordestino”.¹¹⁹ Aqui, padre Gomes confere espetacular promoção aos baianos, pretendendo demonstrar que, “à luz do documentário pesquisado”, estava convencido de que “o período de povoamento mais intenso [teria sido] a última década do século 17 e as três primeiras do seguinte, [quando] baianos categorizados [...] concorreram à formação da gens caririense”,¹²⁰ fazendo com que a região do Cariri, a cidade do Crato em particular, tivesse atingido um grau de civilização superior a do restante do interior cearense.

Nesse texto, bem como em toda a sua obra, padre Antonio Gomes de Araújo filia sua narrativa naquilo que considerava como “certezas documentais” que obedecia tanto “às exigências da crítica histórica [...] quanto à bibliografia e arquivia”.¹²¹ Dessa forma, uma das intenções de sua obra é destacar o caráter científico da história que produzia, porque assentada em procedimentos de pesquisa em arquivos e erudição bibliográfica. Exegese documental inspirada em Ranke, que buscava a autenticidade das fontes, sua crítica e interpretação.

¹¹⁹ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. p, 14.

¹²⁰ Idem. *Ibidem*. p, 20.

¹²¹ Idem. *Ibidem*. p, 33.

É esse esforço de associar a obra do padre Gomes à concepção moderna de história, com um ideal objetivista de verdade, que aparece nas palavras escritas por Raimundo Girão na revista *Itaytera*:

O trabalho mais penetrante e de valor mais decisivo para a história cearense é do Padre Antonio Gomes Araújo [...]. As excogitações históricas e genealógicas do Padre Gomes já apanharam fama e respeito, pelo seu beneditismo e o seu poder exegetico. O homem cava, aprofunda, mergulha e sai com a gema legítima. Não falseia e veste suas conclusões com entusiástico vigor, com o entusiasmo de quem, de fato, segurou à mão a verdade procurada.¹²²

Para Girão, ao empreender uma vasta investigação sobre as origens do Cariri, os textos do Padre Gomes narravam o que de fato aconteceu, fazendo com que ele atingisse “fama e respeito” pelo seu trabalho de “escafandrista no mar ignoto dos arquivos”.¹²³ Nesse sentido, quando se reconhece a obra do Padre Gomes como a “mais penetrante e de valor mais decisivo para a história cearense” tenta-se atribuir a ele uma nobreza e seriedade pelo ofício de historiador.

Na verdade, essa obra “penetrante e de valor decisivo” é constituída de textos curtos, esparsamente publicados em revistas e jornais, que, posteriormente, foram reunidos em títulos como *A Cidade de Frei Carlos* (1971), *Povoamento do Cariri* (1973) e *Um Civilizador do Cariri e outros Estudos* (1980), todos publicados pela Faculdade de Filosofia do Crato, na Coleção Estudos e Pesquisas.

Como dissemos, a narrativa do Padre Gomes intentava o estabelecimento de verdades definitivas. Ele costumava dizer que suas convicções históricas só seriam abandonadas “diante do imperativo do documento irrefragável e pacífico, em sentido contrário”.¹²⁴ Ora, bem sabemos que essa era uma forma de privilegiar seu próprio discurso, porque pretensamente fundamentado em documentos oficiais e inéditos, portanto, portadores da verdade histórica. Ademais, essa era uma maneira que ele encontrava de garantir sua legitimidade de historiador.

¹²² Revista *Itaytera*, nº 5, 1959. p, 134.

¹²³ BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato Intelectual*. p, 34.

¹²⁴ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Um civilizador do Cariri e outros Estudos*. p, 78.

Quanto aos debates políticos em que se envolveu, diz José Newton Alves de Souza que o referido padre “nunca se amofinou ante as ideologias e os problemas de natureza política, [nem mesmo naqueles] delicados momentos em que o ardor cívico da juventude estudiosa vibrava em anauês e os adversários cerravam, contra Deus, os punhos bolchevistas”.¹²⁵

Não cabem aqui maiores comentários acerca da relação do Padre Gomes com o Movimento Integralista Brasileiro, mas, considerando-se a questão, parece fundamental esclarecer que muitas outras pessoas estiveram francamente ligadas ao movimento integralista na região do Cariri. O que talvez constitua um diferencial para o Padre Gomes é que ele estimulou “o ardor cívico da juventude estudiosa” quando ofereceu aos seus alunos os exemplares do *Manifesto de Outubro de 1932* com que Plínio Salgado havia fundado o Integralismo Brasileiro.¹²⁶

Ao que parece, Padre Antonio Gomes não foi um homem de renunciar polêmicas e, por isso, esteve envolvido em longas querelas sobre determinados aspectos da história do Cariri. Entre os autores com quem se indispôs, figuram os nomes de Carlos Studart Filho e Padre Azarias Sobreira.

¹²⁵ SOUZA, José Newton Alves de. Introdução. In: ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A cidade de Frei Carlos*. p, 12. (Grifo do autor).

¹²⁶ O historiador Samuel Pereira de Sousa, ao estudar o movimento integralista na região do Cariri, observou que “o processo de aproximação entre a Igreja Católica e o Integralismo no Ceará [...] deu-se antes mesmo da fundação da Ação Integralista Brasileira, em outubro de 1932. Tal processo foi desempenhado pela abertura do jornal ‘O Nordeste’, órgão da Igreja Católica, para a publicação de textos de Plínio Salgado nas suas colunas, através de ‘duas seqüências de artigos’. O primeiro, intitulado, ‘Rumos da Ditadura’, difundido entre 14 de março e dois de abril de 1932. O segundo, ‘Construção Nacional’, do qual contava sessenta e um textos, apresentados entre 24 de maio e dois de setembro do mesmo ano. Estes artigos dissertavam sobre o corporativismo entre as classes, o ataque ao materialismo marxista, o patriotismo e a educação cívico-religiosa. Mas foi na ocasião das eleições para a Constituinte Nacional de 1933, que a Igreja firma oficialmente o apoio à Ação Integralista do Ceará, com o lançamento de um militante integralista, Jeovah Motta, na chapa constituída pela Liga Eleitoral Católica – LEC”. Para uma maior compreensão acerca da atuação do movimento Integralista na região do Cariri, ver: SOUSA, Samuel Pereira de. *Tessituras da memória: os relatos orais e a resignificação do cotidiano integralista na cidade de Barbalha-CE (1933-1950)*. In: revista *Historiar*, ano II, n. 1. Disponível em: <http://www.uvanet.br/revistahistoriar/janjun2010/14_tessituras.pdf. p, 215-25>. Citação extraída da p. 219. Sobre a leitura do *Manifesto de Outubro de 1932*, Denizard Macedo nos informa: “Li, gostei e concordei [...]. Voltei à presença do estimado mestre [o Padre Gomes] e declarei firmemente a minha opinião.” Nesse momento, diz ele, foi “como se duas pessoas que comungassem pontos de vistas iguais tivessem se encontrado.” A partir de então, Denizard Macedo passou a integrar, com outros 13 jovens, o núcleo integralista do Crato, que foi oficialmente fundado em Junho de 1933, com a presença de Jeovah Motta. Cf.: ALCÂNTARA, José Denizard Macedo de. Um prefácio testemunho. In: ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. p, 08.

Com o primeiro, a contenda girou em torno de aspectos relativos ao movimento revolucionário de 1817. A questão da polêmica dizia respeito ao fato de Studart Filho, no texto *A Revolução de 1817 no Ceará*, não concordar com as asserções de Irineu Pinheiro acerca da atuação de Pereira Filgueiras na dita revolução.¹²⁷

Mas, sendo a crítica direcionada ao falecido Irineu Pinheiro, o que tinha a ver, então, o Padre Gomes com essa questão?

A essa altura do texto, devemos ter em mente que fora o Padre Gomes quem mais dispôs de documentos para que Irineu Pinheiro escrevesse seus textos. Nesse sentido, quando Studart Filho aponta falhas e hiatos no texto de Pinheiro, assegurando que este muitas vezes não dispunha de base documental que atestasse suas afirmativas, o Padre Gomes se achou diretamente atingido. Ora, questionar a validade do trabalho de Irineu Pinheiro, como o fizera Studart Filho, era o mesmo que pôr em dúvida o trabalho de “escafandrista no mar dos arquivos” a que teria se dedicado o Padre Antonio Gomes de Araújo.

A insistência de Studart Filho no assunto, com a publicação do artigo *Filgueiras e o levante nacionalista de 1817 – análise de alguns depoimentos* (1961), suscitou, no ano seguinte, uma réplica do Padre Gomes intitulada *1817 no Cariri (História Polêmica)*.¹²⁸

E não parou por aí. A celeuma se estendeu de tal forma que o Padre Gomes chegou a recusar, por motivos que julgava “ponderáveis”, o convite que lhe fizera o amigo e então Secretário de Cultura do Estado do Ceará,

¹²⁷ O texto de Carlos Studart Filho foi originalmente publicado em 1960 na *Revista do Instituto do Ceará* - Ano LXXIV. Tomo LXXIV. No ano seguinte, foi publicado em forma de livro sob o título: *A Revolução de 1817 no Ceará & Outros Estudos*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1961. Neste mesmo ano, Studart Filho publicou, na *Revista do Instituto*, o artigo “*Filgueiras e o levante nacionalista de 1817 – análise de alguns depoimentos*.” (*Revista do Instituto do Ceará* - Ano LXXV. Tomo LXXV). Quanto ao texto de Irineu Pinheiro a que ora nos referimos, trata-se de “*Um Baiano a serviço do Ceará e do Brasil*,” tese submetida ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia para compor os *Anais do 1º Congresso de História da Bahia*, realizado em Salvador entre os dias 19 e 29 de Março de 1949. Nesse trabalho, Irineu propunha reabilitar Pereira Filgueiras perante a história, por considerar que este estava relegado ao esquecimento. Aprovada, a tese foi publicada nos *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1950. Em 1951, o mesmo texto foi publicado na *Revista do Instituto do Ceará* – Ano LXV – Tomo LXV. No ano de 1952, é publicada como uma bibliografia de José Pereira Filgueiras, pela Tipografia Ramiro, do livreiro Ramiro Maia, em Crato.

¹²⁸ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *1817 no Cariri (História Polêmica)*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Cadernos de Cultura 01. Tipografia e Papelaria do Cariri, 1962.

Raimundo Girão, para fazer parte do grupo de trabalho que deveria se encarregar de...

[...] promover as pesquisas, estudos e coletas necessárias à preparação da Genealogia Cearense, obra em que coordenarão, de acordo com os sistemas e normas da ciência genealógica, as origens e ramificações das famílias que se radicaram e se desenvolveram no Ceará, desde os primeiros dias de seu povoamento.¹²⁹

Observando os nomes daqueles que compunham esse grupo de trabalho, podemos entender o tal motivo “ponderável” que fizera o Padre Gomes recusar o convite: a presidência do grupo que estaria destinado a escrever a genealogia cearense fora confiada a Carlos Studart Filho.

Antes, porém, da querela com Studart Filho, Padre Antonio Gomes de Araújo se envolveu em uma longa polêmica com o seu colega de batina Azarias Sobreira. Tal polêmica surge a partir da publicação de um estudo do Padre Gomes intitulado *Um civilizador do Cariri*. O texto traça a biografia de Basílio Gomes da Silva, avô paterno do autor. Em um dado momento, Padre Gomes afirma que seu avô, assim que tomou conhecimento do “milagre de sangue” ocorrido em Juazeiro do Norte, foi até aquela localidade e descobriu, em três dias, que o Padre Cícero Romão Batista estava sendo vítima de um embuste idealizado pelo professor José Joaquim Teles Marrocos, com a conivência da Beata Maria de Araújo.

Vejamos o teor das palavras do Padre Gomes:

Quando a química do Professor José Marrocos, associada à astúcia da BEATA Maria de Araújo e à boa fé do Padre Cícero, maravilhava o Cariri com a apresentação na Capela do Juazeiro, do simulado milagre de sangue, pretensamente de origem divina – Basílio Gomes da Silva abalou-se e transportou-se para aquela localidade, resolvido a demorar dias. Mas, apenas três dias eram passados, comunicou discretamente à esposa: ‘Vamo-nos embora. Aqui não há nada do outro mundo. Padre Cícero está enganado.’ E voltou a Brejo Santo,

¹²⁹ De acordo com a Portaria nº 54/67, da Secretaria de Cultura, esse grupo de trabalho seria composto por Manoel Albano Amora, Carlos Studart Filho, Mozart Soriano Aderaldo, Hugo Catunda, Vinicius de Barros Leal, Antonio Gomes de Araújo, Antonio de Alencar Araripe, Abelardo Gurgel Costa Lima, Eduardo Bezerra Neto, Edson Pinheiro, Miguel Santiago Gurgel do Amaral, Fernando Saraiva Câmara e Laudomiro de Sousa Pereira. Ao grupo foi dada autonomia para organizar e distribuir os seus trabalhos “de modo que lhe parecer mais acertado.” A portaria foi reproduzida em: ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A Cidade de Frei Carlos*. p, 61.

onde passou a repetir a quantos o interpelavam sobre os fatos estranhos em curso no Juazeiro: ‘O Padre Cícero está enganado.’¹³⁰

Padre Gomes não informa ao leitor como o seu avô teria descoberto o tal “embuste”, mas afirma categoricamente que fora uma armação do primo do padre Cícero, o professor e jornalista José Marrocos.

Ocorre que as acusações do Padre Gomes não agradaram em nada ao Padre Azarias Sobreira, que passou a se ocupar do assunto com a publicação do texto *Em Defesa de Um Abolicionista*.¹³¹ Esse texto tentava a “restauração do bom nome de uma tal individualidade, tão de perto ligada à história da abolição no Ceará.” Segundo o Padre Azarias Sobreira, ao citar José Marrocos, Padre Gomes o fizera “não para apontá-lo ao apreço da posteridade, e sim, para degrenecer-lhe a memória, atribuindo-lhe procedimento tão infamante”. Nesse sentido, achava-se na obrigação moral de sair em defesa do acusado antes que fosse aceito “tão arrasador juízo sobre Marrocos”.¹³²

A defesa de José Marrocos, empreendida pelo Padre Azarias Sobreira, suscitou uma resposta do Padre Gomes, que foi publicada na revista *Itaytera* sob o título *O Apostolado do Embuste*.¹³³ Nesse texto, as acusações a José Marrocos seguem respaldadas em “provas” que, supostamente, atestariam a fabricação dos “fenômenos extraordinários” ocorridos em Juazeiro do Norte. Padre Gomes julga que o “embuste” foi arquitetado tendo em vista a projeção social que daria ao Padre Cícero e a Juazeiro. Convencido de que José Marrocos fora “o cérebro do Padre Cícero na questão do embuste, como Floro Bartolomeu [o fora] no campo político”,¹³⁴ Padre Gomes elenca outros dois motivos que teriam concorrido para o suposto “embuste:” “o jansenismo de que [José Marrocos] teria sido inquinado” e “o ressentimento que lhe ficara, da saída forçada do Seminário [por] ostensiva desobediência contra a Autoridade Eclesiástica”.¹³⁵

¹³⁰ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Um civilizador do Cariri*. Apud: revista *Itaytera*, nº 02, 1956. p, 05. (Grifo do autor).

¹³¹ SOBREIRA, Azarias. *Em defesa de um abolicionista*. In: *O Patriarca de Juazeiro*. Petrópolis: Oficinas Gráficas da Editora Vozes, 1969. p, 331-41. Texto originalmente publicado no ano de 1956, em Fortaleza, pela Editora A. Batista Fontenele.

¹³² Idem. Ibidem. p, 331.

¹³³ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Apostolado do Embuste*. In: *Itaytera*, nº 02, 1956. p, 03-62.

¹³⁴ Idem. Ibidem. p, 21.

¹³⁵ Idem. Ibidem. *Loc. cit.*

De acordo com as asserções do Padre Gomes, o suposto “embuste” resultou de um composto químico feito à base de solução de fenolftaleína mais amido. Constatação julgada, pelo dito padre, suficiente para que José Marrocos fosse acusado de farsante que agia acompanhado de uma “corte de embusteiros”, entre elas a “negra ignorante” e “sonsa atriz” Maria de Araújo, que se apresentava perante o público “com êxtases fingidos e farsantes devaneios míticos”.¹³⁶

Mais do que indispor duas pessoas, o texto *O apostolado do embuste* reacendeu a rivalidade entre Crato e Juazeiro que, desde a primeira década do século XX, se digladiavam para defender os interesses políticos e econômicos de cada uma das cidades. Nesse período, os intelectuais cratenses lideraram um verdadeiro movimento de distinção entre Crato e Juazeiro e os jornais locais serviam de veículos propagadores do sentimento de superioridade de uma sobre a outra.

A historiadora Otonite Cortez sugere que a rivalidade entre as duas cidades surgiu a partir da eclosão dos fenômenos religiosos de Juazeiro e, em seguida, pela sua emancipação política em 1911. Até aquele momento, Juazeiro era distrito do Crato; com a emancipação, houve uma considerável diminuição na arrecadação de impostos destinados ao Crato. A partir daí, Juazeiro passa a ser vista, pelos intelectuais cratenses, como um antro de fanáticos, diferente de Crato que se dizia crescer à luz da razão.¹³⁷

Teria sido também “sob a luz clara da razão” que o polêmico texto divulgado na *Itaytera* fora discutido na reunião do ICC do dia 21 de abril de 1956. De acordo com o que está registrado em ata, o artigo repercutira de tal maneira que uma “sórdida campanha havia sido levantada, em Juazeiro,

¹³⁶Idem. Ibidem. p, 44. Para a historiadora Edianne Nobre, a obra do padre Antônio Gomes contribuiu em muito para a detração da figura de Maria de Araújo na historiografia. Em sua dissertação de mestrado, intitulada *O teatro de Deus: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (Ceará, 1889-1898)*, essa historiadora analisa outros “fenômenos que ocorriam com Maria de Araújo, como a estigmatização em seu corpo das chagas de Cristo, os sangramentos de crucifixos de metal e as viagens espirituais que a mesma fazia ao Inferno, Purgatório e Céu ou a outros lugares.” Ver: NOBRE, Edianne dos Santos. *O teatro de Deus: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (Ceará, 1889-1898)*. Natal, 2010. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A citação desta nota foi extraída da página 18.

¹³⁷ CORTEZ, Otonite. *Op. cit.* p, 63 et seq.

inicialmente contra o Pe. Antonio Gomes e depois contra a cidade do Crato, interferindo na sua vida comercial e industrial”.

Debatendo a questão, os membros do ICC chegaram à conclusão de que tudo não passava de uma...

[...] torpe exploração, com objetivos comerciais e políticos, movidos por pessoas de responsabilidade, cuja missão deveria ser guiar a massa juazeirense por caminhos outros que não o do fanatismo e da exagerada devoção a pessoas e coisas que a História colocara no devido lugar.

Numa manifestação explícita de repúdio a tal “sórdida campanha levantada em Juazeiro” foi subscrita uma moção de “solidariedade, apreço e admiração pela coragem indômita revelada pela contribuição à verdade histórica e pelo espírito de lealdade a História, demonstrado sobejamente” pelo Padre Antonio Gomes de Araújo.¹³⁸

O curso da polêmica foi interrompido por D. Francisco de Assis Pires, então bispo diocesano do Crato, numa carta endereçada ao autor do artigo em que diz: “Até hoje V. Revma. não teve em sua carreira sacerdotal um só ato de insubordinação e cremos que, embora amargurado, saberá mais uma vez cumprir seu dever, obedecendo”.¹³⁹ Em resposta, Padre Gomes escreveu uma declaração se comprometendo acatar a determinação de seu superior diocesano. Declaração que foi publicada, como explicação aos leitores, nos jornais *A Ação* (22/07/1956), do Crato, e *O Povo* (04/08/1956), de Fortaleza. Neste mesmo ano, o texto que gerou a polêmica foi publicado na revista *Itaytera*, mas não apresentava mais a parte em que apareciam as acusações contra José Marrocos.

Mesmo amargurado, Padre Gomes continuou seu trabalho de “escafandrista” na pesquisa histórica, se auto-atribuindo a função de dizer a verdade, não importando a quem doesse. Mas, de fato, diante da polêmica ele passou a refletir sobre a subjetividade historiadora, o que fica claro nessas palavras: “O sangue, a afeição e a gratidão devem, quando interferem no curso

¹³⁸ As citações sobre esse assunto foram extraídas da *Ata da sessão do Instituto Cultural do Cariri* de 21/04/1956 – Livro 1, fls. 37 e 37v.

¹³⁹ A carta foi reproduzida nos jornais *A Ação* (Crato, 22/07/1956) e *O Povo* (Fortaleza, 04/08/1956), *apud* SOUZA, José Newton Alves de. In: ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A cidade de Frei Carlos*. p, 14.

da história, ritmar os seus passos da verdade. Idealizei e tentei realizar essa euritmia em função das regras normativas da ciência de Clio”.¹⁴⁰ Ou seja, ele estava teorizando sua operação historiográfica, para retomar a expressão de Michel de Certeau, estava-se esforçando em colocar freio na sua subjetividade, demonstrando, por um lado, preocupação em não se afastar dos caminhos do rigor traçados pela “ciência de Clio” que exigia procedimentos capazes de garantir objetividade e neutralidade; por outro lado, tentava apaziguar as polêmicas suscitadas em seus textos.

Encerraram-se as polêmicas, mas não a convicção e o esforço de “a verdade” sobre a história, muito menos o de divulgar e enaltecer o “processo civilizatório” do Cariri, onde se atribuía especial destaque ao Crato. Neste sentido, ao trabalho do Padre Gomes somou-se o de José Alves de Figueiredo Filho, volvendo os arquivos com o entusiasmo de quem estava descobrindo os velhos caminhos que teriam levado a civilização ao solo caririense.

¹⁴⁰ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Um Civilizador do Cariri e outros estudos*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas. 1980 (Volume VII). p, 27.

1.3.3 – J. de Figueiredo Filho e “o saber histórico servido no cálice de cristal da eloquência convincente”

Seguindo as pegadas de Irineu Pinheiro e padre Antonio Gomes de Araújo, José de Figueiredo Filho trilhou o caminho da defesa do caráter *desde sempre* adiantado dos cratenses, emprestando à sua obra um sentido de divulgação da “fortuna cultural” que ele acreditava ser inerente ao povo do Cariri.

Figueiredo Filho nasceu no Crato, em 14 de Julho de 1904. Era filho do casal Emília Viana de Figueiredo e José Alves de Figueiredo, de quem diz ter herdado o gosto pela leitura, visto que seu pai “desde mocinho adquirira gosto pelas letras [e] lia todas as novidades literárias que apareciam vindas de Recife, Rio, Porto e Lisboa, na pacata cidade do Crato”.¹⁴¹

Beneficiando-se desse contato com as “novidades literárias”, Figueiredo Filho pôde desfrutar de uma boa formação escolar. Ele estudou por quatro anos no Colégio Diocesano do Crato, de onde diz ter saído pela “certeza de não possuir vocação sacerdotal”.¹⁴² Em 1919, seguiu para Fortaleza, dando prosseguimento aos estudos na escola secundária. Na capital, passou a estudar no Colégio Cearense, que era dirigido pela congregação católica *Irmãos Maristas*. Daquele colégio, acabou fugindo por não conseguir adaptar-se ao regime de internado.

De volta ao Crato, começam suas lides no mundo das letras com a publicação de um artigo no jornal *A Região*. Foi colaborador de órgãos efêmeros como *O Bandeirante* e *O Crisol*, de 1922. Pelos contatos que estabeleceu nesse período, Figueiredo Filho afirma que a conhecida “roda da farmácia” de seu pai convertera-se em ponto de reunião dos “jovens com inclinação para a literatura”.¹⁴³

Depois de rápida estadia no Crato, Figueiredo Filho regressou à capital cearense para cursar o curso superior na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Eleito orador da turma de 1925, seu discurso é um

¹⁴¹ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Meu mundo é uma farmácia*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1996. p, 24.

¹⁴² Idem. *Ibidem*. p, 53.

¹⁴³ Idem. *Ibidem*. *Loc. cit.*

flagrante culto às letras e à instrução. Pelo menos é isso que deixa entrever nas seguintes palavras:

[...] É que também foi e é uma elite a fatora por excelência do grau da civilização a que atingimos modernamente e é de uma verdade irrefutável esta frase [...] “o progresso é obra de minorias ilustradas e atrevidas [...]”. O segredo dessa superioridade é por demais inacessível aos fracos, incapazes, portanto, de um ideal elevado [...]. O nosso organismo, campo vastíssimo de lutas, está sobremaneira dependente de uma inteligência que o domina [...] o mais inteligente está na escala superior, sobretudo em época em que a força física perdeu a supremacia de outrora.¹⁴⁴

O discurso, na verdade, professa uma concepção elitista do homem e da sociedade em que se assinala a inteligência como mola mestra das atitudes humanas. Ganha relevo, nesse quadro, a educação como vara de condão que transforma as pessoas, dando-lhes acesso ao “ideal elevado” reservado à minoria da qual Figueiredo Filho regozijava-se em fazer parte.

Colocado nestes termos, entende-se que, para Figueiredo Filho, só o desenvolvimento intelectual permitiria alcançar o mais alto “grau da civilização”. Nesse sentido, a participação dessa elite era indispensável para construir a vida dos povos civilizados. Numa síntese, aos que ocupavam o topo da pirâmide social, deveria estar reservada a missão de levar o esclarecimento ao restante da sociedade.

Foi então com esse sentimento de missão que Figueiredo Filho retornou ao Crato, concentrando toda sua obra e muitos dos seus dias na defesa apaixonada pela história do Cariri. Desse autor, inclusive, saíram significativas contribuições que reforçaram a ideia de que o Crato “fez História na História do Brasil”. Os apologistas de Figueiredo Filho diziam que seu esforço em construir, divulgar e ensinar a história do Cariri poderia ser comparado “aos heroísmos dos antigos desbravadores responsáveis pela unidade nacional”.¹⁴⁵

Por volta de 1926, Figueiredo Filho já era Inspetor Regional de Ensino, cargo que lhe possibilitou a inserção no campo educacional. Mas, em 1928, Figueiredo Filho perde o emprego e começa a passar por dificuldades

¹⁴⁴ Idem. *Op. cit.* p. 82-3.

¹⁴⁵ VIANA, Ulisses. *Canto de página*. Revista *Itaytera*, nº 13. 1969, p. 76.

financeiras. Para completar, adoece de reumatismo. Em consequência da doença, conhece o médico Irineu Pinheiro de quem se torna amigo. Anos mais tarde, escrevem a quatro mãos o livro *Cidade do Crato* (1953), para comemorar o centenário daquele que acreditavam ser “um lugar privilegiado no interior nordestino”.¹⁴⁶ Enquanto Irineu Pinheiro se ocupou da parte relativa ao passado cratense, Figueiredo Filho escreveu sobre o “Crato atual”. O livro foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do deputado federal Antonio de Alencar Araripe.

Esse não foi o primeiro texto da lavra de Figueiredo Filho. Em 1937, ele publicou pela Livraria Editora Odeon, de São Paulo, o romance *Renovação*, que buscava demonstrar as condições de miséria a que estavam submetidos os sertanejos, sobretudo nos períodos de seca. Para Figueiredo Filho, seu romance poderia ajudar a ampliar o conhecimento sobre essa questão. Dessa forma, uma das intenções do livro seria destacar a importância do debate em torno dos problemas trazidos pela estiagem prolongada.

Só assim, defende Figueiredo Filho, “poderemos encontrar o remédio seguro para a cura dos nossos males”.¹⁴⁷ No entanto, ele se apressa em dizer:

Neste desprezioso apanhado não estou pregando doutrinas subversivas, baseadas no materialismo histórico, conforme a moda generalizada na presente época. Antes me encaminho por estradas opostas. [...]. Não me embrenho em pormenores ofensivos aos sãos princípios da moral. O meu livro não macula o lar brasileiro, ainda não contaminado pelo desregramento dos costumes.¹⁴⁸

No momento em que foi publicado esse texto, não era difícil ser enquadrado como sujeito perigoso; daí, a postura defensiva que Figueiredo Filho adotou diante da “moda generalizada” do materialismo histórico, com o intuito de livrar-se de possíveis acusações que o relacionassem às “doutrinas subversivas”. Figueiredo Filho demonstra preocupação em não divulgar mensagens que fossem contrárias aos ideais do Estado Novo, principalmente porque ele não queria ter a mesma sorte de seu pai que fora preso após

¹⁴⁶ PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Cidade do Crato*. p. 69.

¹⁴⁷ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Renovação. Romance de aspectos sociais do Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Livraria Editora Odeon, 1937. p, 06.

¹⁴⁸ Idem. *Ibidem. Loc. cit.*

escrever o artigo *O Beato José Lourenço e sua Ação no Cariri*, sob a acusação de ter defendido o líder do Caldeirão.¹⁴⁹

Passando do romance para a memorialística, no final da década de 1940, Figueiredo Filho publica seu segundo livro, uma autobiografia intitulada *Meu mundo é uma farmácia*. Ele acreditava que suas memórias poderiam interessar ao leitor porque elas se ligavam de maneira direta a episódios que, no seu entender, eram importantes para a história local.

Num misto de vaidade e modéstia diz:

Por muito tempo fui colaborador assíduo de várias publicações [...]. Julgo, portanto, ter o cabedal suficiente para aventurar-me a publicar estas memórias [...]. Não sei se terão o condão de agradar o leitor [mas] não tenho medo de críticas destruidoras [e] se o livro encalhar nas livrarias, possuindo o espírito prático que adquiri na vida comercial, irei colocá-lo entre amigos, à maneira das rifas [...]. Nem de longe tenho aspiração de fazer carreira literária.¹⁵⁰

A narrativa autobiográfica de Figueiredo Filho serve de pretexto e fio condutor para que o autor descreva e analise diversos aspectos da vida cratense.

Das reminiscências, passou ao estudo da agroindústria canavieira no Crato e municípios vizinhos. Foi assim que Figueiredo Filho prestou sua contribuição ao estudo dos *Engenhos de Rapadura do Cariri* (1958), empreendendo uma análise do movimento econômico gerado pelos engenhos e sua relação com os costumes do mundo rural. O livro, que integrava a série “Documentário da Vida Rural”, foi publicado pela editora do Ministério da Agricultura.

A partir da década de 1960, Figueiredo Filho se volta mais detidamente aos estudos da chamada “cultura popular”, com a publicação dos livros *Folclore no Cariri* (1962) e *Folgedos Infantis Caririenses* (1966). Seu envolvimento com essa área de estudos integra um movimento que tenta dar conta da diversidade da população brasileira por meio da leitura das práticas populares.

¹⁴⁹ FIGUEIREDO, José Alves de. *O Beato José Lourenço e sua Ação no Cariri*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secult, 2006.

¹⁵⁰ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Meu mundo é uma farmácia*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1996. p, 07.

Conforme sugere Luis Rodolfo Vilhena, esse movimento começou a se articular a partir dos anos 1920, em torno dos debates que buscavam discutir e definir os elementos *da* e *para* a nacionalidade brasileira. Mas é somente no final dos anos 1940 e durante a década de 1950, que os estudos folclóricos têm seu auge, com a criação da Comissão Nacional do Folclore (CNFL), em 1947.¹⁵¹ No Ceará, em 1948, foi fundada a Comissão Estadual do Folclore, da qual Figueiredo Filho fazia parte.

José de Figueiredo Filho via nos estudos do folclore a possibilidade de salvaguardar as manifestações populares que, no seu entender, estavam correndo o risco de desaparecer desde o momento em que “o progresso começou a penetrar no Cariri”.¹⁵² Para ele, o conhecimento das raízes da “cultura popular” estava em sintonia com a evolução social e demonstrava fidelidade às origens e tradições de um povo.

Muito embora tenha sido por meio de Figueiredo Filho que as tradições populares receberam o influxo do movimento folclórico brasileiro, seu trabalho de historiador foi o mais destacado. Entre os anos de 1964 e 1968, Figueiredo Filho escreveu o livro *História do Cariri*, obra com quatro volumes e quinze capítulos, publicada pela Faculdade de Filosofia do Crato através da coleção Estudos e Pesquisas. Para Figueiredo Filho, essa “despretensiosa” obra tinha como objetivo principal servir de “compêndio apropriado para a cadeira [de História do Cariri e do Ceará] que dirijo naquele estabelecimento [Faculdade de Filosofia do Crato] que tantos benefícios tem trazido à cultura intelectual da região”.¹⁵³

Isso é o que ele disse na apresentação do texto, mas a leitura revela uma intenção bem menos “despretensiosa”. Na verdade, a *História do Cariri* que Figueiredo Filho escreveu é repleta de lições de moral, privilegia a ação política, enfatiza o papel de grandes personagens. O principal fato histórico é o

¹⁵¹ No livro *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*, Luis Rodolfo Vilhena analisa a organização, atuação e produção dos folcloristas brasileiros dentro de uma das comissões temáticas do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que tinha por objetivo pesquisar, preservar e defender as manifestações folclóricas do país, pensada enquanto lastro da identidade nacional. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

¹⁵² FIGUEIREDO FILHO, J de. *O Folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 09.

¹⁵³ Idem. *História do Cariri*. v. I. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p. 03.

movimento revolucionário de 1817, considerado como episódio decisivo para tornar o Crato “o condutor natural de todos os movimentos em prol da emancipação política no Ceará”.¹⁵⁴

Para realização deste trabalho, disse Figueiredo Filho: “Bebi ensinamentos em muitas fontes puras, entre as quais, as dos pesquisadores eméritos Irineu Pinheiro [...] e o Padre Antonio Gomes de Araújo, incansável e inteligente investigador de nosso passado”.

Com explícito ideal pedagógico, ele define o público-alvo: “Destina-se aos meus alunos, mas também servirá como orientação ao ensino da história regional, nos estabelecimentos secundários, nos grupos escolares e escolas isoladas”.¹⁵⁵

Observamos aqui o valor que Figueiredo Filho dava ao estudo da história em ambiente escolar. Para ele, essa era a forma ideal de “inocular os sentimentos mais sadios de brasilidade, de civismo, de amor telúrico a terra”.¹⁵⁶ Dessa maneira, a função da *História do Cariri* produzida por ele era fornecer grandes exemplos de moral e patriotismo, na tentativa de estabelecer uma continuidade histórica com as aspirações do passado. Por fim, seu objetivo era mostrar “como” e “porque” a história legou ao Crato “o espírito de pioneirismo no decorrer dos tempos”.¹⁵⁷

Se esta interpretação estiver correta, a escrita da *História do Cariri* e sua inserção como disciplina escolar foi um grande trunfo de Figueiredo Filho para legitimar sua obra e sua identidade de historiador. Legitimidade reconhecida nas palavras do Cel. Raimundo Teles Pinheiro, ao dizer que, da obra de Figueiredo Filho, os leitores beberiam “o saber histórico servido no cálice de cristal da eloquência convincente”,¹⁵⁸ identidade reforçada pela sua participação como diretor do núcleo cearense da Associação Nacional do Professores Universitários de História (ANPUH), quando a base de associados

¹⁵⁴ Idem. Ibidem. p, 62.

¹⁵⁵ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. v. I. p, 03.

¹⁵⁶ *Jornal A Ação*, 01/09/1973. p, 03.

¹⁵⁷ FIGUEIREDO FILHO, J de. *História do Cariri*. v. I. p, 80.

¹⁵⁸ PINHEIRO, Raimundo Teles. Apresentação. In: *No Bicentenário do Município do Crato – Discursos*. Crato: Departamento de Imprensa Oficial. Cadernos do Cariri. Série Cultura Política, nº 4, 1965. p, 13.

da entidade estava restrita aos profissionais ligados aos cursos de graduação e pós-graduação.

Figueiredo Filho participou de dois simpósios promovidos pela ANPUH, um no Rio Grande do Sul, em 1967, outro em Campinas, em 1969. Na Faculdade de Filosofia do Crato, ele organizou o I Simpósio de História do Nordeste, em Junho de 1969. No ano seguinte, o Simpósio foi realizado em João Pessoa, na Paraíba, onde Figueiredo Filho apresentou o trabalho *Onde e quando morreu Bárbara de Alencar*. O estudo se propunha a corrigir versões recorrentes na historiografia cearense sobre as datas e locais “exatos” do nascimento e da morte de Bárbara de Alencar.

Além da ANPUH, destaque-se a participação de Figueiredo Filho nas Academias de Letras Cearense, Piracicabana, Uruguaiana e Sobralense; na Sociedade Geográfica Brasileira; Associação Brasileira do Folclore; Instituto Histórico Uruguaiano; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará; e Instituto Cultural do Cariri. Neste último, ocupou a presidência por 09 vezes consecutivas e se disse que ele o “conduziu com apuro, acerto e dinamismo [...] projetando-a bem longe”.¹⁵⁹

De fato, Figueiredo Filho foi quem projetou o nome do Instituto Cultural do Cariri. Ele foi um dos maiores incentivadores da publicação da revista *Itaytera*, foi quem firmou parcerias para publicação dos textos, estabeleceu contatos com instituições congêneres, buscou financiamentos, enfim, atuou no sentido de divulgar o movimento cultural do Cariri, mas sempre com a preocupação de engrandecer o Crato. Dessa forma, Figueiredo Filho trabalhou com o intuito de projetar o Crato “aos píncaros da glória, nas conferências, nos congressos, nos simpósios, nas academias científicas e literárias, no descortínio do alto mundo intelectual do Estado e fora dele [...]. Sua vida foi, portanto, um hino constante de amor, desvelo e devotamento ao Crato”.¹⁶⁰

Em Setembro de 1973, Figueiredo Filho iria participar do Simpósio Nacional de História, em Goiânia, apresentando o trabalho *Influência do Crato no Cariri Cearense*. Todavia, a morte o impediu de expressar mais uma vez o

¹⁵⁹ Revista *Itaytera*, nº 18, 1974. p. 03.

¹⁶⁰ Revista *Itaytera*, nº 18, 1974. p. 17.

seu amor pela terra natal. No dia 29 de agosto daquele ano Figueiredo Filho faleceu.

A morte de um dos intelectuais cratenses de maior destaque causou grande comoção. As rádios Araripe e Educadora suspenderam a programação normal, os colégios cerraram as portas, o prefeito Pedro Felício Cavalcante decretou luto oficial por três dias. Na Câmara Municipal, a bandeira do Crato foi colocada sobre o seu caixão.

À beira do túmulo de Figueiredo Filho, o advogado Luis Borba Maranhão falou em nome do ICC. Suas palavras faziam apelo para que não se deixasse morrer com Figueiredo Filho o Instituto Cultural do Cariri, muito menos a revista *Itaytera*. Depois disso, a Banda Municipal tocou o Hino do Crato e, em seguida, “os conjuntos musicais de bandas cabaçais executaram plangente melodia, que fez vir as lágrimas aos olhos de todos os presentes”.¹⁶¹

Como forma de homenagear e enaltecer a memória de Figueiredo Filho, o ICC criou a cadeira de número dezoito, na sessão de letras, em que ele era o patrono. Em 1974, o décimo oitavo número da revista *Itaytera* trazia cem páginas dedicadas à memória de Figueiredo Filho. Em um dos artigos, afirmou-se que “o Cariri emudeceu, pelo menos até que o exemplo de J. de Figueiredo Filho se manifeste em alguém que tenha aprendido com ele a lutar pelo Crato, a lutar pelo Cariri de tanta história e de muitos heróis”.¹⁶²

Os lamentos pela morte de Figueiredo Filho o apresentavam como exemplo emblemático da “luta pelo Crato, pelo Cariri”. Afirmar que, com sua morte, o “Cariri emudeceu” tratava-se não somente de uma apreciação valorativa e positiva do falecido, como também um apelo para que se estabelecesse o que poderíamos chamar de uma linha de continuidade na luta pelo reconhecimento desse espaço, denominado Cariri, como uma terra de “tanta história e de muitos heróis”.

É evidente que Figueiredo Filho, Padre Antonio Gomes de Araújo e Irineu Pinheiro não foram os únicos escritores do ICC, mas eles foram os que mais se dedicaram a uma escrita da história que demonstrava preocupação em preservar as “tradições cívicas” de um passado de “glórias”. A obra desses

¹⁶¹ Revista *Itaytera*, nº 18, 1974, p. 07.

¹⁶² Revista *Itaytera*, nº 18, 1974, p. 33.

historiadores serviu de base para a elaboração de muitos outros estudos dentro ou fora do ICC. Todavia, foram estudos que cristalizaram uma espécie de aura em torno desses três, apenas reproduzindo e reforçando os discursos produzidos por eles sem questionar suas representações nem empreender uma análise mais atenta dos sujeitos e dos seus lugares de fala.

De uma maneira geral, criou algum enraizamento no senso comum uma história linear e factual, que enfatiza os acontecimentos políticos e que contribuiu decisivamente para legitimar o discurso de que “a maior glória do Crato e da região repousa na sua maior parte na história de seu amor à liberdade e à cultura intelectual”.¹⁶³

Aliás, a referência a uma história gloriosa e a uma pretensa cultura intelectual como algo *naturalmente* cratense foi recorrente nos festejos do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, do qual nos ocuparemos a partir de agora.

¹⁶³ Revista *Itaytera*, nº 43, 1999, p. 11.

2 – CONSTRUINDO E FESTEJANDO MEMÓRIAS: O ICC NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA CIDADE DO CRATO

Todo ato comemorativo visa extrair algum valor simbólico daquilo que é comemorado. Mobilizando sentimentos individuais e coletivos que tendem a encontrar em torno do objeto comemorado determinados valores e características identitárias, a comemoração e tantas outras operações memorialísticas são fundamentais para a construção de tradições e, como afirma Hobsbawm, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como elemento legitimador e de coesão”.¹⁶⁴

As comemorações de “datas redondas,” como o centenário, representam momento ideal para evocar uma exemplaridade do passado e projetá-lo ao futuro. Ocorre que essa evocação, ao venerar o tempo passado, realiza uma operação seletiva da memória, porque a sua construção numa dada sociedade sempre leva em conta as configurações do instante presente. Portanto, é inevitável que, ao se recordarem determinados fatos, outros tantos sejam esquecidos.

A reconstrução histórica que, muitas das vezes as festas propõem, glorifica determinados personagens que surgem ungidos como heróis e fatos que enaltecem o papel especial de um determinado lugar.

Resulta daí que o estudo da comemoração do Centenário de Elevação do Crato à categoria de cidade, em 1953, é um modo de observar o trabalho de construção de uma memória histórica para essa cidade. Da mesma forma, é o meio por qual podem ser percebidas as funções simbólicas e práticas do ato de comemorar e ainda as suas ligações com a construção da modernidade cratense, num momento em que era propalado um clima de crescimento econômico da cidade, pela tentativa de construir para seus moradores uma imagem otimista e homogênea.

Não se pode esquecer que a comemoração fez parte também do processo de consolidação de um poder no qual o interesse político e econômico assumiu papel fundamental.

¹⁶⁴ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p, 21.

A escolha dessa data predispôs a cidade a uma autocelebração e reforçou os argumentos sob os quais foi fundada a história oficial. O programa comemorativo tentou articular a festa como uma construção coletiva, sugerindo uma uniformidade, mas, na verdade, revelava uma vontade de acentuar o homogêneo à custa das intenções antagonistas.

Os acontecimentos do passado foram incluídos nas questões do presente e projetados em direção ao futuro. Os discursos produzidos naquele momento não cessaram de veicular a imagem de uma cidade que, com uma pretensa “vocação” para o progresso, nunca parava de crescer.

O culto do passado e o apelo pela memória coletiva ganharam centralidade, assim como a tentativa de estabelecer um paralelismo entre o tempo presente e o tempo celebrado. Os organizadores da festa pareciam crer na possibilidade de retorno, sob alguma forma e grau, daquilo que se comemorava. Daí, o especial e bem cuidado investimento na construção de uma trajetória histórica gloriosa, à medida que essa trajetória dava possibilidades de se pensar o que fora, o que estava sendo e o que deveria ser o Crato.

O Centenário se inseriu, assim, na perspectiva de fortalecer ou mesmo de criar uma identidade para o Crato num contexto regional – ferida no seu narcisismo, já que vinha sofrendo relativizações do seu lugar na região, imposto como *natural superioridade* – de demonstrar vitalidade política e econômica, mas também, e, sobretudo, como uma comemoração que ao evocar a história ensejava ser por ela ser entronizada.

A festa do centenário do Crato retomava para si a função da deusa *Mnemosine*.¹⁶⁵ Em outras palavras, a festa, pelo trabalho de seus idealizadores, encarregou-se de construir a história a partir das necessidades do tempo presente, dispondo-se à preservação da memória local e fixando para o futuro, próximo ou distante, o que deveria ser lembrado e/ou esquecido.

¹⁶⁵ Pela mitologia grega, *Mnemosine*, filha de Urano (o Céu) e de Gaia (a Terra), é uma força primitiva da natureza e a guardiã da memória, que lembra o passado e o transmite aos mortais. Com Zeus teve nove filhas, entre elas, Clio, a musa da história. Assim concebida, a história é filha da memória.

2.1 – A COMISSÃO DO CENTENÁRIO E O PROGRAMA DOS FESTEJOS

Quando se organiza uma comemoração, geralmente, os atos mais frequentes são a formação de uma comissão executiva, organização de eventos cívicos, confecção de selos, bandeiras, hinos, inauguração de monumentos, montagem de exposições, inauguração de obras públicas e, muitas das vezes, o surgimento de instituições letradas. As festas do centenário do Crato não fugiram a essa lógica.

A data que marcou as festas pelo centenário de elevação do Crato à categoria de cidade – 17 de outubro – foi, antes de tudo, fruto de um projeto comemoracionista que envolveu nomes ligados a setores de produção material e simbólica da cidade e do estado, como jornalistas, políticos, professores, religiosos, além de gente de negócios em geral, mas todos notadamente com alguma força econômica e simbólica ligada ao Crato.

Reunidos em torno da Comissão do Centenário, esses nomes se preocuparam em sustentar a imagem do Crato como modelo de cidade próspera, que lutou pela grandeza da Pátria, que, *desde sempre* esteve voltada às coisas do espírito. Por fim, a Comissão tratou de criar não apenas uma imagem externa, mas uma autorrepresentação que fosse capaz de construir uma memória histórica que projetava o Crato no cenário nacional.

Pela documentação analisada, podemos perceber que a configuração da Comissão era abrangente, porque integrava as principais atividades que movimentavam a cidade, mas é também genérica, tendo em vista que essa mesma documentação não especifica como teria sido a participação de cada setor. Nesse sentido, será apresentada, ou pelo menos indicada, uma parcela significativa das personagens que integraram a Comissão do Centenário e que conduziram os trabalhos para que as expectativas em torno da comemoração se concretizassem.

A lista de nomes que estavam envolvidos, de maneira direta ou indireta, na produção dos festejos, aparece na edição do jornal *O Povo*, de 16 de setembro de 1953. Esse jornal apresenta oitenta e cinco representantes da “Comissão de Honra das Festividades de Crato”. Nessa relação, encontram-se

nomes que vão do então governador do Estado do Ceará (Raul Barbosa) ao presidente do Tribunal de Justiça (Virgílio Távora), passando por deputados, por todo o secretariado do governo estadual, pelo prefeito da capital (Paulo Cabral), por professores das Faculdades de Direito (Antonio Martins Filho), de Farmácia e Odontologia (Amarílio Teles Cartaxo) além de representantes de entidades civis locais. Ressalte-se que sobressaem os nomes ligados à atividade política.

No dia seguinte à divulgação dos nomes da comissão de honra, as tensões políticas vivenciadas no processo de configuração dessa comissão se fazem presentes pelas páginas do mesmo jornal. Na coluna “O Legislativo em Desfile”, assinada por A. Leal Nunes, o destaque é dado pela manchete: “Melindrada a Câmara porque não figura na Comissão de Honra das Festas de Crato”.

A Câmara a que se refere Leal Nunes é a dos vereadores de Fortaleza. De acordo com a notícia, o presidente da sessão, Francisco Cordeiro, fez um protesto porque aquela casa “não foi incluída na Comissão de Honra dos Festejos de Crato, qualificando tal cousa como uma desconsideração ao Legislativo da Capital.” Ante o protesto, o vereador José Diogo propôs um voto de desagrado, mas foi aconselhando pelo seu colega, Leôncio Botelho, a agir com moderação, lembrando que o prefeito do Crato – Décio Teles Cartaxo – “revelara [em outra ocasião] o desejo de que toda a Câmara comparecesse aos festejos”.

Acalmados os ânimos, outro vereador, Secundiano Guimarães, propôs que o voto de protesto fosse adiado por vinte e quatro horas. Não nos parece absurdo inferir que esse prazo foi estipulado para que o prefeito do Crato se retratasse com o legislativo da capital e o incluísse entre os nomes que compunham a comissão de honra.

O protesto não surtiu o efeito esperado, visto que a câmara não foi incluída na comissão de honra. Não se tem notícia, no entanto, se o voto de desagrado foi aprovado ou não, mas a participação do legislativo da capital na

festa do centenário foi assegurada e a comitiva representante partiu em “trem especial”, em direção ao Crato, no dia dezesseis de outubro.¹⁶⁶

Muito embora tenha havido um esforço para que tantos nomes integrassem a comissão de honra dos festejos centenários, os trâmites burocráticos relativos à organização do evento estiveram sob a responsabilidade de um número reduzido de pessoas, assumindo uma feição basicamente municipal.

Como a festa demandava grandes custos, foi criada a Comissão Executiva do Centenário com intuito de cooptar recursos, articular a participação de políticos influentes, divulgar a efeméride por meio da abertura de espaço na imprensa, nos cadernos especiais de jornais, pela circulação de revistas etc.

A elaboração do plano de trabalho para as comemorações era atribuição das subcomissões de finanças, infraestrutura e divulgação. Segundo o depoimento de Huberto Cabral, essas subcomissões se reuniam semanalmente na câmara de vereadores e apresentavam as propostas referentes a cada uma delas. De acordo com o nosso depoente, “as comissões estudavam, faziam os projetos isoladamente, cada qual na sua área, então levavam o resultado dessas reuniões para a comissão central, para submeter à aprovação”.¹⁶⁷

Analisando as atas da câmara municipal daquele período, não há, contudo, nenhuma menção às reuniões dessas comissões, o que não é de surpreender, se levarmos em conta que a própria comissão não registrou seus encontros. Sobre os preparativos da festa, aparecem, nas atas da câmara, breves comentários, mas nenhum indicando o trabalho específico da comissão. Depois da semana comemorativa, no entanto, foram registrados votos de

¹⁶⁶ Todas as citações sobre esse assunto foram extraídas da matéria veiculada na edição do jornal *O Povo*, de 17/09/1953. p. 04.

¹⁶⁷ O memorialista Huberto Cabral é um dos membros mais atuantes do I.C.C. Conhecido por ser “a memória viva” do Crato, está presente em todos os eventos públicos que tratam da história da cidade ou de seus nomes mais ilustres. É fonte recorrente entre os pesquisadores pelo seu rico acervo documental e por ter memorizado as efemérides da cidade. Segundo Emerson Monteiro, Huberto Cabral é “*um homem talhado a preservar valores históricos e a memória social do Crato e de todo o Cariri*” (In:<<http://www.crato.org/chapadadoararipe/2011/01/23/huberto-cabral-por-emerson-monteiro/>>). O depoimento do qual destaco a citação, no corpo do texto, foi concedido no dia 30 de Janeiro de 2010. p, 04.

louvor pelo trabalho, de maneira geral, de alguns dos organizadores da efeméride.¹⁶⁸

O presidente da Comissão Central, ou executiva, era o prefeito do Crato, Décio Teles Cartaxo. Atuando de maneira ativa nos trabalhos da comissão, a partir de sua posse, em 1951, empreendeu uma série de esforços que tentavam sustentar e enaltecer a imagem do Crato como cidade que “nunca para[va] de crescer”.¹⁶⁹

Na tentativa de consolidar uma imagem de cidade moderna e civilizada, o então prefeito criou a polícia sanitária, proibiu a proliferação de criatório de porcos no perímetro urbano, calçou mais de sete mil metros quadrados das ruas do Crato, encomendou o posteamento para abastecimento de luz, mandou construir jardins nas praças, entre outras ações que visavam legitimar discursos como o publicado no jornal *Folha da Semana*, em que se afirmava que Décio Teles Cartaxo teria envidado “todos os esforços no sentido de garantir o êxito das solenidades [do centenário], demonstrando assim, o seu acurado amor a nossa cidade, ao seu progresso e ao espírito empreendedor de seus filhos”.¹⁷⁰

Os esforços que supostamente garantiram o êxito da festa foram, em grande parte, favorecidos pelas conexões pessoais que lhe facilitaram os contatos e os favores políticos necessários à obtenção do apoio governamental na realização da efeméride. Assim, Décio Teles Cartaxo conseguiu, por meio do deputado estadual Filemon Fernandes Teles – que, aliás, era seu tio e o tinha antecedido na prefeitura do Crato –, a aprovação do projeto que visava à abertura de crédito no valor de cinquenta mil cruzeiros para as comemorações.

Observamos, com isso, que mais do que “acurado amor” que o ligava à cidade, a prefeitura do Crato foi fundamental para que Décio atingisse seus objetivos políticos e tentasse consolidar uma imagem de profícua liderança. O “prefeito do centenário” foi, então, ocupando espaço nas páginas de jornal e

¹⁶⁸ A ata de 24 de outubro de 1953 registra a proposta do vereador José Luis de França para que fosse inserido voto de louvor do legislativo em homenagem à “*maneira como trabalharam os senhores Jósio Araripe, Tenente Lavor, João Ranulfo, Júlio Saraiva e Figueiredo Filho no desempenho das festividades do 1º centenário da cidade.*” Cf. Livro de Atas nº 03 (de Março de 1953 a Agosto de 1955). Acervo da Câmara de Vereadores do Crato.

¹⁶⁹ COELHO, Correia. Cidade Ideal. In: revista *Itaytera*, Crato, nº12, 1968. p, 186.

¹⁷⁰ Jornal *Folha da Semana*, 17/10/1953. p, 23.

revistas, de forma que seu nome foi projetado ao cenário da política estadual. Em 1955, Décio Teles Cartaxo é eleito deputado estadual, assumindo a presidência da Assembleia Legislativa até o ano de 1958. Além de deputado, ele foi governador interino – em substituição a Flávio Portela Marcílio, de novembro de 1958 a fevereiro de 1959 – e chefe da casa civil, no primeiro governo Virgílio Távora.¹⁷¹

Uma figura também proeminente na organização dos festejos foi Antonio de Alencar Araripe. Advogado, formado pela Faculdade de Direito do Ceará, era tetraneto de Bárbara de Alencar. Costumava dizer que seu gosto pela política era herança de família e teve uma ativa atuação nessa área sendo, inclusive, um dos fundadores do Partido Republicano Cearense. Após a chamada Revolução de 30, esteve à frente da executiva do Partido Social Democrata (PSD) e, em seguida, da União Democrática Nacional (UDN). Foi prefeito de Crato entre os anos 1930 e 1933 e novamente em 1935.

Eleito deputado federal, Alencar Araripe articulou as visitas das autoridades políticas na programação do Centenário, intermediou a publicação – pelo Serviço de Documentação e Cultura do Ministério da Educação – do livro *Cidade do Crato*, de autoria de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro. Empolgou-se tanto na divulgação da festa centenária que chegou a confirmar que as principais solenidades seriam filmadas pela TV Tupi, fato noticiado pela imprensa da capital cearense, mas que acabou não acontecendo.¹⁷²

Foi Alencar Araripe quem apresentou à Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 3.120, em maio de 1953, que destinava, em caráter de urgência, quatrocentos mil cruzeiros para construção “do monumento comemorativo de suas tradições cívicas”. No entanto, o alto custo e o reduzido tempo fizeram com que a mesa diretora da Câmara só aprovasse o projeto passado mais de um ano de sua apresentação, em novembro de 1954, pela lei nº 2.353/54.¹⁷³

A verba foi liberada, mas o “monumento” não foi erigido. Também não há indicações, na documentação pesquisada, do que foi feito com esse

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/memorialpontesneto/Livro55.pdf>> (p, 99). Acesso em: 25 de janeiro de 2011.

¹⁷² Jornal *O Povo*, 12/10/1953. p, 08.

¹⁷³ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=209813>. Acesso em: 14 de maio de 2010.

recurso. Da ideia original, o que se fez foi, muito tempo depois, afixar uma placa numa das laterais da Igreja da Sé, saudando os “heróis de 1817” na passagem dos 190 anos da revolução.¹⁷⁴

Outra figura que fazia parte da Comissão do Centenário era o deputado Wilson Gonçalves, ex-prefeito do Crato. Sua colaboração mais destacada foi a apresentação do projeto de lei que solicitava, ao governo estadual, verba para atender as despesas a serem contraídas com a comemoração. Em 12 de agosto de 1953, atendo a solicitação do projeto de Wilson Gonçalves, o governador Raul Barbosa promulga a lei nº 1937, que concedeu o auxílio de cem mil cruzeiros à Prefeitura Municipal do Crato, vigorando o crédito no exercício daquele ano e também no ano seguinte.¹⁷⁵

Mais nomes compunham a comissão organizadora dos festejos. Entre aqueles que o jornal *Folha da Semana* identificou como sendo as “grandes figuras do centenário,” estavam os religiosos Dom Francisco de Assis Pires – segundo bispo do Crato; no centenário estava à frente da diocese a vinte e um anos –, Madre Tereza Machado e o Padre Francisco Holanda Montenegro; além do major Gerson Machado, de Antonio Fernandes Teles, presidente da Associação Comercial e do Banco do Cariri e também do deputado estadual Raimundo Ivan Barroso de Oliveira. Não há, todavia, nenhuma indicação precisa da atuação dessas pessoas na preparação da festa. É bastante provável que prestassem suas colaborações buscando adesões por meio de apoio financeiro, dos contatos políticos, da mobilização popular para participação nos festejos ou de qualquer outra ordem. Afinal, a comissão teve

¹⁷⁴ Recentemente, a ideia foi retomada, mas com algumas alterações. Originalmente, a proposta era de que a figura de José Martiniano de Alencar fosse representada no lugar central do monumento. Pela proposta atual, é Bárbara de Alencar quem deve ocupar o lugar de destaque. A ideia foi divulgada no *site* “Blog do Crato,” em resposta ao projeto do deputado estadual Ely Aguiar de construir um portal de entrada para a cidade. Dihelson Mendonça, responsável pelo “Blog do Crato”, explica a “fantástica” [termo seu] concepção do monumento que ele e o artista Pachelly Jamacaru, supostamente, tiveram: “Sobre um círculo de concreto a 1 metro do solo, um monumento aos heróis do Crato: A grande Bárbara de Alencar, em tamanho grande, cercada de seus filhos Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar com espingardas na mão, lutando na revolução de 1817, iluminados em fortes luzes douradas vindas de baixo pra cima. O brilho do monumento daria pra ver de muito longe e seria belo! [...]. Seria um cartão de visitas ao Crato [...]. Que coisa mais importante pode o Crato ter do que esta? Que exemplo maior de altivez, de coragem, de bravura se pode ter? E porque não criar este monumento?” Disponível em: <http://blogdocrato.blogspot.com/2011_01_10_archive.html>. Acesso em: 10/01/2011.

¹⁷⁵ A Lei Estadual nº 1.937 foi reproduzida no jornal *Folha da Semana*, 17/10/1953. Página extra.

como traço mais marcante a preocupação em se utilizar de todos os recursos possíveis à sua disposição para fazer da comemoração uma festa brilhante.

Correndo risco de simplificação, pode-se dizer que se alguns membros da comissão foram pouco ativos, isso ocorreu pelo “excesso” de engajamento ou centralização dos trabalhos em outras personagens, como Jósio Alencar e Figueiredo Filho.

Ocupando o cargo de Secretário de Administração, o advogado e vereador licenciado Jósio de Alencar Araripe esteve à frente da organização da principal atração da festa do centenário, a Feira de Amostras. Sua tarefa era de crucial importância: divulgar e vender os estandes da feira, que comercializaria produtos agrícolas e industriais, além de promover o comércio local. De acordo com o que foi publicado no jornal *A Ação*, para conseguir esse objetivo Jósio “andou o Nordeste inteiro em busca de adesões”.¹⁷⁶

Jósio de Alencar Araripe buscou essas adesões entre empresários – que pagavam para expor seus produtos no estande – e agropecuaristas, porque, além da Feira de Amostras, houve também a Exposição Agropecuária, que fora retomada naquele período depois de um interregno e, posteriormente, se tornou numa das tradicionais festas da cidade do Crato.

Alguns jornais locais diziam que Jósio empreendera todos os esforços possíveis para firmar parcerias e contar com a “cooperação do comércio, indústria e das municipalidades dos mais adiantados centros do Nordeste brasileiro”.¹⁷⁷

Se a Feira de Amostras foi exitosa, disse Oswaldo Alves de Souza, muito se devia àquele “timoneiro audaz, o soldado intrépido que não conheceu canseiras e desafiou o difícil a fim de propalar [...] o nome e o progresso da Princesa do Cariri” e que se dedicara “de corpo e alma ao grande movimento em favor da realização da feira de amostras”.¹⁷⁸

Sobretudo pelo trabalho na realização da Feira de Amostras, Jósio foi mais um que teve seu nome projetado no cenário político, mas sem lograr maiores êxitos. Em 1954, foi indicado, pela União Democrática Nacional (UDN), para o governo municipal e, mesmo “com a força do partido e dos serviços

¹⁷⁶ Jornal *A Ação*, 21/07/1973. p, 04.

¹⁷⁷ Jornal *Folha da Semana*, 17/10/1953. Primeiro caderno, p. 03.

¹⁷⁸ Jornal *Folha da Semana*, 17/10/1953. Primeiro caderno, p. 04.

prestados ao município”,¹⁷⁹ não foi eleito. Vinte anos depois, mais uma tentativa: candidatou-se, dessa vez pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), à Assembleia Legislativa do Estado. Novamente não se elegeu.

Foi nessa época, então, que ele assumiu a presidência do Instituto Cultural do Cariri e conseguiu, através do deputado federal Leão Sampaio, que a Câmara Federal incluísse, pelo Ministério da Educação, o auxílio de dois mil cruzeiros para o a entidade. Na presidência da instituição, estabeleceu como meta primordial a instalação, em sede própria, da biblioteca do ICC, além das propostas para dinamizar as manifestações populares, que a entidade enquadrava como “folclore.”

Preocupação que não era novidade nos quadros do ICC, já que a temática do folclore tinha movido os estudos de seu recém-falecido sogro, Figueiredo Filho. Jósio assumiu a presidência do ICC após a morte daquele a quem se atribuiu, na época dos festejos, a condição de “mola principal da propaganda do 1º Centenário”.¹⁸⁰

De fato, Figueiredo Filho foi um homem de muitos contatos e grandes mobilizações, sendo sua atuação decisiva para a divulgação do Centenário. Foi ele quem articulou a cobertura da festa pela imprensa da capital, através do jornal *O Povo*, que destacou numa série de reportagens – antes, durante e depois da comemoração –, as glórias do Crato.

Como construtor de memória, de identidade e de um passado histórico, podemos aquilatar o significado do impacto dessa propaganda pela obra *Cidade do Crato*, que Figueiredo Filho escreveu em parceria com Irineu Pinheiro “para comemorar o centenário de elevação de Crato à categoria de cidade”.¹⁸¹ De acordo com a historiadora Otonite Cortez, essa foi a primeira obra que tomou a cidade do Crato como objeto central de estudo.¹⁸²

Valendo-se da condição de correspondente em alguns jornais no Ceará, além de órgãos da imprensa pernambucana e carioca, Figueiredo Filho

¹⁷⁹ Cf.: BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato intelectual. Dados bio-bibliográficos*. Coleção Itaytera. Crato: Tipografia e Papelaria do Cariri, 1995. p. 324.

¹⁸⁰ Jornal *Folha da Semana*, 17/10/1953. Primeiro caderno, p. 02.

¹⁸¹ Cf.: PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *A cidade do Crato*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile], p. 07.

¹⁸² Cf.: CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)*. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação de Mestrado. UFRJ. p. 130.

tratou de escrever artigos e notas dando conta dos preparativos da festa do primeiro centenário, tentando mobilizar meios capazes de atingir um grande público.

Os títulos de suas matérias davam um tom otimista à efeméride cratense, como esse publicado na primeira página do jornal *O Povo*, de 16 de outubro de 1953: “Milhares de pessoas na ‘Princesa do Cariri’ – Amanhã, o grande dia”. Segundo a matéria, durante os dias da comemoração as festas excediam...

[...] todas as perspectivas [sic], revestindo-se de um brilhantismo excepcional, em meio a intensa vibração popular. Desde domingo [10 de outubro] chegam, diariamente, a todas as horas do dia e da noite, centenas de visitantes à Princesa do Cariri, procedentes de todas as cidades do Ceará e Estados vizinhos, inclusive de algumas capitais do sul e do extremo norte do país.

É um ponto importante a se notar que, em sua descrição, a festa é dada como congregadora de pessoas oriundas de todas as partes do Brasil, como a confirmar que “todos os caminhos convergem para o Crato”.¹⁸³ A ênfase é dada no movimento que fazia com que diariamente chegassem à cidade “centenas de visitantes” que levavam um “brilhantismo excepcional” aos festejos. Essa descrição tenta criar, nos participantes e nos leitores, o sentido de envolvimento que daria o testemunho de uma “intensa vibração popular”.

É claro que havia a necessidade de partilhar confiança; daí, a preocupação de Figueiredo Filho em apresentar aquela data em toda sua pujança. Nesse sentido, era imperativo que a festa tivesse uma grande parcela de participação pública, tendo em vista que, para que o objeto comemorado fosse conhecido, ele precisava ser reconhecido, legitimado.

Para tanto, a data magna do Crato deveria ser celebrada, com pompa e circunstância, num espaço que fosse extremamente representativo de sua “natural” condição de vanguarda do progresso, num lugar em que os eventos programados e o grupo organizador tivessem o máximo de visibilidade. Então,

¹⁸³ Jornal *O Povo*, 17/10/53. p, 02.

o local escolhido para ser o “palco” dos festejos foi a Praça da Sé, que tinha, no dizer de Raimundo de Oliveira Borges, “uma função histórica notável”.¹⁸⁴

Foi na Praça da Sé, diz Borges, que frei Carlos Maria de Ferrara, capuchinho italiano, nucleou os índios cariris. Foi também na Praça da Sé que, no dia 03 de maio de 1817, o subdiácono José Martiniano de Alencar teria lido o manifesto pernambucano e aderido ao movimento revolucionário, com o apoio de sua mãe, Bárbara de Alencar. Portanto, não restavam dúvidas aos organizadores da festa que aquele era o lugar adequado para abrigar o Pavilhão da Feira de Amostras, “a atração máxima das festas centenárias de Crato”,¹⁸⁵ porque evocava a memória de um passado glorioso.

A magnitude do projeto, desenvolvido por João Ranulfo Pequeno, com colaboração de Júlio Saraiva,¹⁸⁶ foi publicado no suplemento especial do jornal *Folha da Semana*, na data do centenário:

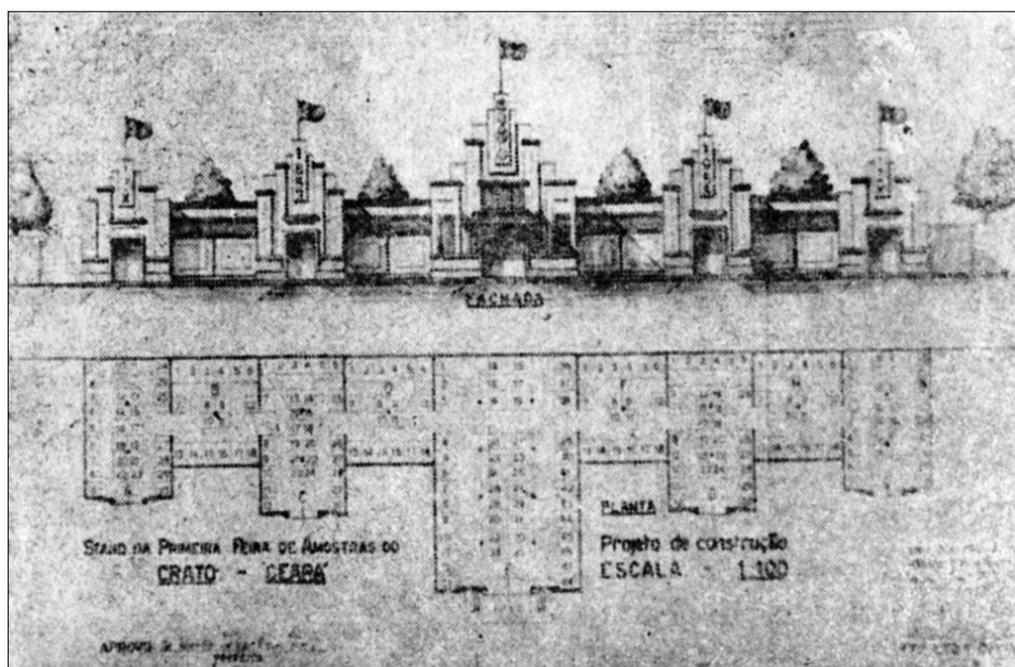


Figura 2 - Planta do Pavilhão da Feira de Amostras. Reproduzida no jornal *Folha da Semana* – suplemento especial ilustrado. 17/10/1953. Sétimo Caderno, p. 07.

¹⁸⁴ BORGES, Raimundo de Oliveira. *Reminiscências: o meu itinerário*. Fortaleza: ABC Editora, 2007. p. 94.

¹⁸⁵ Jornal *Folha da Semana*, 17/10/53. Sétimo caderno, p. 07.

¹⁸⁶ Júlio Saraiva Leão era arquiteto e urbanista autodidata. Projetou praças e jardins na cidade, elaborou a planta de um elevador que ligaria a parte baixa do Crato ao Alto do Seminário, mas que não foi construído. Numa rápida biografia sobre Júlio Saraiva, o jornalista J. Lindemberg de Aquino garantiu que Júlio foi um dos mais “célebres fotógrafos de Lampião.” Cf.: AQUINO, J. Lindemberg de. *Roteiro Biográfico das Ruas do Crato*. Fortaleza: UFC, Coleção Alagadiço Novo. Casa de José de Alencar. 1999, p.149.

Pelo projeto deveria haver, além dos estandes para expositores, um espaço para apresentação de artistas locais e de projeção nacional, bem como para colocação de barracas com comidas típicas. Para receber o Pavilhão da Feira de Amostras, a Praça da Sé foi cercada por madeirite e o piso feito em pedra de gesso. Do Pará, foram encomendados novos postes que, “emprestando todo garbo e imponência [...] foram colocados definitivamente, na Praça da Sé, onde se realiza[va] a feira de amostras do Crato”.¹⁸⁷

Elaborada a planta, vendidos os estandes, firmadas as parcerias, os idealizadores da feira se enchiam de expectativas: “É de crer-se que a feira de amostras venha a ser um verdadeiro espetáculo, pois o Crato está com uma representação capaz de receber todos os ilustres visitantes”.¹⁸⁸

Construído o palco, faltava realizar o espetáculo.

Em crônica para o *Jornal do Commercio*, de Recife, Ulisses Viana disse que “no recinto da feira de amostras a afluência de visitantes foi além da expectativa” chegando à marca de dez mil pessoas.¹⁸⁹ De acordo com Batista Moreno, enviado especial do jornal *O Povo*, só no dia da inauguração da Feira de Amostras, 11 de outubro, mais de cinco mil pessoas compareceu ao recinto.

Grande parte do público foi atraída àquele espaço pela presença de artistas renomados como Luiz Gonzaga, Jararaca e Ratinho, Adelaide Chiozzo e Vicente Celestino, que estiveram presentes na semana dos festejos, mas, como parte de outra comemoração: o segundo aniversário de atividade da Rádio Araripe. A data do aniversário era 29 de agosto, mas para “prestar um merecido tributo à cidade do Crato”,¹⁹⁰ a direção da rádio achou por bem transferir a comemoração para o dia 17 de outubro, no bojo das festividades centenárias.

Centralizando todos os principais eventos da semana comemorativa, o Pavilhão da Feira de Amostras teria o papel de celebrar, justificar e fomentar a “natural vocação ao progresso” do Crato. Ali, celebrava-se o progresso material e aspirava-se ao futuro sem perder de vista as suas conexões com o passado. A ânsia de cidade moderna, progressista, que “nunca para[va] de crescer”

¹⁸⁷ *Jornal Folha da Semana*, 17/10/1953. Primeiro caderno, p. 20.

¹⁸⁸ NEVES, Fernando José. O Cariri e sua Princesa. In: revista *A Província*, 17/10/1953, p. 56.

¹⁸⁹ VIANA, Ulisses. *O Centenário do Crato*. *Jornal do Commercio*, 01/11/1953 [s/n]. Recorte de jornal. Acervo do ICC.

¹⁹⁰ Cf.: revista *A Província*, 17/10/1953, p. 98.

deveria estar presente também nos estandes que representavam a indústria e o comércio.

Além da cidade aniversariante, a Feira de Amostras teve representação das cidades de Juazeiro do Norte, Sobral e Fortaleza. Tendo esta última, inclusive, empreendido uma forte campanha de aproximação econômica, interessada nas possibilidades de desenvolvimento que o Cariri oferecia, sobretudo na área de produção agrícola.

A festa atendia, assim, aos interesses da política e da economia. Interesse explícito no artigo escrito por Perboyre e Silva, presidente da Associação Cearense de Imprensa, onde apela para que daquele momento em diante se estreitassem “os vínculos de comunhão sentimental e econômica entre a cidade centenária e o litoral cearense”, sobretudo num momento em que “Paulo Afonso acena com grande surto de industrialização para o Cariri”.¹⁹¹

A Prefeitura de Fortaleza distribuiu aos visitantes de seu estande um álbum que fazia a propaganda do governo Paulo Cabral e que tinha a intenção de demonstrar que os “anseios de progresso” da cidade aniversariante eram “os mesmos alimentados pela crescente população da capital”.¹⁹² Acreditava-se que, dessa maneira, o comércio e a incipiente indústria cratense poderiam ser colocados no mesmo patamar do da capital cearense; daí, a importância de aproximarem-se economicamente as duas cidades.

Talvez isso nos faça compreender a grande mobilização da prefeitura de Fortaleza em participar ativamente dos festejos centenários no Crato. Notícias veicularam a partida da embaixada Paulo Cabral de Araújo – em homenagem ao prefeito da capital –, composta de times de futebol que iriam disputar a taça “Cidade de Fortaleza”, além das comitivas estudantis representantes das faculdades de direito e medicina, sem esquecer a presença dos vereadores da capital.

Se a participação atuante da capital cearense foi comemorada pelos organizadores da festa, o mesmo não se pode dizer da capital pernambucana. Depois da comemoração, Figueiredo Filho publicou um artigo em que demonstra ressentimento pela “ausência de Recife nas Festas Centenárias do

¹⁹¹ SILVA, Perboyre e. *O Crato e a Imprensa*. *Jornal O Povo*, 15/10/1953, p. 03 e 08.

¹⁹² “Fortaleza na Feira de Amostras do Crato – stand da prefeitura”. *Jornal O Povo*, 15/10/1953. Terceiro caderno, p. 01.

Crato”. Segundo ele, o estado pernambucano se fez representar por alguns estudantes, jornalistas e por pessoas do interior que, recebendo a influência do Crato, sabiam “sentir e comungar com todas as nossas tristezas e júbilos”. Mas, ao que parece, só essas visitas não bastavam para Figueiredo Filho. De modo contundente, ele afirma que, mesmo tendo o governador Etelvino Lins confirmado a presença um mês antes da festa, foi notória a ausência do Recife que “tinha uma dívida de gratidão para o Crato, não só histórica, como economicamente” e ainda assim fora a capital cearense que “nos tratou nas festas de Outubro, à vela de libra”.¹⁹³

A expressão “vela de libra” deixa bem clara a intenção de Figueiredo Filho: o Crato, no seu centenário, deveria ser tratado por Recife com as honras de rei. O fato de a capital pernambucana não se fazer representar nos festejos, nem justificar a ausência demonstrava, para um ressentido Figueiredo Filho, descaso e falta de consideração com a cidade que, nos idos de 1817, aderira ao “movimento emancipador e republicano soprado de Pernambuco”.¹⁹⁴ Ele enfatiza que Crato teria sido a única cidade cearense a aderir ao movimento de 1817, daí a crença de que aquele era o momento da história em que Pernambuco deveria agradecer ao Crato a adesão às suas propostas republicanas.

Se ausência como essa não poderia deixar de ser sentida, não seria ela a responsável pelo arrefecimento dos festejos. Os eventos programados para a comemoração do centenário reforçavam, a todo o momento, a ideia de que o Crato poderia considerar-se um modelo dentre os municípios da região do Cariri.

Evocação que se respaldava, entre outras coisas, num ideal progressista. Naquele período, a população geral do município era estimada em mais de cinquenta e sete mil habitantes, com uma população urbana em torno dos vinte e dois mil.¹⁹⁵ Era um momento em que se acenava a possibilidade de substituição da hidrelétrica rudimentar, localizada na nascente

¹⁹³ FIGUEIREDO FILHO, J. de. “A ausência de Recife nas Festas Centenárias”. *Jornal O Povo*, 05/11/1953, p. 03.

¹⁹⁴ Idem. *Ibidem. Loc. cit.*

¹⁹⁵ Cf.: Recenseamento Geral de 1950 – População estimada até 31 de Dezembro de 1955. Dados divulgados na revista *Itaytera*, nº 02, 1956. p, 154.

do rio Batateiras, pela “energia redentora” de Paulo Afonso, no dizer de Huberto Cabral.¹⁹⁶

Junte-se a isso, o desenvolvimento da cultura canavieira – uma das maiores riquezas da cidade – dos engenhos de rapadura e das casas de farinha, distribuídas em mais de setecentos e oitenta propriedades agrícolas.¹⁹⁷ Tudo isso era usado nos discursos dos organizadores da festa como prova da “predestinação” do Crato ao progresso.

Partindo dessa lógica, alguns eventos foram incluídos no programa dos festejos como materialização da pretensa superioridade do Crato. É o caso da Exposição Agropecuária, que teve sua segunda edição na semana dos festejos centenários, entre os dias 14 e 18 de outubro. Segundo o calendário da programação, a abertura oficial e inauguração da Exposição estavam previstas para o dia 16. Essa abertura ocorreu nove anos depois da primeira Exposição, que aconteceu no mês de dezembro de 1944 e que sofrera um interregno devido às “dificuldades econômicas do país no período do pós-guerra, depois a reorganização do país em sua vida democrática, após a Ditadura Vargas”,¹⁹⁸ com consequência direta na vida econômica dos municípios.

Se a Feira de Amostras aparecia, por um lado, como o lugar capaz de dar visibilidade merecida aos acontecimentos da comemoração e, por outro, servia de vitrine dos trabalhos do grupo responsável, foi a Exposição do Crato que se firmou periodicamente no calendário festivo da cidade. A partir de sua terceira edição, em 1954, o evento ganha um espaço-sede e, em 1959, através de um convênio entre cinco secretarias estaduais de agricultura do Nordeste, a Exposição, que era local, transformou-se num evento centro-nordestino.

A historiadora Otonite Cortez afirma que foi a partir da década de 1960 que a Exposição ganhou impulso para se tornar num evento de grande porte:

A Exposição, nesta década, conhece as inovações tecnológicas que são últimos lançamentos em equipamentos agropecuários e de utilidades domésticas. Também foi a década em que as instituições financeiras estatais, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, mais financiaram negócios [...]. Sobre isto, é sintomático o refrão criado e adotado na década seguinte [1970] para incentivar as

¹⁹⁶ Depoimento concedido no dia 30 de Janeiro de 2010. p, 03.

¹⁹⁷ LÓSSIO, Moacir Gondim. *Isto é Crato*. In: revista *Itaytera*, nº 02, 1956. p, 164.

¹⁹⁸ *A Sequencia das Exposições do Crato e seus Líderes*. Jornal *A Ação*, 21/07/1973. p, 04.

transações comerciais com base no crédito bancário: '*venha a Exposição do Crato que os bancos asseguram seu contrato*'. Da mesma forma vultosos recursos eram liberados do Ministério da Agricultura. A Secretaria de Agricultura do Estado, durante a Exposição, despachava do Crato.¹⁹⁹

No ano do Centenário, quando essa exposição foi retomada, a principal preocupação era intensificar os negócios no setor agropecuário e no comércio, ressaltando a condição de pioneirismo do Crato, pela possibilidade de desenvolvimento econômico que o evento proporcionava. O fato é que aliado à valorização do setor econômico em torno desta data, os organizadores da festa aproveitaram para divulgar suas ideias de modernização e progresso na cidade aniversariante.

Por essa razão, a Comissão do Centenário investiu numa programação que fundamentasse a imagem de cidade moderna e progressista. Daí, o esforço em levar as mais “modernas” máquinas agrícolas para a Feira de Amostras ou de inaugurar “modernos” prédios com a presença de visitantes ilustres.

Para além das questões econômicas, obviamente, o programa se propôs a contemplar manifestações de caráter cultural, religioso, militar e esportivo. Os eventos comemorativos duraram por uma semana e o calendário da programação geral foi definido da seguinte forma:

¹⁹⁹ CORTEZ, Otonite. *Histórico da Exposição do Crato*. [s.d]. (mimeo), p. 02.

DATA	EVENTO
11/10/1953 – domingo	Abertura solene da Feira de Amostras do Crato
12/10/1953 – segunda-feira	Demonstração de máquinas agrícolas no Pavilhão da Secção de Fomento Agrícola na Feira de Amostras
13/10/1953 – terça-feira	Programa da Rádio Araripe na Feira de Amostras, com apresentações de danças regionais
14/10/1953 – quarta-feira	Exibição de filmes no Pavilhão de Fomento Agrícola na Feira de Amostras
15/10/1953 – quinta-feira	Inauguração da Casa do Velho Pobre
16/10/1953 – sexta-feira	<ul style="list-style-type: none"> - Inauguração e abertura da Exposição Agropecuária; - Abertura da Exposição de tratores no Centro de Iniciação 1º de Maio; -Inauguração do Posto do Departamento de Expansão Econômica do Ceará; do Posto de Saúde no Bairro Buenos Aires; do Grupo Escolar, no Bairro Pinto Madeira; do Grupo Rural no Campo de Fruticultura do Crato
17/10/1953 – sábado	<ul style="list-style-type: none"> - Hasteamento da Bandeira Nacional no Pavilhão da Feira de Amostras; - Inauguração do Obelisco do Centenário e Jardim da Praça Juarez Távora; - Desfile dos Tiros de Guerra de Crato e Juazeiro do Norte, em continência às autoridades civis e militares e pelotões representativos dos Colégios locais; - Inauguração do Jardim da Praça da Sé e lançamento da Pedra Fundamental do Monumento aos Heróis de 1817
18/10/1953 – domingo	<ul style="list-style-type: none"> - Encerramento da Exposição Agropecuária; - Instalação Solene do Instituto Cultural do Cariri, no Auditório da Rádio Araripe; - Encerramento do Torneio Quadrangular em Disputa da Taça 'Centenário do Crato'; - <i>Te Deum</i> na Praça da Sé; - Concerto de Piano da Sociedade de Cultura Artística do Crato, na Sede Social do Crato Tênis Clube, seguindo-se Festa Dançante.

Quadro 1 – Programação Geral dos Festejos do Centenário. Fonte: Elaborado pelo autor.

Definida dessa forma, a programação tinha como traço mais marcante a preocupação em se utilizar de todos os recursos possíveis para que a festa

ganhasse um sentido coletivo, que, pelo entendimento e assimilação daquilo que se celebrava, assumia a função de construtora de identidade.

O ponto máximo da comemoração foi o dia dezessete, com a tentativa de produzir uma vibração cívica condizente com os ideais propostos, pelo grupo organizador da festa, para a cidade. Neste dia, estiveram presentes as autoridades políticas de grande relevância, como o vice-presidente João Café Filho, além de senadores, deputados federais e estaduais e autoridades políticas de diversas cidades do país. O roteiro da programação foi o seguinte:

HORÁRIO E EVENTO
05h – Salva de 21 tiros na Cruz do Século, no Bairro Pinto Madeira e toque de alvorada no portão da Feira de Amostras e nos bairros da cidade
06h – Hasteamento da bandeira nacional no Pavilhão da Feira de Amostras
06:30h – Missa Campal em frente à Sé Catedral
08:00h – Inauguração do Obelisco do Centenário e Jardim da Praça Juarez Távora
09:00h – Desfile dos Tiros de Guerra de Crato e Juazeiro do Norte
09:30h – Desfile de vaqueiros, cambiteiros, bandas de couros, partindo da Praça Francisco Sá para rua Pedro II, no centro da cidade
14h – Sessão Magna no Auditório do Colégio Diocesano
15h – Partida de futebol entre Esporte Clube do Crato e Treze Esporte Clube de Juazeiro do Norte. Disputa pela taça “Juazeiro do Norte.”
17h – Inauguração do jardim da Praça da Sé e lançamento da Pedra Fundamental do Monumento aos Heróis de 1817
19h – Exibição das Músicas de Couro no recinto da Feira de Amostras. Fogos de artifício
20h – Programa especial da Rádio Araripe no recinto da Feira, com apresentação de balé da Sociedade de Cultura Artística do Crato, além de música e danças regionais
22h – Festa dançante no Crato Tênis Clube oferecida às autoridades e convidados especiais, e nos demais bairros da cidade, para o restante da população.

Quadro 2 – Programação do dia 17/10/1953. Fonte: Elaborado pelo autor.

A preocupação em concentrar neste dia os eventos mais significativos da semana era algo que ia além da celebração da exata data do centenário. Os eventos do dia dezessete guardavam uma especial atenção voltada para os visitantes. Afinal, seriam eles os responsáveis pela divulgação da festa; eles dariam credibilidade ao Crato, sem colocar em dúvida a capacidade que a cidade tinha em corresponder a suas expectativas.

A festa, nesse sentido, tinha a função especial de formar uma opinião que era a pretendida pela Comissão: o Crato como uma cidade de grandeza

histórica no passado, de igual pujança no presente e perspectivas alvissareiras para o futuro.

Na tentativa de fazer crer que sobrava tradição histórica, cultural, política e econômica, seria de bom alvitre não faltar uma tradição de cultura popular para amalgamar o conjunto da sociedade. Foi assim que os organizadores da festa investiram no cuidado folclorista de manter viva “a alma do povo nos festejos do centenário”.

2.2 – A “ALMA DO POVO NOS FESTEJOS DO CENTENÁRIO”

Foi com a manchete acima que o jornal *O Povo* abriu o primeiro caderno do suplemento especial, publicado em 15 de outubro de 1953, dedicado às comemorações do Centenário do Crato, procurando as raízes “autênticas” que permitiriam definir sua identidade cultural:

Crato está comemorando, engalanado em festas, o primeiro centenário de sua elevação à categoria de cidade. Festa do povo e para o povo [...] o que tem servido para dar aos festejos do centenário um colorido especial e um cunho eminentemente popular [...] retratando-lhe a alma popular, refletida nas festas folclóricas do ‘bumba-meu-boi’, ‘música-de-couro’, ‘corrida dos cambiteiros’, ‘maneiro-pau’, ‘baião’ e noutros folguedos populares secularmente tradicionais e que, agora, [...] estão sendo levados a efeito, em plenas ruas movimentadas da Crato atual, para deleite de quantos se encontrarem presentemente na Princesa do Cariri.

Para bem cumprir o papel de construção de uma identidade social coesa, esse momento fez emergir um discurso de valorização das expressões das culturas populares e tentou produzir uma homogeneidade social ao afirmar que “a festa [era] do povo e para o povo”. Naquele contexto, o apoio desse povo, atraído pela dimensão de espetáculo do evento, e sua participação eram fundamentais para o sucesso da festa.

Na apresentação do “maneiro-pau”, os versos revelam a imagem que se queria consolidar: o Crato como uma cidade em que todos queriam viver: “Viva a cidade do Crato/ Princesa do Cariri/ Hoje fez seu centenário/ Não quero sair daqui”.²⁰⁰

Subjacente a essas palavras e àquelas escritas no jornal *O Povo*, estava o intuito de expressar uma unidade na produção da identidade cratense, porque, sem os elementos que a constituem, a ideia torna-se vazia. Em outras palavras, seu poder de sedução residia na permanência dos aspectos multicoloridos de “cunho eminentemente popular” que, por fim, constituía um elo dessa identidade buscada.

²⁰⁰ FIGUEIREDO FILHO, J de. *O Folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 72.

A valorização das manifestações das culturas populares pretendida na festa centenária cumpria um papel central para sua visibilidade, bem como para propaganda da cidade, porque os organizadores da festa julgavam evidente que tais manifestações expressavam a “verdadeira alma popular” do povo do Crato.

Especialmente a partir desse momento, os estudos sobre as manifestações das culturas populares, percebidas como folclore, se impuseram à tarefa de apresentar de forma grandiosa a cultura que, supostamente, representava a região. Isso se explica, em parte, em função do lugar ocupado por Figueiredo Filho, que estava plenamente identificado com o movimento folclórico brasileiro integrando os quadros da Comissão Estadual do Folclore, fundada em 1948, como parte da rede criada pela Comissão Nacional do Folclore.²⁰¹

Em nota explicativa que serve de prefácio ao seu livro sobre o tema, Figueiredo Filho destaca a importância que teve a festa do Centenário para divulgação do *Folclore no Cariri*:

Desde outubro de 1953, por ocasião das empolgantes festividades, em comemoração ao centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, que o folclore caririense apareceu, com toda sua pujança. Para figurar naqueles festejos, foi preciso muito esforço do grupo intelectual, que depois fundou o Instituto Cultural do Cariri. Ainda existia certo ranço de prevenção contra os folguedos que nasceram da vida anônima do povo simples, dos brejos e pés-de-serra. Mas, tudo foi contornado e vencido pela gente que lia e escrevia, na tradicional e progressista cidade do Crato. O efeito das exposições folclóricas no recinto da Feira de Amostras, maior centro da atração das festividades centenárias, foi dos mais brilhantes e surpreendeu os próprios filhos da terra. O folclore regional assim criou alento e não ficou mais escondido nos sítios caririenses.²⁰²

Tentando criar uma notoriedade que desfrutou “as exposições folclóricas no recinto da Feira de Amostras”, Figueiredo Filho acaba aludindo a uma dimensão espetacularizada da manifestação que “surpreendeu os próprios filhos da terra”. O brilhantismo atribuído por este autor teria sido de tal monta, que uma das bandas cabaçais do Crato foi convidada pela Comissão Brasileira

²⁰¹ Cf. VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. RJ: Funarte/FGV, 1997.

²⁰² FIGUEIREDO FILHO, *O Folclore no Cariri*. p. 07.

de Folclore a se apresentar nos festejos do quarto centenário de São Paulo, no ano seguinte. Por contenção de gastos, a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo cancelou a apresentação da Banda Cabaçal e de muitas outras representações que iriam de todo o país.²⁰³

O que ele busca demonstrar, nessa citação, é que, ao levar para o palco da festa centenária – o Pavilhão da Feira de Amostras – as manifestações que expressavam a “alma popular”, estava sendo demonstrado o esforço de combate ao “ranço de prevenção contra os folguedos”. Na sua assertiva, por serem oriundas “do povo simples, dos brejos e pés-de-serra” essas manifestações não poderiam oferecer risco algum à “progressista cidade do Crato”; portanto, não deveriam mais permanecer “escondidas nos sítios caririenses” e subúrbios da cidade aniversariante.

É necessário situar o leitor sobre esse período de menosprezo, por parte da elite local, pelo “folclore no cariri”. Segundo Figueiredo Filho, quando seu pai, José Alves de Figueiredo, era prefeito do Crato, na década de 1920, ele tentou proibir a apresentação das bandas cabaçais com os seus “músicos tão bisonhos e primitivos” pelas ruas da cidade, por considerar que “tudo o que não vinha de fora, não estava de acordo com a civilização que começava a penetrar” ali.²⁰⁴

Passado esse tempo de “ranço” e, como integrante da Comissão Estadual do Folclore, Figueiredo Filho não poderia jamais permitir que a atitude de seu pai voltasse a se repetir. Para ele, o estudo do folclore, além de merecer ser incorporado ao patrimônio do Brasil, mostrava sua contribuição quando servia de “termômetro de aptidões diversas [...] e a prova da inteligência criadora dos povos, tidos [...] por inferiores”.²⁰⁵

Embora Figueiredo Filho afirmasse que “gente que lia e escrevia” tivesse superado essa fase de menosprezo, a relação dos estudiosos locais com o tema não fora até então muito frequentada, donde Figueiredo Filho irá identificar “apenas alguns artigos esparsos, em jornais e Revistas do Ceará e de fora”, sem indicar, no entanto, quem seriam os autores e quais os objetos da

²⁰³ Sobre as festas comemorativas dos 400 anos de São Paulo, ver: LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

²⁰⁴ FIGUEIREDO FILHO, J de. *O Folclore no Cariri*. p. 81.

²⁰⁵ Idem. *Ibidem*, p. 19.

pesquisa. Daí, julgar necessário impor-se ao trabalho de “concatenação de tantos motivos que enchem a região e que nos vieram de um passado bem remoto”.²⁰⁶

Acreditando na necessidade imperativa do contato entre intelectuais e camadas populares, Figueiredo Filho convoca outros estudiosos a se debruçarem sobre o tema do folclore, pretendendo “não ficar sozinho neste setor, que, sendo tão extenso, é eterno convite [...] para desvendar-lhes as belezas ainda encobertas aos olhos de muitos”.²⁰⁷

Durante o texto sobre o folclore no Cariri, Figueiredo Filho reconhece a mestiçagem como categoria valorativa da formação social do Brasil. Partindo dessa visão, chama atenção para o fato de que não se propõe a descrever em minúcias “todos os motivos existentes na região, pois muitos deles têm caráter nacional e até internacional”.²⁰⁸ O que nos parece, pelo trecho citado, é que essa foi uma maneira de justificar possíveis omissões, mas ele segue reafirmando a necessidade de divulgar “o Brasil do interior [...] com seu rico folclore, forjado nesse caldeamento de três raças diversas, cada qual com seus costumes e hábitos”.²⁰⁹

Tentando ser modesto, o autor afirma que seu estudo sobre o folclore no Cariri não tinha “qualquer pretensão exibicionista” sendo antes uma “modesta contribuição de um observador interiorano, para a ciência folclórica”.²¹⁰ Essa citação ilustra a preocupação em imprimir à sua prática uma orientação científica, fugindo à pecha de diletantismo literário pelo qual os estudiosos do folclore muito se esforçaram em se distinguir, pela crença de que a obra literária era sempre resultado da expressão individual.²¹¹

²⁰⁶ Idem. *Ibidem*, p. 07.

²⁰⁷ Idem. *Ibidem*, p. 08.

²⁰⁸ Idem. *Ibidem*, *loc. cit.*

²⁰⁹ Idem. *Ibidem*, p. 83.

²¹⁰ Idem. *Ibidem*, p. 08.

²¹¹ De acordo com Sérgio Miceli, sob o rótulo generalizante da *literatura*, adveio grande parte do prestígio intelectual na formação desse campo no Brasil, o que não significava, necessariamente, a profissionalização da figura do intelectual como escritor, pelo qual se somavam suas incursões no jornalismo, docência, política, religião, sendo grande parte desses escritores polígrafos, advogados ou médicos de profissão. Todavia, discorrer sobre a tensão entre literatura e ciências sociais na formação do campo intelectual brasileiro nos levaria aqui a uma digressão fora de propósito. Para mais ver: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930* São Paulo: Companhia das Letras, 2008; VILHENA, Luís Rodolfo. *Op.cit.*

Em sua formulação final, Figueiredo Filho afirma que os intelectuais deviam despojar-se dos preconceitos e reavaliar suas percepções, porque “fazer conhecido o folclore não é obra de diletantismo literário e sim, contribuição segura para o enriquecimento da própria cultura superior”.²¹²

Para a objetividade científica que se propunha, esse autor informa que os fatos folclóricos narrados foram “observados lealmente” por ele. Na verdade, o que ele quer é deixar claro que daria um tratamento menos literário e mais científico, como “prova” de seu comprometimento com o tema.

A partir das festas do centenário, quando o folclore teria sido “muito apreciado pela nota inédita que imprimiu a muitos visitantes”,²¹³ Figueiredo Filho pensava ser um imperativo da modernidade o esforço de preservação do folclore: “Há urgência na divulgação do folclore caririense, antes que a vida trepidante do progresso, com a energia de Paulo Afonso, às portas de casa, venha quase a eliminá-lo”.²¹⁴

Preocupação que perpassa outra obra que discute essa temática, qual seja *Folgedos Infantis Caririenses*, de 1966. A busca é pela preservação da “autêntica” cultura popular frente aos processos de modernização e urbanização por quais passava a cidade do Crato. Se essa interpretação está correta, Figueiredo Filho acreditava que o cenário citadino se sobreporia à influência rural e, antes que acontecesse, orientou seus esforços no sentido de manter intactas as tradições populares que dariam, no seu entender, base de sustentação à identidade que se buscava construir para o Crato: uma terra afeita às tradições, mas com os olhos voltados para o futuro.

Segundo as indicações de Figueiredo Filho, o estudo do folclore estava preocupado em preservar aquilo que corria o risco de desaparecer “com o progresso que começou a penetrar no Cariri”.²¹⁵ É preciso deixar claro que em *Folgedos Infantis Caririenses*, esse autor estava acompanhando o deslocamento do foco de interesse dos estudos de folclore no País, que foram da literatura oral para os chamados folgedos, conforme sugere Vilhena:

²¹² FIGUEIREDO FILHO, J de. *O Folclore no Cariri p. cit.* p. 112.

²¹³ Idem. *Ibidem*, p. 68.

²¹⁴ Idem. *Ibidem*, p. 19.

²¹⁵ Idem. *Ibidem*, p. 09.

Essa mudança é consagrada quando o segundo congresso [Nacional de Folclore, realizado em Curitiba, em 1953] – [...] – o elege [o folguedo] como tema principal, cabendo às comissões estaduais [...] a tarefa de reunir dados sobre suas ocorrências locais.²¹⁶

Coube a Figueiredo Filho, então, valer-se do contato que mantinha com “o povo bom e acolhedor da zona rural” para organizar e divulgar pesquisa que propagasse a causa do movimento folclórico brasileiro na região do Cariri. E diz que o fará orientado pelo caminho da memória que é “a busca mais real” do passado: “É melhor a gente descrever o que viu e sentiu, do que, simplesmente, o que ouviu dizer”.²¹⁷ Dessa forma, na narrativa de *Folguedos Infantis Caririenses* e de *O Folclore no Cariri*, Figueiredo Filho toma para si uma autoridade de fala partindo do princípio de que tinha a vantagem de ser “leal e bebida na fonte de origem”.²¹⁸

O conceito de memória aqui é crucial. Ela cumpre, no entender de Figueiredo Filho, uma *função social* que se destina a preservar as manifestações das culturas populares na iminência de seu desaparecimento. A sua intenção parece ser “recolher” a “memória popular” orientado por uma “memória pura” e pessoal que, supostamente, garantiria que aquilo que estava descrito no seu livro era o que realmente “viu e sentiu” e não um produto da imaginação de quem “ouviu dizer”.

Acreditando na “nota de originalidade” que o folclore caririense emprestara aos festejos do centenário do Crato, o esforço de sistematização desses estudos contou com o apoio da Universidade do Ceará – por meio da Imprensa Universitária, que publicou os dois textos de Figueiredo Filho sobre a temática –, pela Faculdade de Filosofia do Crato e pelo próprio Instituto Cultural do Cariri, que, depois de duas décadas de fundação, disporá de um espaço em sua sede para abrigar o Clube dos Amigos do Folclore do Crato.²¹⁹

²¹⁶ VILHENA, Luís Rodolfo. *Op. cit.*, p. 147.

²¹⁷ FIGUEIREDO FILHO, J de. *Folguedos Infantis Caririenses*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966, p. 08.

²¹⁸ Idem. *Ibidem*. *Loc. cit.*

²¹⁹ A Sala Pedro Teles era a sede do Clube dos Amigos do Folclore do Crato, no andar superior do prédio onde estava a sede do Instituto Cultural do Cariri, situado em frente à Praça Juarez Távora. De acordo com o jornal *A Ação* de 09/10/1976, p, 04, o poeta Patativa do Assaré esteve presente na inauguração e fez uma poesia em homenagem ao I.C.C., ao professor Pedro Teles e ao Clube dos Amigos do Folclore.

A catalogação e divulgação desses estudos de folclore foi, inclusive, pauta da reunião de 11 de dezembro de 1954, na ocasião da posse da segunda diretoria, do Instituto Cultural do Cariri, contando com a presença do pintor cratense Sérvulo Esmeraldo. Em sua fala, Sérvulo exortou o ICC a empreender uma série de ações que visassem preservar “as artes populares no Cariri”, sugerindo que fosse gravada uma audição “com uma típica banda de música cabaçal do Cariri, que também vem sendo tragada pela voragem do progresso” e que fossem instaladas “secções de folclore e arte popular no futuro museu do Crato”.²²⁰ Destaque-se que essas audições foram gravadas anos mais tarde na residência de Jefferson Albuquerque – presidente do ICC no final da década de 1970 – e na Rádio Araripe do Crato.

Sérvulo elaborou ainda um esquema para orientar o ICC “no seu futuro trabalho de pesquisa, coleção e catalogação”, que foi reproduzido na ata citada. Nesse esquema explicativo, ele definiu o que seria ou não “folclórico” e, portanto, o que seria alvo do cuidado preservacionista do ICC. Não há, todavia, nenhuma indicação do que deveria ser feito após a catalogação desses objetos. O que aparece é somente a referência de que cabia ao ICC esse estudo e sistematização, por ser ele a entidade responsável pelo “cultivo de nossa história, da nossa sociologia e das nossas artes”.²²¹

É digno de nota que tal esforço de estudo foi levado adiante, estando o tema entre “as grandes metas” do ICC para o ano de 1974, quando o Instituto tentava “dinamizar o folclore na semana do município, na semana da exposição, patrocina[ndo] uma exposição de artes, com obras de artistas locais, além de iniciar seu arquivo de música e som”.²²² Por outro lado, essa citação nos autoriza a pensar que, apesar de transcorridas duas décadas do esquema elaborado por Sérvulo Esmeraldo, o ICC ainda não tinha conseguido “dinamizar o folclore” na cidade do Crato.

Mas, o que será que queriam dizer com a palavra “dinamizar”? A documentação analisada permite inferir que o dinamismo pretendido constituía em transformar essas manifestações folclóricas em atrativos para o turismo

²²⁰ Cf.: Ata do Instituto Cultural do Cariri, de 11/12/1954 – Livro 1. fls, 10v.

²²¹ Cf.: Ata citada. *Loc. cit.*

²²² As citações entre aspas foram extraídas do jornal *A Ação*, 19/01/1974. p, 04.

regional, pela peculiaridade e grau de “pureza” em que se achavam. Vejamos como essas ideias aparecem, mais uma vez, no discurso de Figueiredo Filho:

[A banda cabaçal] é o conjunto musical mais exótico e mais característico do interior nordestino, [...], apesar do progresso, não foi eliminada da vida rural caririense [...]. Nas festas comemorativas do Centenário [...] foi a cabaçal o principal atrativo dos folguedos folclóricos. Naquele dia [...] chegaram em casa [os pifeiros e zabumbeiros] com os bolsos recheados de dinheiro, com as inúmeras dádivas dos visitantes do Crato.²²³

Há nesse trecho, ainda que implícito, uma referência às potencialidades dos “folguedos folclóricos” como mercadorias culturais. Diante desse quadro favorável ao turismo cultural, há um esforço de persuasão, dirigido às autoridades, no intuito de sensibilizá-las a emprestar seu apoio à causa.

Em ofício enviado à Secretaria de Cultura do Estado Ceará, foram elencados os motivos pelos quais o ICC cria merecer atenção e apoio desse órgão:

O INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI consagrou-se à pesquisa e defesa do nosso folclore, e preservação dessa riqueza da cultura popular. Nesse sentido, estimulou o aparecimento de conjuntos folclóricos, dantes quase extintos, revitalizando, assim, esse aspecto do nosso desenvolvimento cultural. Os conjuntos folclóricos “IRMÃOS ANICETO” e “ITAYTERA”, em pleno vigor, em Crato, apresentando-se nas diversas festas cívicas, para as autoridades visitantes, são o resultado de nosso trabalho. O artesanato e a arte popular sempre mereceram do Instituto, especial atenção. Os artistas locais foram catalogados e divulgados.²²⁴

Sob o argumento da salvaguarda das tradições populares, o apoio solicitado ao órgão responsável pela gestão da cultura no Ceará²²⁵ utilizava-se da estratégia de convencimento de que “o verdadeiro Brasil, simples e puro

²²³ FIGUEIREDO FILHO, *O Folclore no Cariri*. p. 78.

²²⁴ Ofício reproduzido no jornal *A Ação*, 30/03/1974, p. 06. Datado de 22/03/1974. (Os grifos são do autor).

²²⁵ No Brasil, a primeira secretaria estadual de cultura foi criada no Ceará, em 1966. Sobre o papel político de intelectuais na gestão pública da cultura, é interessante ver o artigo de: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *Política Cultural e Tradição Letrada: A Elite Intelectual do Ceará na Gestão Pública da Cultura*. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia [et al]. *Escolas e culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais*. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 110-32.

ainda está na região do interior com seus costumes e tradições”²²⁶ e que o ICC, reconhecendo e valorizando essa questão, agia como o maior propugnador da causa. O trecho citado deixa transparecer que todo o esforço que o ICC empreendia para tornar “pujante o rico folclore caririense”²²⁷ era revestido de um sentido de missão e a convicção de um dever moral que estava sendo cumprido, como se a “arte do povo” resultasse exclusivamente da vontade de um grupo.

O fundamento das ações do ICC é que seu papel era o de organizador das expressões das culturas populares. Para deixar isso mais claro, Figueiredo Filho afirmava que, muito mais que ressaltar a “expressão de arte do povo”, o trabalho do Instituto, como “entidade de cultura cratense que se constitui na maior defensora do folclore caririense”,²²⁸ era estimular sociabilidades e sentimentos de solidariedade, tendo em vista que essas manifestações desempenhavam importantes funções: “a banda de couro é também trabalho em equipe. O individuo se dilui naquele conjunto, comprovando que o sertanejo tem o espírito inato de cooperação”.²²⁹

Figueiredo Filho queria fazer crer que foi por esse “espírito inato de cooperação” que as manifestações populares tiveram lugar de destaque no centenário. Mas é necessário não esquecer que a festa foi pensada sem a participação do conjunto da população. A programação incorporou a presença popular somente na exibição das manifestações ditas folclóricas, que eram tidas como emanações da “alma do povo”, portanto, vista pelos seus fomentadores como fonte de inspiração para a identidade que se queria forjar e cristalizar no âmbito do primeiro centenário do Crato.

²²⁶ Resenha de Figueiredo Filho ao texto “Cavalo de Pau”, de Manoel Rodrigues de Melo. Revista *A Província*, nº 2, 02/07/1954, p. 24.

²²⁷ “Renasce Pujante o Rico Folclore Caririense”. In: revista *Itaytera*. Crato, nº 4, 1958, p. 01.

²²⁸ FIGUEIREDO FILHO, *Op. cit.* 1962. p. 86.

²²⁹ Idem. *Ibidem*, p. 83.

2.3 – A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO: EM BUSCA DE MARCOS DEFINIDORES PARA UMA IDENTIDADE CRATENSE

A análise dos festejos comemorativos do Centenário do Crato nos dá oportunidade de acompanhar o trabalho de construção de uma memória histórica que alimentou o ufanismo e que demandava a concretização de uma identidade pensada, para representar a cidade e seus moradores, como um conjunto coerente.

Privilegiando certos indivíduos e episódios da história local, a festa tentou estabelecer a imagem do cratense como uma figura incansável, valente, guiada pela cartilha do patriotismo e que, por isso mesmo, mostrava a capacidade de assumir um lugar superior, de destaque, em relação aos demais, pois, como sugere Pierre Bourdieu, para ser diferente não basta apenas existir, há que ser reconhecido legitimamente diferente.

Para alguns dos intelectuais presentes nas comemorações do centenário, nenhuma outra cidade cearense tinha “a virtude de fundir a experiência secular de seus heróis do passado [ao olhar] firme e confiante exclusivamente no futuro”.²³⁰ De maneira que, nas festas do centenário, o esforço foi empreendido no sentido de fazer crer que a data registrava “verdadeira epopéia de valentia e ardor patriótico escrita por seus filhos, cujos nomes a história realça”.²³¹

Repetida por letrados e políticos, essa não era uma simples descrição do que significava ser cratense. Ela enfatizava a ação dos indivíduos do passado na história, caracterizando-a como sua maior herança.

À celebração do centenário subjaz, então, um sentimento de agradecimento e reconhecimento dos “grandes vultos” que teriam legado à cidade do Crato a sua significância histórica. Era propício naquele momento postular o passado como um conjunto coerente de feitos heróicos, sob uma visão ritualizada da história.

Outra não foi a ideia divulgada no hino do Centenário. Vejamos:

²³⁰ Cf.: Figueiredo Filho, J de. “*Na Semana de Aniversário da Cidade.*” Revista *Itaytera*, nº 12, 1968, p, 184-5.

²³¹ Jornal *O Povo*, 15/10/53, p. 06.

Salve, Crato, cidade princesa
desta terra de luz e calor.
Tu conservas a chama acesa
de um passado de fé e amor

Neste dia em que festejamos
todo um século passado de glórias
os teus filhos heróicos saudamos
que nos deram sobejas vitórias.

Estendida ao sopé deste montes
da Araripe formosa e altaneira
terás sempre o frescor de tuas fontes
do Ceará serás sempre a primeira

Que o futuro te traga progresso
e mil anos contínuos de paz

A letra, composta por Levi Epitácio,²³² venera “um passado de fé e amor” onde os “filhos heróicos” teriam exercido uma ação construtiva na coletividade social da “cidade princesa”. O hino do Centenário buscou universalizar a ideia de que as “sobejas vitórias” do “passado de glórias” garantiam e justificavam um ideal de sociedade projetado no futuro.

O Centenário do Crato assumiu, assim, na visão de seus organizadores, a função de modelo pedagógico cujas deficiências superariam a de outros espaços. A ideia parecia ser de que, ao evocar o passado, a festa traria aos espectadores um sentimento de pertença causado pelas comemorações que idealizaram um passado glorioso, que projetava um porvir sempre próximo, mas nunca tangível.

A festa do Centenário do Crato foi um momento determinante para a divulgação do pensamento que orientou as construções narrativas da história cratense. A partir dessa comemoração, as representações do passado foram se estabelecendo enquanto memória histórica e se deslocando do campo das narrativas para a esfera da construção de símbolos e tradições.

Laboriosa e materialmente preparada, planejada e montada, a comemoração do centenário, enquanto festa episódica, exigiu uma concentração da atenção, dos esforços e dos afetos do grupo que a

²³² Natural de Assaré, ainda jovem Levi Epitácio mudou-se para o Crato onde, anos depois, começou a trabalhar no Banco do Brasil. Ele publicou trabalhos na Revista *A Província* sobre a seca e a responsabilidade dos governos sobre elas. Na *Itaytera* engrossou o coro sobre o “glorioso passado” do Crato.

organizava, em torno de um objeto específico: a construção de uma “cara” para a cidade e seus habitantes, a construção de uma identidade cratense.

A ideia da existência de um tipo específico que se define por ser cratense foi chamada pela historiadora Otonite Cortez de “cratensidade”.²³³ Por este termo, entenda-se a uma identidade específica do cratense, formada por características e valores de distinção, circunscrita ao espaço da cidade do Crato.

Como produção social que é a festa do centenário gerou vários produtos, sobretudo uma representação visual que celebrava essa “cratensidade.” Reportando-se à eficácia pedagógica dos usos da imagem nesse tipo de comemoração, Manuela Tavares Ribeiro chama atenção para o fato de que:

Nas cerimônias comemorativas, a comunidade recorda sua identidade, contando-a e representando-a. Isto é, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia coletiva não é apenas contada, mas revivificada através de um culto encenado. A rememoração pela palavra e pela imagem mantém o passado vivo através da descrição narrativa [...]. A representação visual do ideal político não deixa de ser um instrumento de propaganda sensibilizadora, cuja importância e impacto se explicam, também, como decorrentes da própria necessidade de seduzir multidões pouco instruídas e pouco sensíveis à pura abstração.²³⁴

Apostando em símbolos da história que permitissem singularizar o Crato frente às demais cidades do cariri cearense e do restante do Estado, as imagens produzidas para o centenário, ou a partir dele, ressaltavam episódios notáveis de sua história, evocando uma exemplaridade do passado.

Para legitimar uma história privilegiada, os organizadores da festa centenária, por meio da comissão executiva, encomendaram ao projetista do Pavilhão da Feira de Amostras, João Ranulfo Pequeno, o esboço do desenho das armas do município. A concepção dos elementos ficou a cargo do Padre Antonio Gomes de Araújo.

²³³ CORTEZ, A *construção da “cidade da cultura”*. p. 25 e *passim*.

²³⁴ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Crise de Identidade Nacional e a Festa da Rememoração nos anos 90 em Portugal. *In: Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 13, julho de 2000, p. 63-84. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/download/6716/4023>. Citação extraída das páginas 64-5.

Trabalho em conjunto que resultou no seguinte símbolo:



Figura 3- Armas do município do Crato. Fonte: <http://blogdocrato.blogspot.com/>

Com uma pedagogia tácita, os símbolos que compõem a imagem das armas do Município do Crato precisam ser explicados, para que se perceba a tentativa de estabelecer adequadamente a ideia ao contexto.

Na parte superior da imagem central, o penacho está representando os primeiros habitantes das terras que levam o seu nome, os índios cariris. Ladeando a imagem central, as duas hastes de cana-de-açúcar aludem àquela que fora por muito tempo uma das principais fontes de riqueza econômica para o Crato.²³⁵ Estas hastes estão ligadas, na parte inferior, por uma fita azul que trás inscrita a data de elevação do Crato à categoria de cidade, deixando bem clara a ideia de que esta data representava um momento de glória na história local.

O arco-íris, o Sol e a cruz dentro da rosácea vermelha, na parte central da imagem, representam respectivamente: os elementos de formação do povo

²³⁵ De acordo com o quadro estatístico da situação econômica do Crato, apresentado no jornal *Folha da Semana* de 17/10/1953, a cana-de-açúcar, em 1952, gerou receitas no valor de Cr\$ 10.600.000,00, com a produção de 4.240kg de rapadura e Cr\$ 1.108.000,00, com a fabricação de 336.000 litros de aguardente. Cf.: Dados Estatísticos sobre o município do Crato, fornecidos pela Agência estatística local à *Folha da Semana*. In: *Folha da Semana*, 17/10/1953, 1. Caderno, p. 14.

brasileiro, o sentimento de liberdade e o simbolismo da fé. Esses símbolos, diz o Padre Gomes, foram tomados de empréstimo à bandeira oficial da Revolução Pernambucana de 1817, “dos quais foram uma projeção no Ceará os revolucionários de Crato e Jardim”.²³⁶

A diferença reside no fato de que, na bandeira pernambucana, o Sol está acima da cruz, enquanto, na representação cratense, deu-se a inversão dessas posições, numa inferência direta de que a fé – elemento da moral espiritual – deveria estar sempre acima da matéria, representada pelo Sol.

A legenda *labore* sugere que, por força do trabalho, a cidade estava predestinada ao “campo decisivo do progresso, da civilização e da cultura, triângulo em que o Crato se enquadra desde os seus primórdios”.²³⁷

A simbologia das cores é explicitada no artigo oitavo da Lei nº 349, de 15 de Setembro de 1955, que cria oficialmente as armas do município: “o azul revela a limpidez do céu nordestino; o branco traduz a pureza e a simplicidade da alma boa dos cratenses, o verde [por sua vez] simboliza [...] as encostas verdejantes da Serra do Araripe”.²³⁸

No livro *Memória Histórica da Comarca do Crato*, Raimundo de Oliveira Borges cita o trecho da lei que explica o significado da rosácea vermelha no centro da figura:

[...] formada pela junção e nas extremidades de quatro C, que significam na acepção popular Cidade do Crato, Cabeça de Comarca – com que se marca a fogo, desde tempos remotos, a criação de animais graúdos deste município, simbolizando a riqueza primitiva de nossa terra, que foi a pecuária, é o símbolo característico do Crato.²³⁹

À definição oficial, Borges acrescenta: Capital do Cariri, Coração do Ceará.

Além das imagens, outros símbolos se colocaram reverentes diante à efeméride. Nesse período, foi criado o hino da cidade, com letra de Martins d’Alvarez e música de Joaquim Cruz Neves. Além de fazer menção aos

²³⁶ *Apud* BORGES, Raimundo de Oliveira. *Memória Histórica da Comarca do Crato*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1997, p. 35-9.

²³⁷ BORGES, Raimundo de Oliveira. *Idem*, p. 36.

²³⁸ *Idem*. *Ibidem*, p.37.

²³⁹ *Idem*. *Ibidem*.

“guerreiros da tribo Cariri”, os versos exaltam a família Alencar pelos feitos históricos que “há cem anos norteia o teu porvir.” Vejamos aqui:

Flor da terra do sol
 Ó berço esplêndido
 Dos guerreiros da "Tribo Cariri"
 Sou teu filho e ao teu calor
 Cresci, amei, sonhei, vivi...
 Ao sopé da serra, entre canaviais
 Quem já te viu, ó não te esquece mais!

Para te exaltar, ó flor do Brasil
 Hei de te cantar, meu Crato gentil
 Ó coração do Ceará
 Comigo a nação te cantará!

No teu céu lindo brilha
 A estrela fúlgida
 Que há cem anos norteia o teu porvir
 Crato amado, idolatrado
 Teu destino hás de seguir
 Grande e forte como nosso verde mar
 Bendita sejas, ó terra de Alencar

Os versos revelam uma visão grandiosa do Crato por meio da natureza (primeira estrofe) e da história (terceira estrofe) que deveriam ser referenciais de memória para todo o Brasil (segunda estrofe). Essas ideias foram reforçadas pelo pronunciamento de Café Filho, em sessão magna comemorativa do centenário, ao afirmar que “a festa não era só do Crato, porque ela é do Brasil inteiro”,²⁴⁰ tomando de empréstimo os versos que declaram: “a Nação te cantará” e “não te esquece jamais”.

Na verdade, o hino do Crato tenta sintetizar e compor um quadro daquelas que, supostamente, seriam algumas das singularidades cratenses: natureza privilegiada, história de glórias e bravos heróis.

Essa construção mitológica, aliás, pode ser acompanhada pelas imagens estampadas no cartaz do centenário, atribuindo ao Crato uma trajetória privilegiada que teria tornado a cidade capaz de desfrutar uma prosperidade sem similar na região do Cariri:

²⁴⁰ Cf.: *Ata da Sessão Magna Comemorativa do 1º Centenário do Crato* reproduzida na Revista *A Província*, nº 02, 02/07/1954, p. 30-1.



Figura 4—Cartaz do 1º centenário da cidade do Crato. Acervo do autor.

Uma profusa e diversificada iconografia sob a égide do Centenário é apresentada neste cartaz. As armas do município sintetizariam suas virtudes, como descrevemos anteriormente; a imagem da casa onde viveu Bárbara de Alencar remete à significância histórica e política a que a cidade *desde sempre* estaria afeita, expressando a coragem da gente que habitava essa terra; sob o rótulo de pioneirismo, agrega-se a imagem do jornal liberal *O Araripe*, fundado em 1855, por João Brígido, que teria sido responsável pela disseminação dos projetos civilizadores no Cariri oitocentista.²⁴¹

A imagem da Igreja da Sé ressalta que “[...] as abóbodas dos templos sagrados deram guarida, sempre, [...], ao desabrochar dos maiores e melhores surtos de civilização e progresso [...]”.²⁴² Aliás, à fé católica atribuiu-se uma das fontes de “energia e bravura” que favoreceu o progresso material, celebrado na imagem do Pavilhão da Feira de Amostras, palco dos festejos centenários, que visavam demonstrar o dinamismo da agricultura, do comércio e da indústria.

Todas estas imagens circundam o mapa do município, incrustado aos pés da “formosa e altaneira” Chapada do Araripe, que, como uma moldura, daria para sempre o frescor de suas fontes, de acordo com que está expresso na letra do hino do Centenário.

Na base de tudo isto, se encontra a representação de homens que teriam concorrido de maneira decisiva para o momento que se celebrava, numa possível alusão de que a cidade tivesse neles a sua própria imagem. Desse ângulo de visão, as imagens de Dom Quintino – primeiro bispo do Crato – e Dom Francisco – bispo à época do centenário – separadas pela do “prefeito do centenário”, Décio Teles Cartaxo, reforçam o discurso do ímpeto missionário da elite local, apresentando a festa centenária como um esforço coletivo, uma ação conjugada para concretizar as virtudes morais e naturais da terra.

Infelizmente, não conseguimos identificar os responsáveis diretos pela concepção do cartaz, mas a análise da imagem nos autoriza pensar que ela foi

²⁴¹ Sobre a atuação do jornal *O Araripe* na cidade do Crato e as suas propostas civilizadoras, ver os trabalhos dos historiadores: ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. *Quando o “anjo do exterminio” se aproxima de nós*: representações sobre o cólera no semanário cratense *O Araripe* (1855-1864). João Pessoa, 2010. UFPB. Dissertação de Mestrado e ALVES, Maria Daniele. *Desejos de civilização*: representações liberais no jornal *O Araripe* (1855-1864). Fortaleza, 2010. UECE. Dissertação de mestrado.

²⁴² OLIVEIRA, Monsenhor Pedro Rocha. A Diocese do Crato patrocina importantes obras sociais. *Jornal Folha da Semana*, 17/10/1953, 1^o caderno, p. 26.

concebida no intuito de exprimir uma imagética de afirmação do poder – econômico, político, cultural e religioso – da cidade.

Outra imagem que circulou tentando difundir e reforçar o mesmo imaginário foi o selo postal emitido pela Casa da Moeda e comercializado ao preço de sessenta centavos de cruzeiros. Segundo a notícia do jornal *O Povo*, teriam sido impressos dois milhões de selos postais alusivos ao centenário, “valendo destacar que [foi] a primeira cidade do interior cearense a ser distinguida com tal homenagem”.²⁴³



Figura 5– Selo do centenário da cidade do Crato. Acervo do autor.

A imagem escolhida para ilustrar o selo do Centenário foi a da Praça Francisco Sá, que levava o nome do ministro da Viação quando a estação do Crato foi inaugurada, em 1926. Nesta praça, que fica em frente à estação ferroviária, foi construída a imagem do Cristo Redentor ou Cristo Rei, como é chamada na cidade.

A força simbólica da imagem da ferrovia pode ser avaliada pelas mudanças no cotidiano da cidade, que, a partir da década de 1920, alterou o modo de vida dos habitantes do Crato e favoreceu um crescimento econômico significativo. Ademais, junto com a Estrada de Ferro, surgiu “um discurso em

²⁴³ Cf.: Jornal *O Povo*, 12/10/1953, p. 08.

que se intensificou a tradução da cidade como espaço urbano, locus do moderno”, conforme a historiadora Ana Isabel Cortez.²⁴⁴

Vale a ressalva de que essas mudanças, não eram privilégio exclusivo do Crato, visto que...

[...] por todo mundo, a construção dos trilhos de ferro, passou a marcar, na imaginação das pessoas, a chegada do progresso ou da modernização. O apito do trem trazia a reconfortante sensação, para as pessoas – por mais distantes que estivessem –, de estarem ligadas ao mundo, de serem civilizadas, de serem contemporâneas.²⁴⁵

Gradualmente, então, se espalhava a ideia de que o progresso e a civilização viriam com o desenvolvimento econômico e sua face tornava-se mais visível quando eram publicadas, nos jornais locais, imagens das indústrias que estavam sendo instaladas na cidade ou ainda quando eram veiculadas notícias que davam conta do aumento considerável do número de automóveis e, mais ainda, quando podia ser constatado “o modo como os guardas de trânsito realizavam um trabalho tão eficiente, não sendo verificado nenhum desastre em tamanho movimento”,²⁴⁶ como o da semana de festas do centenário.

Com essas notícias, a ideia que se formaria daquela cidade só poderia ser a de um lugar civilizado e os cratenses eram instados a valorizar esse progresso econômico e a se preocupar com o futuro que ele estaria por construir.

A construção dessa vida moderna se fez presente nas propagandas publicitárias, pois que o centenário era ponto alto para o comércio publicar nas páginas da imprensa uma gama diversificada de ofertas ao público. O anúncio na revista *A Província* é significativo de como este momento foi usado para atrair a clientela. Observemos:

²⁴⁴ CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. *Memórias Descarrilhadas: O Trem na Cidade do Crato*. Fortaleza, 2008. UFC. Dissertação de mestrado, p. 22.

²⁴⁵ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a memória e a história*. SP: Edusc, 2000, p. 108.

²⁴⁶ Cf. Ata da Câmara dos Vereadores do Crato, em 20/10/1953. Arquivo da Câmara Municipal do Crato. Livros de Ata nº 03 (03/03/1953 – 05/08/1955), [s/p].



Figura 6–Anúncio publicitário da Sapataria Azteca, Fonte: Revista *A Província*. 17/10/1953, nº 01.

No anúncio da Sapataria Azteca, a população cratense – obviamente aquela que tinha condições de comprar os seus calçados – foi convidada a comungar de alguns valores destacados na festa centenária, qual seja, elegância, modernidade e bom gosto. No destaque da imagem, vê-se que a mulher ilustrada, provavelmente depois de ter comprado sapatos novos, foi participar dos festejos do centenário, seguindo em direção à Praça 03 de Maio – numa referência ao dia em que José Martiniano de Alencar teria lido o manifesto da Revolução Pernambucana em Crato –, identificada na imagem pelo obelisco comemorativo à efeméride.

Esse e outros anúncios tinham, por um lado, obviamente, um intuito mercantil, mas, de outro, estava expresso o sentido de transmitir uma mensagem: o centenário deveria invadir o cotidiano do cratense, ser um hábito a adquirir, seja pelos produtos comercializados naquele período, seja nos lugares em que se tentou fixar a memória da própria festa, como no caso da Praça 03 de Maio e seu obelisco comemorativo ao transcurso do primeiro século da cidade.

Na base desse monumento de dezesseis metros de altura, inaugurado na manhã do dia 17 de outubro, foram depositados documentos relativos à

história do Crato, para que ali ficasse registrado o esforço de preservação e sacralização da história local.

Jacques Le Goff nota que o obelisco representou uma das primeiras formas de suporte da memória escrita guardando “um esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança [...]. A outra forma de memória ligada à escrita é o documento inscrito num suporte especialmente destinado à escrita”.²⁴⁷

No Crato, a ereção do obelisco do centenário cumpriu a dupla função de armazenar informações e comunicar os ideais da festa através do tempo, “na tentativa de estabelecer a continuidade entre presente e passado”.²⁴⁸ Apontando para o alto, reatualizando mitos fundadores e utopias, o obelisco revela o simbolismo que se queria realçar na cidade aniversariante: a cidade estaria predestinada à ascensão.

A lição cívica que a edificação desse monumento representava pode ser entendida como estratégia de uma psicologia política que tenta mobilizar sentimentos em torno de um acontecimento. Para Manuela Tavares,

[...] o monumento é o símbolo da memória coletiva. A imagética comemorativa tende a ser monumental. O monumento guinda à perenidade [...] o discurso iconográfico e iconológico, são suportes figurativos de uma cristalização do imaginário coletivo, da personalização de um herói ou de uma linguagem de vulgarização política que pressupõe uma real eficácia social.²⁴⁹

A função específica daquele obelisco para o Crato era, portanto, manter e preservar determinada imagem escolhida de si própria e da lembrança de seus “heróis,” guardando a ideia de uma identidade cratense pura, que se constrói pela valorização de um passado glorioso.

Esse suporte material da memória ensinava ao morador e ao visitante o que se tinha passado naquele lugar. O obelisco dispunha de uma visualidade

²⁴⁷ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo. Editora da Unicamp, 2003, p. 427-8.

²⁴⁸ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. SP: 450 anos: a cidade aniversariante e o patrimônio. 2005/6, p. 160. In: *Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História*. UNESP-Assis. SP. 2005;2006, v.13 e 14.

²⁴⁹ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Crise de Identidade Nacional e a Festa da Rememoração nos anos 90 em Portugal*. p. 65-6.

que ajudaria a fixar esta referência na memória, visto que as imagens cumprem esse papel muito mais efetivamente do que as palavras.

Certamente, um dos objetivos principais dos organizadores da festa era inventar uma tradição de modernidade e construir a memória do Crato, favorecendo o compartilhamento do símbolo comemorado, como um ponto em comum que liga e define os participantes em sua unidade.

O propósito dos organizadores da festa e idealizadores dessas imagens era inscrever na memória coletiva os “heróis” do Crato. Cultuar a memória desses heróis foi tomado como exemplo de quem era orgulhosamente cratense.

As imagens de que se utilizam é extremamente modelar; elas tentam induzir condutas por analogia, semelhança ou repetição. Nesse conjunto, configurava-se o ideal de sociedade harmônica, de cidade modelo.

À população cabia, então, curvar-se diante da efeméride e concorrer para seu espetáculo. Para isso, a decoração das ruas, a pintura da fachada das casas, a iluminação, o abastecimento d’água, isso e muito mais era tomado pela comissão organizadora dos festejos como evidência da magnitude do momento que celebrava a ascensão do Crato na escala do progresso.

Preocupação que deveria estar presente principalmente entre as autoridades, como expressa o telegrama enviado pelo deputado federal Alencar Araripe, que foi lido e registrado na ata da reunião da câmara de vereadores em vinte e quatro de setembro de 1953, tratando das providências a serem tomadas para que fossem “ultimados os serviços do campo de repouso [sic]”,²⁵⁰ tendo em vista aproximarem-se os festejos que levariam ilustres visitas para a cidade.

O conselho de Alencar Araripe não foi ouvido. Chegaram os festejos e, no entanto, a cidade ainda estava sem seu campo de pouso:

Como se observa, Crato completa cem anos de vida urbana oficialmente reconhecida. No entanto, não conta com um pátio de descida para aviões de todo porte [...] E isso lhe embarga os passos para maiores sucessos na vida econômica e social [...]. Se Crato vai ser um centro industrial de primeira grandeza, se a energia de Paulo

²⁵⁰ Cf.: Ata da Câmara dos Vereadores do Crato, em 24/09/1953. Arquivo da Câmara Municipal do Crato. Livros de Ata nº 03 (03/03/1953 – 05/08/1955), [s/p].

Afonso lhe deverá chegar dentro de muito breve, como não possuir ela o seu campo de aviação?²⁵¹

O arremate da matéria incita a construção de espaços modernos, apelando aos políticos para investir na transformação da cidade, como demonstração do esforço de aproximar o espaço urbano de seu ideal de cidade. Afinal, se o Crato logo mais seria “um centro industrial de primeira grandeza”, parecia claro aos idealizadores da cidade a necessidade de ela apresentar-se elegante e moderna, especialmente naquele momento festivo, constituindo atrativos que deveriam cativar definitivamente os seus visitantes.

Para a festa do centenário, uma das visitas mais aguardadas era a do vice-presidente da República, João Café Filho. Visita que tentava consolidar os vínculos entre a localidade e os governantes, numa estratégia de fazer crer que o grupo que estava à frente das comemorações – não esqueçamos que o “prefeito do centenário” era membro do ICC – buscava aberta e incessantemente o apoio para alavancar o desenvolvimento da cidade:

Com os aprestos para os festejos justos de teu centenário como Cidade, mobiliza-se com febre de verdadeira batalha o sentimento de júbilo e de orgulho a tua vibrante, generosa e intemerata população [...]. Para um rincão longínquo da Pátria, todas as vistas e anseios da nacionalidade. Crato, hoje, tu és o ponto de convergência de todos os corações brasileiros. Ânimo forte, pois, ó metrópole querida dos municípios confederados sob a bandeira da revivescência! Põe toda a tua fibra de resistência, de patriotismo e de bondade à vista dos que vieram conhecer-te e certamente amar-te e nunca, jamais esquecer-te. Berço de Tristão Gonçalves, Capital do Cariri, bem haja o teu destino feliz que te fizera, a transubstanciação de tua riqueza, a sereníssima e soberaníssima PRINCÊSA SUL DO CEARÁ. Salve!...²⁵²

Pela citação fica claro o intuito de se fazer crer que a festa unificaria todos em nome do “bem-estar comum.” As autoridades políticas procuravam se firmar com uma imagem de bom governo, preocupado com a construção do futuro da cidade. Não é sem razão que encontramos divulgadas na imprensa notícias do “circunstanciado balanço das atividades do Prefeito do Centenário

²⁵¹ Jornal *O Povo*, 17/10/1953, p. 03.

²⁵² Jornal *Folha da Semana*, 17/10/1953, p. 01

durante dois anos e meio de profícua administração” ou, ainda, que fizessem um “roteiro das realizações do Governo [estadual] no município do Crato”.²⁵³

Já que “todas as vistas e anseios da nacionalidade” voltavam-se com “febre de verdadeira batalha” para o Crato, dizia-se da festa que era um evento de todos, sem distinção. Esse momento seria como um ritual de unificação pública, uma vez que buscava forjar uma unidade social “sob a bandeira da revivescência, resistência, patriotismo e bondade” em que os presentes eram incitados a fazer parte de um todo, a comungar os mesmo valores.

Na prática, a festa não foi tão democrática assim. A programação do dia 17 de outubro incluía festas distintas e separadas. No Crato Tênis Clube, foi oferecida pela prefeitura uma festa às autoridades e convidados especiais. Para o restante da população foram realizadas festas nos demais bairros da cidade, no mesmo horário, com a nítida intenção de evitar a presença de intrusos na festa das autoridades.

De fato, as festas separadas definiram o papel e o lugar dos participantes. De modo mais amplo, definiu o sentido da própria identidade que buscou produzir, traçando fronteiras que, no geral, coincidem com a identidade produzida no interior da sociedade. Portanto, não há possibilidade de uma identidade uniforme.

É possível que, diante desse quadro, o leitor sinta-se impelido a indagar: Mas, existe, então, uma produção de identidade mesmo com todo esse controle que se estende sobre a festa?

Não há dúvidas que sim. Afinal, uma festa que não atrai ninguém não é uma festa. Ela necessita de participantes, mesmo os eventuais e não apenas os desejados. Mas, mesmo que as pessoas que se punham a comemorar cada acontecimento glorioso não pensassem diretamente nisso, ao se reunirem em torno da celebração de “acontecimentos fundadores” entravam em contato com os valores que a festa proclamava, como queriam seus organizadores. O importante é que, nesse momento de comemoração, eles criavam significados para a vida em sociedade e construía, simbolicamente, o seu mundo.

²⁵³ Jornal *Folha da Semana*, 17/10/1953. Respectivamente 1º caderno, p. 21 e 9º caderno, p. 08.

A festa era então o momento ideal para se fomentar esse desejo de continuidade com o passado. Como destaca Nogueira,

nos rituais comemorativos, a preocupação central é como reviver o passado que foi escolhido pelos guardiões da memória, pois é somente neste passado, encontrado pelo presente, que é possível buscar as fontes simbólicas capazes de construir uma identidade.²⁵⁴

É preciso que se tenha em mente que o fato de a grande parte dos habitantes ter comparecido aos festejos não significa dizer que ela estivesse ali para comungar os mesmos valores, pois sempre “há os que amam, os que não detestam, mas também os que contestam os centenários”.²⁵⁵ Daí que, apesar de todas as representações jocosas, havia lugar, muitas vezes, para a marca do desalento, fazendo com que uma ou outra voz dissonante se apresentasse:

Ora bolas, chega de Centenário. Está ficando cada vez mais chato dizer-se tanto dele, não obstante não haver dito o principal: que o Centenário é uma festa com muita gente e nenhuma realização. A não ser que um jardim e uma feira de amostras sejam, a esta altura da falência administrativa, demonstração de capacidade funcional [...]. A cidade festejando com exuberâncias vazias o seu diploma de cidade.²⁵⁶

A voz dissonante era a do médico Quixadá Felício. Suas palavras demonstram a existência de entraves que contestavam a imagem do Crato como lugar *naturalmente* civilizado; mas ele também não sugeriu o que deveria ser feito para solucionar tais entraves. O fato é que a comemoração do Centenário, com inauguração do jardim da Praça da Sé, ou com o pavilhão da feira de amostras, não conseguiu obstruir problemas mais graves. Os moradores continuavam a reclamar do lixo nas ruas, de trechos que mereciam calçamento e de problemas no abastecimento d'água, conforme as queixas relatadas nas atas da câmara de vereadores ou nos jornais locais.

Permaneciam os problemas, mesmo com toda a pompa da festa. Na citação abaixo, veremos mais uma vez a reclamação de Quixadá Felício sobre

²⁵⁴ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Art. cit.*, p. 161.

²⁵⁵ RIBEIRO, Maria Manuel Tavares. *Op. cit.*, p. 63.

²⁵⁶ FELÍCIO, Quixadá. Apenas meio centenário. *Revista A Província*, nº 01, 17/10/1953, p. 31.

os problemas do Crato e a referência ao que ele considerava como “exageros do centenário”, mesmo dois anos após a comemoração:

Assim está o Crato: com uma vasta escola de delinquência a céu descoberto [...] E o povo precisa sentir e discernir a verdade do fenômeno [...]. Ou o povo aprende a exigir dos governantes amparo real ao menor abandono [sic], ao invés de rouges e outras maquilagens de logradouros com obeliscos de 20 metros de altitude e roxas perpétuas sorrindo no canteiro ressequido, ou vamos de mal a pior [...].²⁵⁷

A crítica incita o povo do Crato a cobrar soluções e não se deixar enganar pela “maquiagem” que era feita na cidade, com o intuito de agradar aos olhos do visitante. De nada adiantava, assevera Quixadá Felício, a cidade ter “roxas perpétuas sorrindo” nos canteiros das praças se o que se via pelas ruas, como a “delinquência do menor abandonado”, era de fazer chorar.

Podemos, assim, ter uma ideia do que foi a luta para tentar passar, ou refutar, a imagem do Crato como uma cidade ideal. As representações construídas neste sentido expressaram as demandas de um grupo social que se dizia moderno e progressista, mas convém ressaltar que os valores e sentimentos que tal grupo buscou suscitar não eram apenas suportes estratégicos para práticas políticas, eles também davam sentido e significação a essas práticas.

Os discursos desse grupo tiveram uma participação absolutamente determinante para a definição de um passado histórico e a construção da imagem do Crato como um lugar *desde sempre* civilizado, moderno e progressista.

Os organizadores da festa esperavam que ela ensinasse a história do Crato àqueles que não a conheciam. O texto escrito, dessa maneira, foi encarregado de reaver tudo porque, de acordo com Mona Ozouf, “sente-se que importa menos a essas festas renovar uma emoção do que fixar uma narrativa”.²⁵⁸

²⁵⁷ *Idem*. Chega de Baton. Revista *A Província*, nº 03, 07/07/1955, p. 78.

²⁵⁸ OZOUF, Mona. A festa Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995, p. 219.

3 – CONSTRUINDO COM OS FIOS DO PASSADO O PRESENTE E O FUTURO DO CRATO

Vimos até aqui dizendo que o passado do Crato foi utilizado para afirmar uma identidade marcada pela cultura letrada, religiosidade, pioneirismo e, sobretudo, “lances de patriotismo”. Nesse ponto, pensamos ser interessante examinar de qual passado os historiadores do ICC falavam; quais usos foram feitos desse passado e que “lugar” se esperava que ele ocupasse na memória da sociedade. Ao lado disso, tentaremos perceber como uma escrita da história local se inscrevia num projeto político que, para além de definir o caráter histórico do tempo passado e os seus principais heróis, gerava imagens e estereótipos do Crato como uma cidade eternamente destinada ao progresso e às páginas da história.

Sendo o passado uma construção idealizada no presente, entendemos que os discursos sobre ele aparecem carregados de valores que deixam entrever intenções e tensões políticas, revelando uma escolha consciente para qualificar de histórico determinado momento. Em função desse fundo político, é que se entende o envolvimento de um grupo intelectual empenhado em construir imagens de um lugar marcado pela *natural* vocação ao progresso.

Como já deve ter ficado óbvio, o ICC acreditava que o passado do Crato, transformado em história, apontava para a inevitabilidade de um futuro promissor. Dessa forma, seus escritores não se limitaram a uma atitude meramente contemplativa do passado, eles ansiaram por apontar caminhos que pudessem levar o Crato ao “derradeiro degrau de sua ascensão à glória”.²⁵⁹

Na edificação da civilização cratense, uma atenção especial foi reservada ao espaço urbano e, de uma maneira geral, os discursos produzidos pelos membros do ICC localizaram no passado as “grandes realizações” que teriam sido responsáveis pelo “futuro promissor” do Crato.

O que interessa demonstrar aqui é que, para o grupo do ICC, a cidade interessava pelo que teria sido, mas também pelo que poderia vir a ser. Dessa

²⁵⁹ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. v. I. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile], p. 33.

maneira, pensamos ficarem mais claros os laços tecidos entre a construção do passado e os projetos de futuro para o Crato.

3.1 – OS DISCURSOS SOBRE “OS DIAS DE GLÓRIA E DE MARTÍRIO DA JORNADA DE MAIO” DE 1817

O movimento que ficou conhecido na historiografia como “A Revolução Pernambucana de 1817” foi eleito pelos escritores do Instituto Cultural do Cariri como “a trágica revolução que selou e marcou, definitivamente, o espírito libertário da gente cratense”.²⁶⁰ O levante revolucionário, que eclodiu em Recife e pretendia a independência e a república do Brasil, foi entendido como marco da história cratense porque, pretensamente, representava o despertar político próprio da “alma de todos os povos civilizados”.²⁶¹

O ano de 1817, por essa leitura, teria feito do Crato um “berço de tradições gloriosas”²⁶² e a data de 03 de maio teria sido aquela em que a cidade dera “os passos mais decisivos de sua história”.²⁶³ Segundo contam, foi neste dia que, na Sé Catedral do Crato, o subdiácono José Martiniano de Alencar proclamou a independência e a república “na heróica intenção de aniquilar o regime imperial”.²⁶⁴ Ou seja, era basicamente de “grandes datas” e de “grandes heróis” que a história do Crato deveria ser composta.

Vamos ver como Figueiredo Filho narrou os acontecimentos de maio de 1817:

Ao encontrar-se em Crato, após sua longa viagem [de Recife para Crato], o subdiácono José Martiniano de Alencar não perdeu tempo a cumprir sua missão. Conduzia carta [dos chefes revolucionários recifenses] para o Vigário de Crato e o Capitão-mor Pereira Filgueiras [...]. Foi auxiliado no preparo da revolta pelos dedicados Tristão Gonçalves, seu irmão e o frade carmelita Francisco de Santana Pessoa [...] foram falar com Pereira Filgueiras, levando-lhe a carta [...]. Isso foi no dia 2 de maio. Sabe-se que o caudilho caririense comoveu-se com os dizeres da missiva [...]. Ouviu a propaganda do movimento e os meios de que dispunha para vencer [...], mas não tomou atitude decidida de apoiar a rebelião, ou de repudiá-la [...]. Para Martiniano de Alencar, a atitude do Capitão-mor de Crato [...] significava, pelos menos, certa neutralidade, pois

²⁶⁰ Jornal A Ação, 18/01/1969, p. 06.

²⁶¹ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *Um civilizador do Cariri e outros estudos*. p. 117.

²⁶² FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. Fortaleza: Edições UFC, 2010 (vol. II) [fac-símile], p. 111.

²⁶³ *Idem*. Crato, importante centro do Nordeste brasileiro. In: PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Cidade do Crato*. Fortaleza: Edições UFC, 2010 [fac-símile], p. 64.

²⁶⁴ Cf. NASCIMENTO, F. S. *Herança do Centenário do Crato* In: Revista A Província, Crato, nº26, 2008. p. 49.

qualquer posição que o caudilho tomasse, determinaria a vitória ou a derrota imediata da rebelião [...]. A rebelião de Crato estava apazada para o dia 3 de maio e assim se realizara. Teve início na missa conventual, celebrada pelo Padre Vicente José Pereira. Era Domingo [...]. Na matriz de Nossa Senhora da Penha achavam-se mais de duzentos homens, além da parte feminina comum ao ato, avultando entre eles moradores, ou cabras dos sítios LAMEIRO e PONTAL, pertencente aos Alencares. Ao terminar a Missa, o subdiácono José Martiniano de Alencar assomou à porta principal da Igreja, fazendo-se arrodear do seu cortejo. Em suas vestes, batina e roquete, como por contraste, só explicável pelo seu ardor patriótico [...], exibia faca à cintura. Entre aclamações dos assistentes, proclamou a independência e república em sintonia com o movimento recifense.²⁶⁵

A narrativa de Figueiredo Filho – que, sobre o mesmo episódio, em muito se aproxima à do jornalista João Brígido dos Santos²⁶⁶ – segue afirmando que, após a leitura do manifesto revolucionário que explicava os objetivos do movimento deflagrado em Recife no dia 06 de março, vozes de aclamação ecoaram entre o povo e a favor de José Martiniano de Alencar. Dessa forma, Figueiredo Filho passa a delinear os traços de importância dos “dias agitados de maio de 1817”: teria sido a partir daquele momento que “a chama nativista contra o domínio luso” se acendera em Crato, fazendo deste lugar o “condutor natural de todos os movimentos em prol da emancipação política do Ceará”.²⁶⁷

²⁶⁵ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri.*, vol. I, p. 68-70. (Grifos do autor).

²⁶⁶ Em *Apontamentos para a História do Cariri*, o jornalista João Brígido dos Santos divulgou, através do jornal *Diário de Pernambuco*, em 1861, fatos da história da região do Cariri entre o período da colonização, no começo do século XVIII, até meados do século XIX. Alguns estudiosos, entre eles os membros do ICC, acreditam que esta tenha sido a primeira publicação sobre a história do Cariri. Assim, a semelhança entre as narrativas de João Brígido e dos escritores do ICC pode ser entendida como esforço de legitimação do discurso, em busca do reconhecimento de que é “verdadeiro”. Vejamos o relato de João Brígido dos Santos sobre o movimento de 1817 no Crato: “[José Martiniano de] Alencar prosseguiu [de Recife] até o Crato, onde chegando, procurou excitar sua família a causa da república, e pouco tardou a dispô-la a isto [...] procurando convencer-a de que a revolução estava feita [em Pernambuco], grandes eram os seus fins e brilhante o papel, que iriam fazer, na scena do mundo, os que se apressassem em aceitar-a [...]. E foi [então] tentar a fidelidade de Filgueiras [que] todavia, por inépcia, por coacção ou por amizade e respeito aos conjurados [...] foi tornar-se indiferente ao que se pudesse fazer, ou conservar-se em completa neutralidade. Isto já era uma sobeja garantia [...]; pois que, Filgueiras fóra de combate, aos republicanos nada poderia fazer mal. Foram, pois, concertados todos os planos para o rompimento, e o dia 3 de maio [...] foi o dia assignado para elle. Chegado o momento [...], o jovem Alencar, de batina e roquete, subiu ao pulpito fallou da revolução, e procurando ascender o patriotismo de seus ouvintes, lêu o manifesto [e] saldou a revolução [...] Alencar terminára, e uma universal aclamação lhe cobriu a voz [...] e um delírio patriótico se apoderou d’aquelle numeroso auditório, tão maravilhado do que ouvia, quanto entusiasmado pela primeira saudação de liberdade.” Cf. BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a história do Cariri*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007 [fac-similar], p. 69-71 e 75.

²⁶⁷ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Op. Cit.* v. I. p. 62.

As interpretações de outro autor, Padre Antonio Gomes de Araújo, sugerem que, desde 1810, os ideais revolucionários vinham sendo divulgados em Crato. Pelo que conta, quando José Martiniano de Alencar, por ocasião das férias no Seminário de Olinda, voltava para o “recesso da família” ele ia “discreta e tenazmente, no círculo cauteloso de amigos e parentes, soprando as ideias subversivas”.²⁶⁸ Padre Gomes afirma que foi por meio da mãe de José Martiniano, Bárbara de Alencar, e das colaborações locais, que as “ideias subversivas” foram amadurecendo e ganhando adeptos gradualmente. Para ele, nada mais natural que isso se desse no Crato; afinal aquele seria um lugar em que “havia todo um escol espiritual propício à infusão dos princípios” do movimento revolucionário.²⁶⁹

Justamente por isso, Figueiredo Filho concorda com Padre Gomes e acrescenta que não havia “em vila do interior qualquer do Brasil de então [...] ambiente melhor do que o da antiga Missão do Miranda [para insuflar] o contato com a forja natural do espírito de rebelião no Nordeste – Recife”.²⁷⁰ Além disso, acrescenta Figueiredo Filho, o Crato era um lugar estratégico porque “demorava perto de Pernambuco para qualquer auxílio e a grande distância de Fortaleza para estar fora do alcance de medidas rápidas de repressão”.²⁷¹

Na verdade, o Crato ficava tão longe de Fortaleza quanto de Recife – em distância atual, cerca de 600 km –. No entanto, o contato com a capital de Pernambuco era favorecido pelas ligações de família e pelos interesses econômicos, que se deram muito mais efetivamente do que com Fortaleza.²⁷² Dessa forma, não era porque o Crato fosse o “mais perfeito” ambiente para abrigar, no Ceará, o movimento revolucionário, mas porque lá José Martiniano de Alencar podia contar com o prestígio político de sua família e mobilizar homens que moravam nas propriedades de sua família, como os “cabras dos sítios LAMEIRO e PONTAL”, armados e dispostos a lutar pela causa.

²⁶⁸ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *1817 no Cariri*. Separata da revista *Itaytera*. Crato, 1961.

²⁶⁹ Idem. *Ibidem*. p. 89.

²⁷⁰ FIGUEIREDO FILHO, J de. *História do Cariri*., vol. I, p. 68.

²⁷¹ Idem. *Ibidem*, p. 66.

²⁷² Naquela época, o comércio do Crato estava ligado ao da cidade de Icó, importante centro comercial de então, que, por sua vez, abastecia-se pelo porto de Aracati, que tinha navegação direta com Recife.

No livro *Efemérides do Cariri*, o autor Irineu Pinheiro acredita que foi determinante para a deflagração do movimento em Crato a existência de uma elite letrada e pensante. É dentro dessa perspectiva que ele considera que “quem forja [as revoluções] e as prepara até o fim são os intelectuais, as **elites**. O povo, a massa é o braço que executa o que lhe dita o cérebro de alguns”.²⁷³

Vê-se, pela citação, como a participação popular estava sendo considerada nos discursos produzidos sobre o movimento de 1817. Em função do aspecto “simples e ingênuo” do povo, Irineu Pinheiro defende a posição de que “o cérebro de alguns” é quem ditava o ritmo de trabalho do “braço” de outros. Todavia, sugere que isso não pressupunha o sentimento de superioridade de uns sobre os outros, pelo menos não no Crato.

Irineu Pinheiro chama de “rasgos de bondade” o fato de a elite cratense, supostamente, não censurar a “ignorância” do povo e incluí-lo nos seus projetos políticos para mostrar que “o brasileiro do interior não era alheio à luta pela emancipação do país”.²⁷⁴ As consequências disso, afirma Irineu Pinheiro, eram as naturais demonstrações de respeito, obediência e afeição popular para com a elite e os governantes.

Pode-se verificar que, com essas apreciações, a proposta de Irineu Pinheiro era enfatizar um pretenso caráter homogêneo, uma espécie de igualdade que teria dominado o movimento republicano de 1817 em Crato. A ideia era fazer crer que, como numa amálgama, elite e povo se “contaminaram com a sede de libertação”,²⁷⁵ dirimindo diferenças sociais em função de um objetivo maior, qual seja, a liberdade política do Brasil.

Sugerindo unidade e cumplicidade em torno do movimento e na tentativa de atribuir uma importância primordial para a história do Crato, algumas vezes os textos assinados por membros do ICC nomeavam aquele episódio como a “Revolução Caririense de 1817” ou “Revolução Cratense de 03 de Maio de 1817”.²⁷⁶ Houve, ainda, quem particularizasse o movimento, chamando-o de “A Revolução dos Alencar”.²⁷⁷

²⁷³ PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963, p. 543. (Grifo do autor).

²⁷⁴ FIGUEIREDO FILHO, J de. *História do Cariri*. v. II, p. 14.

²⁷⁵ Idem. *Ibidem*, p. 06.

²⁷⁶ A historiadora Serioja Mariano chama atenção para o fato de que também, na Paraíba, os autores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano nomeavam o movimento como “seu”,

Como os títulos informam, essas narrativas visavam despertar o interesse pela história, especialmente por ser essa história aquela que assumia traços locais, possibilitando ao leitor reconhecer-se nas atitudes de alguns sujeitos identificados com um caráter extraordinário e heróico. O que se quer destacar aqui, portanto, é que esses textos tinham como objetivo oferecer lições de moral e civismo, ensinando o valor de amar a terra natal.

Num mesmo movimento, a adesão a ideias e valores produzidos pelo ICC foi estimulada para configurar um processo de construção de identidades. De tal forma, a produção dessa identidade passava pela construção de um passado comum e de uma memória para ele, visando ao estabelecimento de vínculos entre política, história e memória.

Foi assim que os discursos em torno do movimento de 1817 criaram um panteão de “grandes nomes” que passaram a ocupar lugar de destaque na produção do Instituto Cultural do Cariri. Exatamente nesses discursos é que vamos encontrar os pretendidos “heróis” encarnando ideias e aspirações coletivas da “brava gente cratense”,²⁷⁸ como se eles tivessem sido responsáveis por o Crato ter “a prioridade da proclamação da Independência e da república no Ceará e no interior do Brasil”.²⁷⁹

A construção mítica de determinados personagens vai ganhando contornos mais delineados quando a narrativa dos acontecimentos de 1817 é deslocada dos “dias de glória” para os “dias de martírio”. Sobre esse assunto, diz Figueiredo Filho: “O dia 11 marcara o epílogo triste daquele sonho que

chegando a publicar textos com o título: *A Revolução Paraibana de 1817*. Incurrer no mérito da origem desse movimento nos levaria aqui a uma digressão fora de propósito. O que buscamos assinalar é que as interpretações do Instituto Cultural do Cariri sobre esse episódio buscavam construir uma memória e uma identidade social em torno do movimento de 1817. Para ver como processo semelhante se deu no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, sugerimos: MARIANO, Serioja R. C. A Paraibanidade como Culto: A construção dos Discursos Históricos sobre 1817 no IHGP. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja R. C. (orgs.). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XX*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003, p. 87-99; e DIAS, Margarida Maria Santos. A produção Historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do instituto histórico e geográfico paraibano. *Anais do XII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa. 2003. (Meio eletrônico).

²⁷⁷ O livro *A Revolução dos Alencar* foi escrito pelo padre Antonio Gomes de Araújo, mas não foi publicado. Segundo o padre Gomes, ele entregou os originais ao então presidente do Brasil Humberto de Alencar Castelo Branco, quando de sua visita ao Crato em 1964, para que esse providenciasse a publicação.

²⁷⁸ AQUINO, J. Lindemberg de. *Roteiro Biográfico das Ruas do Crato*. Fortaleza: UFC, Coleção Alagadiço Novo. Casa de José de Alencar. 1999, p. 50.

²⁷⁹ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Op. cit.*, vol, p. 87.

surgira a 3 de maio. Oito dias de entusiasmo inicial, seguidos de múltiplas apreensões”.²⁸⁰

A prisão dos líderes do movimento contestatório foi tachada por Figueiredo Filho de sanguinária, demasiadamente violenta e desnecessária, principalmente se fosse levado em conta que “durante o curto período em que dominaram os revoltosos, em Crato, [...], não praticaram qualquer ato de vandalismo, nem provocaram a morte sequer de um realista”.²⁸¹

O que fica evidente na citação é o propósito de indicar uma das características definidoras da pretensa identidade cratense, qual seja, “a ausência de expansões ruidosas, diante de qualquer acontecimento, por mais importante que seja”.²⁸²

Reatando o fio do que se ia narrando, devemos dizer que os tais “dias de martírio”, atendendo às exigências da mitificação, foram descritos por meio de cenas repletas das “maiores torturas e vexames”. Chega-se ao ponto de haver comparações entre o martírio dos heróis cratenses e o calvário de Jesus Cristo. Utilizando o termo *Via Crucis*, Figueiredo Filho narra o trajeto dos “revoltosos de Crato” até Fortaleza. Ele conta que, quando estes chegaram à vila do Icó, foram recebidos com vaias e gritos pela população, fazendo lembrar que “no Pátio de Pilatos [o povo] pedia obstinadamente a condenação de Cristo”.²⁸³

É poderosa a simbologia religiosa utilizada por Figueiredo Filho. O uso dessa simbologia buscava aproximações entre os pretensos heróis – que encarnariam o sofrimento de Cristo diante de seus algozes – e o povo do Crato, tão marcado pela religiosidade cristã. Nesse sentido, acreditava-se que as figuras aureoladas dos irmãos José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e Carlos José dos Santos Alencar seriam rapidamente assimiladas como heróis porque, assim como Cristo, teriam derramado “seu próprio sangue para lutar decisivamente pela liberdade”²⁸⁴ de todos os homens.

²⁸⁰ Idem. *Ibidem*, p. 74.

²⁸¹ Idem. *Ibidem*, p. 77.

²⁸² PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J de. *Cidade do Crato*. p. 85.

²⁸³ FIGUEIREDO FILHO, J de. *História do Cariri*. v. I, p. 78.

²⁸⁴ Idem. *Ibidem*, p. 80.

A se acreditar em Alencar Araripe, outro membro do ICC, a glória dos “heróis republicanos” residiu na força de suportar tantos dias de sofrimento e, mesmo assim, permanecerem fiéis aos seus ideais, demonstrando um verdadeiro “espírito de nacionalidade”.²⁸⁵

Não sem razão, Alencar Araripe, na condição de deputado federal, apresenta à Câmara dos Deputados, em maio de 1953, um projeto apelando auxílio para a construção de um “monumento de valor histórico” que, no Centenário do Crato, comemorasse suas “tradições cívicas”. A justificativa para que a Câmara concedesse tal auxílio estava respaldada na certeza de ter sido a família Alencar “a alma da luta” de 1817.

No desdobramento da justificativa, Alencar Araripe parece consciente da força e função pedagógica dos símbolos:

Nas lutas pelos ideais republicanos e pela independência do País, está claro [...] que o Crato assumiu função de maior destaque [...]. O patriotismo e a heróica altivez dos cratenses, sublimados com o martirólogo de Bárbara de Alencar e de seus filhos acham-se registrados na história em páginas indelévels. Resta-nos perpetuar em monumento, para exemplo edificante às gerações presentes e futuras, tão nobres atitudes.²⁸⁶

Fica claro, dessa maneira, que perpetuar os feitos gloriosos e a “*heróica altivez*” dos cratenses, por meio da construção de um monumento que homenageava a família Alencar, que se teria convertido “em patrimônio glorioso do país”,²⁸⁷ era uma solução simbólica que, servindo à construção de discursos acerca do passado, reafirmava a referência histórica da cidade do Crato.

O projeto apresentado por Alencar Araripe propunha evidenciar os líderes do movimento – dos quais era descendente – inscrevendo-os simbolicamente no cotidiano da cidade e construindo em torno deles uma memória que estava a serviço da legitimação de grupos políticos. Nessa perspectiva, o monumento seria transformado em símbolo político.

²⁸⁵ ARARIPE, Antonio Alencar de. *José Martiniano de Alencar*. In: PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Op. cit.*, p. 129-32.

²⁸⁶ Texto do projeto nº 3.120, de 20 de maio de 1953. Reproduzido em: PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Op. cit.*, p. 105-9.

²⁸⁷ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Op. cit.*, v. I, p. 68.

Convém ressaltar que, além do monumento que se pretendia erigir, os discursos produzidos pelos membros do ICC apresentaram alguns participantes do movimento de 1817 como casos exemplares; daí, a repetição exaustiva de seus nomes em narrativas que identificavam o Crato como sendo “a cidade mais civicamente evoluída do interior do Ceará ou do Nordeste”.²⁸⁸

Com isso, é muito recorrente nas construções discursivas que insistiam na imagem heróica dos líderes do movimento apreciações do tipo: “precursor da ideia nacionalista e republicana no Cariri, pioneiro da Revolução independentista e republicana no Ceará – a figura histórica de José Martiniano de Alencar configura-se no binômio: Precursor – Libertador”.²⁸⁹

Nessa pedagogia do exemplo, por repetidas vezes, o nome de Bárbara de Alencar foi mencionado como modelo de conduta a seguir. Segundo Celso Gomes de Matos, Bárbara de Alencar era uma “heroína inquebrantável, que trocou o conforto do lar e aconchego da família pela tortura dos ferros e inferno dos calabouços, em holocausto ao luminoso sonho da República”.²⁹⁰

O título de heroína concedido a Bárbara de Alencar parecia óbvio para Figueiredo Filho, sobretudo, “tratando-se de pessoa de seu sexo”, diz ele, “numa época em que se considerava quase heresia a conjura ou a rebelião contra o regime e o rei”.²⁹¹ Convencido do ineditismo do caso de Bárbara de Alencar, que se tornara “uma ré de crime político revolucionário”, Figueiredo Filho abandona as conjecturas e assevera: “Dona Bárbara, cariense por adoção e história política, é heroína por fundada preconização, ação e tradição, ela, na ordem cronológica, a primeira mulher republicana do Brasil”.²⁹²

Padre Gomes diz que pouco importava se ela era cratense de nascimento ou não, porque, para ele, bastava o fato de ela ter sido “cratense pela alma”. No seu entender, só por isso, ela era merecedora de ocupar “posição de destaque invulgar no panteão da cidade”.²⁹³

²⁸⁸ Idem. Ibidem. p. 80.

²⁸⁹ Idem. Ibidem. p. 90.

²⁹⁰ MATOS, Celso Gomes de. *Cem anos do Crato*. In: *Jornal O Povo*, 15/10/1953, p. 04.

²⁹¹ FIGUEIREDO FILHO, J de. *Op. cit.*, vol. I, p. 86.

²⁹² Idem. Ibidem, p. 87.

²⁹³ ARAÚJO, Antonio Gomes de. *A Cidade de Frei Carlos*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato.1971 (Coleção Estudos e Pesquisas, vol. V), p. 87.

Reiterando as palavras do Padre Gomes, Lindemberg de Aquino sentencia: “Bárbara de Alencar [estará] incorporada para sempre ao Panteão da História, e os seus filhos, figurarão para sempre nas lutas históricas da brava gente cratense”.²⁹⁴

Prevalece a representação do herói quando se fala sobre Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Nesse caso, a referência ao heroísmo destaca não somente a sua participação em 1817, mas também a sua atuação nos quadros da expedição cearense que se envolveu “na luta contra o insurreto Fidié”²⁹⁵ no Piauí e no Maranhão, em 1823. Depois do período conturbado de 1817, diz Figueiredo Filho, Tristão “não se contentava só em libertar o Ceará da tutela lusitana. Sonhava em expandir o movimento pelas províncias do Norte”.²⁹⁶ Assim, assegura o autor, “o Ceará foi o maior contribuinte de fora para a libertação do Maranhão e do Piauí e sobretudo com os patriotas forjados na atmosfera de civismo de Crato”.²⁹⁷

E seguem-se os discursos em que Tristão foi apresentado como “a figura mais simpática e sugestiva da Confederação do Equador”,²⁹⁸ Bárbara de Alencar foi vista como “o mais sugestivo tipo de beleza cívica dentre os principais responsáveis pela Revolução Cratense de 3 de maio de 1817”²⁹⁹ e José Martiniano tido como “um dos maiores propulsores das lutas de independência no Cariri”.³⁰⁰

Não convém mais multiplicar as citações. As que vimos até aqui nos dão a medida de como o grupo reunido em torno do ICC se esforçou em produzir narrativas que visavam gerar orgulho e admiração pelos feitos heróicos do passado. Havia uma preocupação, por parte dos membros do ICC, de produzir a crença de que foram “os dias de glória e de martírio da jornada de maio”³⁰¹ de 1817, que fizeram o Crato e o Cariri “nascerem” para a história do Brasil. Justamente por isso, repetiu-se à exaustão que a história do Crato confundia-se com o processo de amadurecimento político do país.

²⁹⁴ AQUINO, J. Lindemberg de. *Roteiro biográfico das ruas do Crato*. p. 50.

²⁹⁵ Revista *Itaytera*, nº 01, 1955, p. 60.

²⁹⁶ FIGUEIREDO FILHO, J de. *Op. cit.*, vol. II, p. 27.

²⁹⁷ Idem. *Ibidem*, p. 29.

²⁹⁸ Idem. *Ibidem*, p. 56.

²⁹⁹ Idem. *Ibidem*. *Loc. cit.*

³⁰⁰ FIGUEIREDO FILHO, J de. *História do Cariri*. v. III, p. 74.

³⁰¹ Idem. *Op. cit.*, vol. I, p. 80.

É interessante ressaltar que as representações do passado cratense, especialmente sobre o movimento de 1817, caracterizavam-se pela busca de homogeneizar, o máximo possível, os discursos. Pode-se deduzir que isso era uma estratégia de persuasão e convencimento; afinal, para fazer crer nos “heróis” do passado e em seus feitos gloriosos, os escritores do ICC precisavam demonstrar um elo coesivo entre as suas narrativas.

Ao que parece, além de produzirem histórias e heróis, reclamando a veneração de sua memória, as interpretações da história e do passado cratense agiam no sentido de filiar as lutas pela independência a um pretense “adiantamento” – e essa é uma palavra bastante utilizada nos textos dos membros do ICC – que dotava o Crato da força moral e política necessária para conduzir a região do Cariri rumo ao progresso.

Isso fica mais evidente, se levarmos em conta que a maior parte desses discursos foi produzida numa década em que se discutia a possibilidade de criação do Estado do Cariri, tendo o Crato como a capital.³⁰²

As representações sobre o movimento de 1817, motivadas pelo pretexto de homenagear os “vultos históricos”, foram, então, sendo construídas sob medida para atender intenções políticas que, no plano simbólico,

³⁰² A proposta de criação do Estado do Cariri foi apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1957, pelo então deputado estadual Wilson Roriz, e contou com o apoio e a divulgação do Instituto Cultural do Cariri através das páginas da Revista *Itaytera*. Dessa forma, os textos sobre o passado do Crato buscavam legitimar a campanha do Estado do Cariri por meio do relato dos “grandes fatos” da história local. Nesses textos, o passado foi narrado como o tempo em que o Crato, pelo “espírito de clarividência e pioneirismo” dos seus filhos, se preparou para “exceder material e espiritualmente a si e as suas irmãs caririenses”. Cf. FIGUEIREDO FILHO, J. de. In: PINHEIRO, Irineu. FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Op. cit.*, p. 34. Todavia, a primeira tentativa de formação de uma unidade federativa na porção sul do Ceará remonta ao ano de 1828, quando a Câmara Municipal do Crato, dirigiu uma representação ao governo provincial solicitando a criação da Província dos Cariris Novos, o que não se deu naquele momento. Posteriormente, em 1839, o então senador José Martiniano de Alencar, reapresenta a proposta, mas não obteve êxito. Em 1846, é a vez da então Assembleia Legislativa Provincial do Ceará dirigir ao Senado e à Câmara dos Deputados a proposta de criação da Província dos Cariris Novos. Novamente a ideia não vingou. Em 1957, foi fundado no Crato o “Comitê Central Pró-Estado do Cariri” que contava com a participação de membros do Instituto Cultural do Cariri. Nesse movimento, foi criado um hino para a campanha e a revista *Itaytera* publicou uma separata intitulada “Estado do Cariri”, que apresentava “discursos, epístolas e artigos sobre a Campanha de Libertação do Cariri”, patrocinada pelo dito Comitê. Num desses artigos, José de Figueiredo Brito diz: “Nascemos revolucionários e assim viveremos até atingirmos o STATUS QUO de uma vida independente, autodirigida. [...] Empunhando a bandeira de um Cariri livre, lutaremos de qualquer maneira até o fim, até a concretização do nosso ideal, até a criação do Estado do Cariri”. Cf. BRITO, José de Figueiredo. *A Sorte está lançada*. In: Estado do Cariri. Separata da Revista *Itaytera*. Crato, Tipografia Imperial, 1957, p. 14.

propunham presentificar o passado, com o objetivo de determinar a superioridade do Crato frente às demais cidades da região do Cariri.

Nas representações sobre o passado do Crato havia a intenção de dar forma a uma identidade regional – como se pudesse haver um padrão homogêneo –, marcada, entre outros aspectos, por uma imagem urbana “moderna” e que, ao mesmo tempo, simbolizava como “a rebelião de 1817 deixou marcas bem profundas em Crato” e afirmava que a jornada entre 03 e 11 de maio criou “o espírito de pioneirismo, no decorrer dos tempos futuros”.³⁰³

É nesse sentido que os discursos sobre o passado estruturaram um elogio à cidade, articulando ao movimento de exaltação de personagens e julgamento de suas ações uma ideia de que as lutas do passado legaram ao futuro as principais orientações em termos civilizatórios. Em outras palavras, acreditava-se que o passado de glórias teria feito a cidade caminhar em direção a “grandes e promissores” destinos. Certeza expressa nas palavras de Raimundo de Oliveira Borges, quando afirma: “Vem de [18]17 essa linha de heroísmo e ascensões que a projeta [a cidade do Crato] no cenário da Terra da Luz”.³⁰⁴

Nessa perspectiva, o grupo reunido em torno do ICC acreditava que as transformações por quais passava a cidade decorriam da história e a ela deveriam fazer jus. Com isso, a intenção não era apenas criar uma imagem aprazível da cidade, mostrando como ela estava “sempre nova e rejuvenescida [...] no trepidante progresso que envolve seu centro urbano”,³⁰⁵ mas de construir uma noção de continuidade histórica, “digna de seu passado e das suas tradições de progresso e de cultura”.³⁰⁶

E assim, seguia o Instituto Cultural do Cariri produzindo imagens e estereótipos de uma cidade que, supostamente, tinha uma vocação eterna ao progresso e às páginas da história.

³⁰³ FIGUEIREDO FILHO, J de. *Op. cit.*, vol. I, p. 80.

³⁰⁴ BORGES, Raimundo de Oliveira. Exaltação ao Crato. *In: Revista Itaytera*, nº 12, 1968, p. 183.

³⁰⁵ *Revista Itaytera*, nº 12, 1968, p. 174.

³⁰⁶ *Revista Itaytera*, nº 01, 1955, p. 167.

3.2 – IMAGENS URBANAS E REPRESENTAÇÕES DA VIDA SOCIAL

Dizíamos que as representações acerca das experiências do passado alimentaram expectativas para o futuro. Nos discursos produzidos pelo Instituto Cultural do Cariri, vemos que esse entrelaçamento temporal compreendia uma sequência histórica que ligava a sociedade cratense da segunda metade do século XX àquela de meados do século XIX. Acreditava-se, portanto, que, do passado dito histórico, teriam ficado as marcas de sua prosperidade.

Num cenário favorável à invenção de tradições, insinuou-se que o espaço urbano do Crato vinha sendo estimulado pela mudança desde Bárbara de Alencar, que, com “mentalidade de amplo horizonte”, teria mandado construir o primeiro prédio “em pedra e cal” do Crato, “tendo vindo o mestre-pedreiro do Recife”, representativo do que mais “moderno” existia até então.³⁰⁷

“A par do aperfeiçoamento das construções urbanas”, escreveu Irineu Pinheiro, refinavam-se os costumes e, no seu entender, isso demonstrava o quanto o Crato “se adiantava socialmente”.³⁰⁸ Dessa constatação, afirmava-se que as núpcias entre civilização e progresso ter-se-iam seladas no passado “glorioso”. Nesse sentido, a cidade do Crato figuraria como *desde sempre* “dominada pela vocação do progresso”.

É o que diz a crônica de Correia Coelho, publicada na revista *Itaytera*:

[...] Na fulgurância de suas tradições, guarda ela um passado que fez história na história do Brasil, e sua gente conserva esses heráldicos brasões como símbolos sagrados de sua civilização e do seu progresso [...]. *Desde o começo que seu povo é dominado pela vocação do progresso e, assim, ela nunca pára de crescer* [...]. Pois a cidade que ora nos referimos – muito amada e querida dos seus filhos e de sua gente, enaltecida e admirada por quantos o conhecem, reunindo tantas condições de prosperidade e adiantamento [...] caminha, a passos largos, para seus grandes e promissores destinos e, por fim, sendo o melhor lugar do mundo para se morar – chama-se CRATO!³⁰⁹

³⁰⁷ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. v. I. p. 84.

³⁰⁸ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009 [fac. sim.], p. 83.

³⁰⁹ COELHO, Correia. Cidade Ideal. In: revista *Itaytera*, 1968, nº 12, p. 186 (grifo nosso).

Coelho estava preocupado em enfatizar conexões entre *passado e história*, entre *civilização e progresso*, sugerindo que, *desde sempre*, a cidade do Crato era marcada por *prosperidade e adiantamento* que lhe acenava com a promessa de um futuro promissor. A inevitabilidade do progresso era “coisa” do destino, acreditava nosso cronista. Por essa ótica, nada mais natural que o Crato – pretensamente possuidor de um nível superior de civilização – promovesse, pelo menos entre os membros do ICC, a sensação de que era o “melhor lugar do mundo” para viver.

Toda essa sorte de prosperidade nutria em Raimundo Girão e Antônio Martins Filho a certeza de que...

[...] até muito tempo mais, o Crato, o Cariri será harmoniosa transição entre o Velho e o Novo, o que lhe dará fisionomia muito peculiar [...] e, então, veremos que o Moderno, cheio de ostentações de bem-estar, de utilitarismo e de conforto, não prescindirá do Antigo, cheio de evocações e de espiritualidade confortante. Haverá uma superposição, mas nunca um aniquilamento.³¹⁰

Dispondo em uma linha unívoca o “velho” e o “novo”, passado e futuro, Girão e Martins Filho almejavam um *telos* harmonioso, que, supostamente, daria ao Crato, e por extensão ao Cariri, uma “fisionomia muito peculiar”. Nesse sentido, eles reforçaram a ideia de que o futuro não deveria prescindir do passado, considerado vital, linha orientadora do porvir. Nas palavras de Koselleck, era o *espaço de experiência* possibilitando as projeções do futuro, ou seja, o *horizonte de expectativas*.³¹¹

A “superposição” de tempos em um mesmo espaço estabeleceria, nessa perspectiva, as correspondências, continuidades e rupturas entre o “velho” e o “novo”. Nesse sentido, além de fixar imagens e lembrar o passado “cheio de evocações e de espiritualidade confortante”, essa superposição se

³¹⁰ MARTINS FILHO, Antonio & GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3. ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966, p. 182.

³¹¹ Para compreender o fenômeno da modernidade como uma nova experiência de tempo, Koselleck utilizou os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*. Para ele, “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico”. Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 313.

encarregaria de revelar que um futuro “moderno”, repleto de “bem-estar, utilitarismo e de conforto” se impunha como necessário.

Evocar o passado assumia, portanto, através das sugestões dos escritores do ICC, um papel decisivo para a compreensão da história e do lugar da história na sociedade cratense.

O que queremos destacar aqui é que quando os membros do ICC falavam do Crato como uma cidade “lendária e precocemente metropolitana”,³¹² eles buscavam inventar uma modernidade urbana numa cidade tradicionalmente rural e com forte identidade regional apoiada no campo. Nesse sentido, o desafio era construir para o Crato uma imagem que ressaltasse uma suposta “vocação para o progresso” fazendo com que aquela cidade fosse tomada como modelo, padrão de referência. No plano das representações, mas também na materialidade, podemos inferir que havia de ter em conta a imagem de uma cidade ideal.³¹³

Parece não ter sido outra a ideia que presidiu os discursos produzidos no ICC. Onde foram divulgados, eles buscaram criar uma espécie de “patriotismo cidadão”³¹⁴ que os tornavam orgulhosamente cratenses. Por meio desses discursos, os escritores do ICC pretendiam mostrar que, de história, o Crato não tinha apenas citações do passado. Eles enxergavam o presente como um resultado, decorrência desse passado, do mesmo modo que o futuro seria uma decorrência do presente.

Como dissemos, a escrita da história pelo ICC acreditava numa “predestinação” que teria permitido ao Crato, quase que como uma força mágica, civilizar-se primeiro e a partir daí espalhar “sua” civilização para as

³¹² Revista *Itaytera*. nº 5, 1959, p. 78.

³¹³ De acordo com Marcel Roncayolo, a cidade ideal “é um projeto político no mais lato sentido do termo; não se refere, portanto, apenas ao ordenamento da cidade, mas também da população no seu conjunto”. (RONCAYOLO, Marcel. *Cidade*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imp. Nacional, 1986, p. 469).

³¹⁴ Ainda segundo Roncayolo: “O ‘patriotismo’ cidadão é certamente uma ideologia muitas vezes utilizada, se não mesmo criada, pelas classes ou pelas elites dirigentes, que lhe definem o conteúdo. O problema não reside tanto na natureza ideológica desta influência, como na maneira como conquista – e desigualmente unifica – a sociedade urbana. Seria preciso contar, no decurso da história, com os símbolos e as manifestações: dos emblemas aos ritos e às festas coletivas [...]. No tecido urbano, seriam redescobertos, como referências simbólicas, monumentos ou lugares, construídos com este objetivo ou imaginados e valorizados a posteriori”. (*Idem*. *Op. cit.*, p. 433).

demais cidades do Cariri, gerando a crença de que aquela era “uma das mais evoluídas cidades do interior nordestino”.³¹⁵

Muito embora tais representações se esforçassem em fazer crer que o Crato era uma “cidade modelo”, a realidade do cotidiano mostrava que existiam problemas que opunham as dimensões reais e utópicas da cidade. Nesse sentido, não é difícil encontrarmos notícias nos jornais que davam conta do despreparo da cidade para a desejada modernização, fazendo com que os membros do ICC se impusessem à missão de “desalojar do Crato um arcaísmo que já estava na época de ser eliminado do cenário citadino”.³¹⁶

Em artigo do jornal *O Povo*, de 15 de outubro de 1953, José Denizard Macedo tratou da “indisciplinada e desordenada expansão da cidade”. Para ele, o maior problema da cidade do Crato era a falta de um plano de urbanismo que fosse capaz de ordená-la, transformando-a numa cidade de feições civilizadas e modernas, principalmente tendo em vista o momento em que se acreditava que o Crato iria passar “pela maior revolução social e econômica da sua história, com o fornecimento indubitável da energia da grande usina [de Paulo Afonso] para todo o Cariri”.

Diante dessa constatação, Denizard Macedo formulava as questões:

É admissível consentir que a cidade cresça no caos, na confusão? Sem um sistema planejado de ruas e avenidas, com a largura conveniente ao tráfego previsível. Sem uma articulação adequada aos transportes [...] sem a fixação antecipada do ‘zoneamento’ industrial. Sem uma repartição harmoniosa dos bairros [...] sem o número de praças exigido para uma cidade rica em habitantes operosos. Em suma, é compreensível uma cidade que não planeja seu crescimento, sem ‘Plano Urbano’?

Apontado um quadro de desorganização urbana, Denizard Macedo insistia na urgência e importância de um “plano regulador” de urbanismo, dirigindo o apelo aos administradores da cidade:

Administrar é prever o futuro. Os grandes gestores foram aqueles que enxergaram não apenas o dia de hoje, mas o de amanhã. São eles os que podem ganhar um lugar na História. E o futuro do Crato está lançando um desafio aos seus homens públicos. Está

³¹⁵ PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Cidade do Crato*. p. 58.

³¹⁶ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *O Folclore no Cariri*. 1962, p.13.

implacavelmente gritando para eles o seu maior problema, de prioridade ímpar para a cidade. Dêem-lhe a solução: dotem o Crato de um plano regulador, para sua expansão.³¹⁷

Observe-se que Macedo exorta os políticos a se manterem colados a uma suposta tradição de “adiantamento” do Crato, conforme já indicamos. “Prever o futuro”, pela administração de grandes homens, era a condição para que a cidade permanecesse na vanguarda do progresso. Nesse sentido, é expressiva a passagem em que ele diz: “Os grandes gestores foram aqueles que enxergaram não apenas o dia de hoje, mas o de amanhã. São eles os que podem ganhar um lugar na História”.

Para além da modernização da cidade, balizada por um plano diretor de urbanismo, que garantiria o suposto progresso do Crato, os políticos são chamados a ocupar “seus” lugares nas páginas da história local através dos melhoramentos urbanos realizados em suas gestões. Nesse sentido, Macedo acreditava que a esses administradores poderia ser associada uma espécie de “heroísmo” – tal qual o fora com os seus antepassados –, tendo em vista que eles estariam reconhecendo e celebrando a importância política, social, econômica e cultural do Crato. Assim, a posição de vanguarda que o Crato *desde sempre* ocupava fundava-se no passado, mas atualizava-se no presente.

Dentro desse quadro, Denizard Macedo sugeria que o plano de urbanismo era o elemento anunciador do futuro, que ressaltava a mentalidade moderna dos homens públicos do Crato e atestava seu conteúdo cívico pelo fato de que, supostamente, representava a continuidade do orgulhoso passado.

Mesmo com a instalação dos cabos da energia de Paulo Afonso, em 1961, os apelos para um planejamento urbanístico que orientasse e enquadrasse “harmoniosamente” o crescimento do Crato continuaram. Aliás, a ênfase com que voltavam à baila os problemas referentes ao plano de urbanismo era tamanha que o jornal *Folha do Cariri*, numa edição de sete páginas, a de 18 de novembro de 1966, apresentava sete notícias reclamando providências sobre o espaço urbano, sendo duas destas destinadas a reivindicar um plano de melhoramentos para a cidade.

³¹⁷ Jornal *O Povo*, 15/10/1953, p. 05.

No dia 27 de janeiro de 1966, esse jornal publicou uma matéria, não-assinada, intitulada *Urbanismo*. Nela, tem-se uma elaborada análise dos problemas referentes ao traçado da cidade, e a única solução encontrada para resolver tais problemas era a elaboração de um plano diretor de urbanismo:

Ressente-se a cidade de um planejamento urbanístico, capaz de orientar e enquadrar harmoniosamente, o seu crescimento. Sucessivos apelos têm sido feitos, através dos anos, para que os administradores locais contratem um escritório técnico especializado no levantamento da planta urbanística do Crato. Tais apelos, todavia não têm encontrado ressonância.

Os prefeitos que têm subido, através dos mandatos sucessivos, as velhas escadarias do Paço Municipal, ainda não tiveram a necessária visão e o descortínio largo de enxergar as múltiplas vantagens do plano urbanístico.

Quando as principais urbes brasileiras já se conscientizaram do valor de um empreendimento desse porte, o Crato ainda permanece na estaca zero, assistindo a um desenvolvimento estrangulado e infeliz, pelo acúmulo de erros já cometidos e que continuam a ser cometidos, contra os mais elementares princípios da técnica urbanística. [...] Vivemos aqui divorciados das modernas técnicas de orientação e planejamento do crescimento urbano.

O Crato cresce vegetativamente.³¹⁸

Além da crítica aos administradores locais, percebe-se, nessa citação, que a imaginação entusiasmada dos reformadores urbanos acreditava que o plano diretor de urbanismo iria, finalmente, resolver todos os problemas da cidade. Ressalte-se que a comparação com “as principais urbes brasileiras” desperta para o sentido de que também era o Crato uma dessas “urbes”, mas que, no entanto, ainda não tinha a consciência “do valor de um empreendimento” como o de um plano diretor de urbanismo.

Por outro lado, o projeto de remodelação e embelezamento da cidade representava, para os seus idealizadores, a possibilidade de um novo padrão de comportamento dos moradores de uma cidade que se dizia caminhar a passos largos em direção ao moderno. Afinal, como lembra Nicolau Sevcenko, “investir na criação de uma urbe moderna implicaria também, como contrapartida, instilar a população a ocupá-la convenientemente e aprender a

³¹⁸ Jornal *Folha do Cariri*, 27/01/1966, p. 01.

desfrutar de suas amenidades, fazendo cada um da cidade uma extensão significativa de sua vida”.³¹⁹

A crença de que se vivia num período de grande modernidade reclamava um comportamento “moderno” até mesmo diante da morte:

Devemos acabar com o antigo costume de se carregar por nossas ruas os caixões mortuários, quando uma empresa especializada poderia fazer o transporte para o cemitério. Nos centros adiantados os amigos só pegam nas alças do caixão entre a capela do cemitério e a sepultura [...]. Precisamos evoluir, até mesmo no terreno da morte.³²⁰

Pegar “nas alças do caixão”, percorrendo as ruas da cidade, não correspondia a uma visualidade moderna que se queria para o Crato. Que uma “empresa especializada” fizesse esse trabalho, igualando-se o Crato aos “centros adiantados”; o que não poderia ser admitido era a permanência de um “antigo costume” que acabava por macular a fama de gente “civilizada” e evoluída do Crato.

A marca da “evolução” urbana deveria estar presente principalmente nos prédios públicos:

É realmente lamentável que a Câmara Municipal do Crato, com mais de duzentos anos de existência, e de tantas e tão gloriosas tradições, ainda ocupe uma sala [...] com instalações acanhadas, que em absoluto não estão à altura da representação social e política de nossa terra [...]. A Câmara precisa se modernizar e acompanhar o crescimento da cidade.³²¹

No passado, buscava-se a afirmação simbólica de “tantas e tão gloriosas tradições”. Nesse sentido, a Câmara Municipal deveria estar instalada num prédio imponente que representasse o fausto passado, gerador da identidade e motivo de orgulho para os cratenses. Ao lado disso, a instalação da Câmara num prédio “à altura da representação social e política” do Crato construía um sentido de grandiosidade para a cidade.

³¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. SP: Cia. das Letras, 1992, p. 122.

³²⁰ Jornal *Folha do Cariri*, 16/12/1966, p. 02.

³²¹ Jornal *Folha do Cariri*, 18/11/1966, p. 02.

Essas notas de jornal, ao mesmo tempo em que tentam demonstrar como a cidade do Crato se modernizava, revelam os embates entre “cidade ideal” e “cidade real”. Um artigo escrito por Francisco Edésio Batista³²², intitulado “A Festa da Padroeira e a Praça da Sé” chama atenção para a aglomeração de pessoas na cidade durante os festejos. Lamentando, principalmente, o uso inadequado do espaço da Praça da Sé, ele afirma que a população não sabia “respeitar” os jardins públicos:

Como difere a nossa mentalidade da dos europeus, onde os parques são tratados com todo apreço e carinho. Reputo um crime o que se faz com o nosso mais importante logradouro.

Reformado o ano passado [...] está incluído entre os mais belos do Nordeste. Com os festejos, porém, se modifica radicalmente. A imundice campeia por toda parte, as plantas são pisadas e a grama reduzida a pó. Julgo que tudo isso deveria ser levado em consideração. Se tais engenhos não são exigidos, com o fim precípua de carrear alguns recursos para a paróquia, que sejam, por conseguinte, instalados em local mais apropriado.

Afinal de contas, o Crato é hoje uma cidade moderna que se projeta no cenário estadual e nacional, por suas tradições culturais [...]. É de certo modo também um centro turístico, visitada constantemente por gente da capital, de outros estados e de outros países. Não permitamos, pois, que esses visitantes levem da ‘urbs’ a impressão deprimente de uma simples vila provinciana.³²³

No olhar de Francisco Edésio, a festa da padroeira parecia mais um centro de verdadeira balbúrdia. Ele achava lamentável que o interesse de angariar recursos para a paróquia fosse maior do que o de preservar a beleza dos jardins do “mais importante logradouro” do Crato. O autor apelava para que a festa fosse transferida para um local mais “apropriado”, porque a Praça da Sé, na sua visão, representava um momento de origem da cidade e o lugar onde os “grandes líderes” de 1817 teriam sustentado o ideal republicano. Por causa disso, ele atribuiu à Praça da Sé a função de um *lugar de memória*, para utilizar a expressão de Pierre Nora, onde determinados lugares ou imagens da cidade fazem recordar o passado. A praça abrigava, portanto, um sentido histórico.

³²² Francisco Edésio Batista é bancário aposentado. Nascido em Jaguaribe, no Ceará, é membro do Instituto Cultural do Cariri desde 2007 e também da Academia dos Cordelistas de Crato. Ele foi um dos colaboradores do jornal Folha do Cariri durante os dois anos que circulou na cidade do Crato.

³²³ Jornal *Folha do Cariri*, 02/09/1966. p. 07.

Ao sentido histórico, associava-se o sentido utilitário e a Praça da Sé se convertia num espaço destinado a atrair visitantes que não poderiam levar do Crato a “impressão deprimente de uma simples vila provinciana”. O que dela deveriam levar era um espetáculo visual que fosse capaz de atestar o quanto o Crato era uma “cidade moderna”.

A preocupação em construir essa imagem de cidade moderna era tão grande que foi criada a Comissão Municipal de Embelezamento das Praças e Jardins do Crato, com o intuito de demonstrar uma “vontade firme de seu povo em marchar impavidamente para frente” e assegurar que “essa ânsia de progredir contaminou o povo cratense, animado por mais de cem anos de vida cívica intensa”.³²⁴

A Praça da Sé, aliás, já vinha há muito tempo sendo alvo de discussões que propunham enérgicas intervenções no seu espaço. Acompanhamos nas atas de reuniões da Câmara Municipal, de 1951, as reivindicações para que fossem tomadas providências sobre os jogos de futebol e a “anarquia” generalizada que se dizia assistir naquela praça.

Sobre outra Praça também se impunham medidas disciplinadoras. O jornal *Folha do Cariri* publicou, no dia 27 de Janeiro de 1966, uma matéria em que a ênfase recaía sobre os usos daquele espaço que pareciam fugir às regras da “boa” conduta, como atesta o título da matéria: *Providências para a molecagem que infesta a Siqueira Campos*.

Vejamos:

A Praça Siqueira Campos, ponto mais central da Cidade, continua abandonada, sem policiamento, e sem ver adotadas as providências tão reclamadas pelos jornais e emissoras locais, notadamente sobre a maneira com que certa rapaziada local se senta nos seus bancos, ou seja, no encosto dos bancos.

É de causar profunda tristeza e também muita revolta que esse fato continue a se registrar em pleno centro nervoso da cidade, onde mocinhas e senhoras, distintas e bem trajadas, estão a passear [...].

Já foi dito e repetido que a Praça Siqueira Campos está a reclamar um policiamento rigoroso, para que sejam impedidas tais macaquices, bem como a anarquia reinante de certa rapaziada, que faz tremenda algazarra naquele local.

Uma fiscalização enérgica, por parte da Municipalidade, bem como por parte do Comissariado de Menores, ajudados, ambos, pela

³²⁴ Jornal *A Ação*, 05/02/1972, p. 02.

fiscalização da União dos Estudantes do Crato, com punições severas para os desrespeitadores do bem público, se posta em prática, resolveria o problema [...] acabaria de vez tal costume, tão feio para a educação do povo cratense e sua fama de gente civilizada.

Em nenhum local do mundo se vê isso. Por que será que o Crato é exceção?³²⁵

A falta de olhares observadores que tornassem mais harmônico esse “centro nervoso da cidade”, que tinha vida pública praticamente o dia inteiro, levava à sensação de uma generalizada “anarquia” e “macaquice” que tornavam o ambiente desagradável, hostil e, por isso mesmo, sujeito à vigilância da polícia, da União dos Estudantes e do Comissariado de Menores para que uma parcela da população, principalmente as “mocinhas e senhoras, distintas e bem trajadas”, pudessem utilizar este espaço de um modo “normal”, num ambiente “totalmente civilizado”.

As propostas de moralização dos habitantes sobre esses espaços indicam que eles não eram apenas lugares públicos, cuja função seria a circulação e o lazer dos habitantes da cidade; revelam também a importância do significado simbólico destes lugares: contam que a Praça da Sé tinha assistido diversos episódios históricos que corroboravam o seu passado de glórias; da Praça Siqueira Campos dizia-se ser “centro nervoso da cidade”, que ocupava uma importante área comercial, cercada por lojas, cinemas, hotéis etc. Dessa maneira, todos os esforços deveriam ser despendidos no sentido de que nada obstasse o progresso do Crato nem maculasse “sua fama de gente civilizada”.

O que as citações demonstram, na verdade, é que havia um embate entre os usos dos espaços pelos diferentes sujeitos da cidade, que se apropriavam em sua faina diária de formas distintas daquelas projetadas pelos que se incumbiam à tarefa de vigiá-la.

³²⁵ Jornal *Folha do Cariri*, 27/01/1966, p. 07. Parece claro que o autor da matéria não conhecia o mundo. De acordo com Lewis Mumford, outros “planejadores” da cidade também se depararam com semelhante problema. Diz ele: “Aqueles que planejaram e construíram as últimas cidades helênicas e pós-helênicas não conseguiram desenvolver os costumes, as maneiras, as leis, as novas formas urbanas, que teriam passado adiante a experiência dos dias áureos de Atenas e aperfeiçoado um ambiente capaz de moldar a nova personalidade”. Cf. MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 127.

Nas representações destacadas, os escritores do ICC, mesmo quando ressaltavam uma situação de destaque, adiantamento, pioneirismo e superioridade do Crato, acabavam mostrando os problemas reais, contrariando o modelo de cidade ideal pensado pelos seus articulistas. Assim, não é raro encontrarmos nas fontes pesquisadas o relato de condutas tidas por contrárias aos “bons modos” que seriam próprios de gente civilizada.

Entre essas notícias, encontra-se o relato de um casamento que ocorreu na Igreja da Sé e que atraiu a atenção do cronista João Lindemberg de Aquino³²⁶ pelo comportamento que ele classificou como de um “primarismo verdadeiramente chocante”. Vamos à citação:

No Crato não estamos mais em condições de se fazer um casamento de luxo. O nosso povo, demonstrando péssimo exemplo de educação social, transforma a Igreja, [...], num centro de verdadeira balbúrdia. Vira tudo um pandemônio. A anarquia é generalizada, sobe-se nos bancos do templo, rasgam-se as decorações, furtam-se os enfeites, tudo num primarismo verdadeiramente chocante.³²⁷

O que mais impressionou Lindemberg de Aquino foi o fato de esse “péssimo exemplo de educação social” ter partido de pessoas que ele considerava da “melhor sociedade”, pessoas as quais o título da matéria se referia como “gente bem”.

Denunciando os autores da “anarquia generalizada”, o cronista diz: “São senhoras e senhoritas que disputam a primazia de levar as decorações, num atestado flagrante de que muito precisamos evoluir”. E assevera em tom ameaçador:

qualquer dia o nosso jornal vai fazer uma pesquisa, num desses chamados ‘casamentos de luxo’, para anotar nomes dos que provocam tais atritos, vergonhosos para a sociedade cratense e que demonstram o baixo grau de educação social de muita gente que se diz ‘gente bem’.

³²⁶ J. Lindemberg de Aquino ocupava a cadeira número 01 da Seção de Letras do Instituto Cultural do Cariri, que tinha como patrono o Padre Ibiapina. Em 1976, foi eleito presidente do ICC.

³²⁷ Jornal *Folha do Cariri*, 23/12/1966, p. 02.

Nossa impressão é que, por “gente bem”, designavam-se as pessoas de “boa família”, gente detentora da posse de capitais econômicos e mesmo de um capital simbólico e intelectual. Daí, o espanto do cronista ao ver que um “casamento de luxo” transformava-se num verdadeiro “pandemônio”. Parece claro que ele esperava que a “gente bem” servisse de exemplo para toda a sociedade cratense e que seus eventos sociais fossem marcados pelos “bons hábitos”, dignos de distinção social.

Ao noticiar essas práticas, os escritores do ICC o faziam em tom de denúncia, mas tentavam minimizá-las como eventos isolados a partir da publicação de outras tantas matérias que, essas sim, seriam reveladoras do caráter polido do cratense. Nesse sentido, um amplo espectro de matérias matizadas de cores fortes foi veiculado semanalmente nos jornais, tentando fazer os leitores se espelharem em atitudes de elegância, educação e *finesse*.

Uma dessas matérias põe em destaque o matrimônio do filho do então promotor de justiça do Crato. A notícia dá conta que “a belíssima cerimônia religiosa”, que teve jantar à luz de vela, “foi festa deslumbrante” e que o matrimônio contou com “grande multidão fascinada pelo magistral arranjo decorativo”.

Terá sido esse arranjo o mesmo disputado pelas senhoras e senhoritas da notícia anterior?

De volta ao casamento, desde a cerimônia na Sé Catedral até a recepção dada pelos pais dos noivos, tudo foi narrado como um espetáculo de sofisticação e bom gosto. A descrição dos detalhes do evento tentava criar imagens deslumbrantes na imaginação do leitor. Vejamos como foi descrito o jantar de recepção:

Foram cem talheres, à luz de velas, cerimônia nunca dantes ocorrida em Crato, durante a qual foi servido finíssimo e espumante champanhe. O cardápio à mesa indicava a sucessão dos pratos: Hors d'oeuvre de presunto, Consommé à maitre d'hotel, Camarão a la tartare, salada russa, arroz de forno, peru à Califórnia, Farofa de peru à brasileira, gelatina Cheme de frutas.

Para o imaginário social da pequena cidade, fazer parte de uma cerimônia com um cardápio desses era ter acesso ao que de mais moderno

existia naquele momento. Diz o assinante da coluna que o casamento fora realizado “dentro do ritual e do simbolismo da Igreja moderna” e que a festa era a mais legítima expressão dos “modernos costumes” que acompanhavam os cratenses. Enfim, tudo era indicado sob o signo do moderno.³²⁸

Lindemberg de Aquino sugere que a festa foi mais luxuosa e elegante por ter sido realizada num local de grande importância simbólica, pois, naquele “luxuoso lar” em que os noivos recepcionaram os convidados, esteve hospedado o presidente da república Humberto de Alencar Castelo Branco quando de uma das suas visitas ao Crato.³²⁹

Acentuam-se ainda, na descrição da festa, as qualidades da “elegante senhora” que decorou o ambiente, numa clara indicação de como deveriam agir os habitantes da cidade – obviamente, os que podiam promover festas como essas – nos seus eventos sociais e, sobretudo, no seu cotidiano: com “bom gosto e conhecimento de etiqueta”.

Para ilustrar esse bom gosto, prossegue a notícia:

Glaucia [a noiva] se apresentou com um lindíssimo e original vestido de cetim de seda pura, com ampla calda linha Channel, sapatos do mesmo tecido do vestido. O véu [...] era confeccionado com tule francês, aplicado de renda chantilly, pintado em tons e sobretons de amarelo, formando ramagens bordadas com strass, pérolas, canutilhos e paetês. O diadema (belíssimo) era formado de strass e pérolas, lembrando jóia antiga.

Sobre uma das convidadas, o autor da matéria comenta:

[...] ela vestia um conjunto de duas peças, blusão de renda bordado em pedrarias faiscantes, saia de seda pura, linha moderna, evasé. Era uma das moças mais elegantes do casamento.

A elegância das mães dos noivos foi igualmente destacada:

³²⁸ Segundo Nicolau Sevcenko, o vocábulo *moderno* ganha uma força expressiva a partir da década de 1920, quando as conotações assumidas por ele abrangem um variado espectro de significados: “Moderno se torna a palavra-origem, o novo absoluto, a palavra-futuro, a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação, a palavra-alumbramento, a palavra-reencantamento, a palavra-epifania”. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 228.

³²⁹ Humberto de Alencar Castelo Branco esteve no Crato por três vezes. A primeira, em 1953, como Comandante da 10ª Região Militar, nos festejos do centenário; em 1964, retornou como presidente da República, quando das comemorações do bicentenário do município; por último, em 1966, ainda como presidente, agora para receber o título de *Doutor Honoris Causa*, pela Faculdade de Filosofia do Crato.

[...] D. Alzira [mãe da noiva] vestia um belíssimo vestido em capa de renda que realçava magnificamente [...], a elegância de D. Nesila [mãe do noivo] foi notada e comentada por todos, pois é uma senhora de muita finésse, que sabe cativar a quem dela se aproxima. Uma grande dama.

O padrão de qualidade dos tecidos, dos perfumes, das bebidas, dos alimentos e até dos trajes dos garçons era considerado um modelo. Se deslumbrante fora a cerimônia religiosa, se fascinante foi o jantar à luz de velas, encantadora estava a “ambiência tropical de lindos coqueiros, sob cujas copas a grande mesa regorgitava de convidados”.³³⁰

Resumindo, eram essas as representações que se queriam recorrentes nas práticas cotidianas da cidade. Para além dessa recorrência, queria-se como natural ao Crato e aos cratenses a “civilização dos costumes.” É interessante destacar que esses costumes civilizados ditos inatos são datados, o que atesta flagrantemente uma construção que define o modo de *ser (do) cratense*.

Pela pena dos escritores do ICC, a cidade do Crato foi escrita como sinônimo de civilidade, berço do aprendizado, das boas maneiras, do bom gosto e da sofisticação. Essas seriam as imagens ideais para o prazer estético; elas é que expressavam a familiaridade com os sinais do “progresso” assinalado pela instalação de lojas, sorveterias, clubes, hotéis luxuosos e confortáveis.

Os conteúdos alusivos às atividades sociais, bem como a maneira pela qual eles eram publicados nos jornais, estabeleciam forte vínculo entre as “novidades” aceitas e consideradas “chiques” aos olhos dos membros do ICC, tornando perceptíveis as conexões que se pretendia estabelecer entre essas “novidades”, a vida da cidade e os leitores daquelas notícias. Além disso, tomar parte delas era uma forma simbólica de distinção social, pois, como sugere Pierre Bourdieu, para ser diferente não basta apenas existir, há que ser reconhecido legitimamente diferente.³³¹

³³⁰ Todas as citações sobre esse evento foram extraídas do Jornal *Folha do Cariri*, 16/12/1966, p. 04.

³³¹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

É o caso da Sorveteria Glória e os seus frequentadores, efusivamente festejada durante a comemoração do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Dizia-se que a Sorveteria Glória era um...

[...] estabelecimento que, sem nenhum favor, honra os foros de *civilização* da Princesa do Cariri. Localizada num ponto mais central da cidade e que para ele converge, nas horas vagas, o que no Crato existe de melhor, a Sorveteria Glória [...] conta com recursos indispensáveis para torná-la a preferida da família cratense. Entre os quais avulta esplendidamente essa norma constante, ininterrupta, imutável que é a do absoluto respeito reinante dentro de suas dependências. Aliás isso consegue [...] sem nenhum esforço [...] pois, frequentada como é, pela *elite cratense* e tendo funcionários zelosos de suas responsabilidades nada mais *natural* que esse respeito não sofra intermitências.

Outro ponto que não pode deixar de ser citado refere-se à higiene que preside diariamente os serviços necessitados da Sorveteria Glória [...] seria uma incoerência gritante se esses princípios de higiene fossem esquecidos pelo proprietário. Felizmente isso não acontece. Os preceitos higiênicos são observados religiosamente naquela casa [...].

Há também na Sorveteria Glória um completo serviço de bar. *Finas bebidas* são vendidas a enorme freguesia do Glória. Whiskys, Macieiras, cognac franceses [sic], vinhos portugueses e os melhores de fabricação nacional [...].

Situada numa esquina, defronte de uma praça [a Praça Siqueira Campos], a Sorveteria Glória é bem ventilada. Não necessita de ventiladores [...].

Seja como for, a Sorveteria Glória é um estabelecimento de grande envergadura. *É um dos fatores do progresso cratense.*³³²

A Sorveteria Glória ficava no andar térreo do prédio do Grande Hotel, considerado outro símbolo da modernidade cratense. Com a localização facilmente identificada, referenciada como o “ponto mais central da cidade”, a indicação de onde estava situada a sorveteria Glória sugere uma demarcação e hierarquização do território urbano, ou seja, um lugar perto do centro comercial e com uma vida pública praticamente o dia inteiro, portanto, um lugar de muita importância. Convém notar que o artigo do jornal afirma que acorriam para lá “o que no Crato existe de melhor”, mas apenas nas horas vagas, pois uma das características identitárias do cratense seria o caráter de trabalhador.

³³² Jornal *Folha da Semana*, Suplemento Especial ilustrado – comemorativo do centenário do Crato. 4º caderno, 17/10/1953, p. 03. (Grifos nossos).

Ressalte-se que, certamente, a “família cratense” que ia usufruir dos serviços da sorveteria eram as mais abastadas.

Associado com símbolos de urbanidade, nos quais aspectos de zelo e higiene se juntavam às “finas bebidas” — como “whiskys”, “vinhos portugueses” e “congnac[s] franceses” —, frequentar a Sorveteria Glória não era somente um divertimento, representava um símbolo de modernidade e também de *status* social. De fato era um lugar frequentado pela *elite cratense*.

Como lugar de festas, de sociabilidades, foi lá que aconteceu a comemoração do encerramento do segundo período legislativo da Câmara de Vereadores do Crato, no ano de 1952. Segundo alguns memorialistas da cidade, teria sido na marquise da Sorveteria Glória que o cantor Luiz Gonzaga realizou um *show* para a multidão que se acotovelava na Praça Siqueira Campos, além de ali ter acontecido uma apresentação, reservada a poucos, do cantor Nelson Gonçalves.

Atividades comerciais desta monta eram elevadas à condição de modelo e, por essa razão, o artigo é finalizado com uma enfática asserção que dizia ser uma casa comercial desse porte “que levanta[va] o nome da cidade”.

Outro local que foi tomado como demonstrativo dessa modernidade que a cidade supostamente experimentava, segundo os escritos desse arrazoado grupo, foi o Crato Tênis Clube, com “uma construção típica e adequada ao nosso meio e nossos costumes”.³³³ Reinaugurado em nova sede na década de 1950, desde 1932 o clube era o local para onde congregava a “nata” do Crato, como eram com recorrência referidas nos jornais as pessoas que iam lá.

Conforme indicamos anteriormente, recorrentes também eram as representações do Crato como cidade pioneira “em difundir a luz da educação e do ensino” pela região do Cariri e cidades vizinhas dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí, o que justificaria sua posição de “capital da cultura”.³³⁴

Foi assim que o Seminário São José (1875), o Colégio Diocesano (1916), Colégio Santa Teresa (1923), Ginásio do Crato (1926) e tantas outras instituições de ensino, assim como o Instituto Cultural do Cariri, reafirmaram a

³³³ FIGUEIREDO FILHO, J. de; PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato*. p. 71.

³³⁴ Idem. *Ibidem*, p. 59.

tradição de superioridade cultural do Crato. Tradição essa que foi reforçada pela criação da Faculdade de Filosofia do Crato (1959).

Convém destacar que o diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, José Newton Alves de Souza, foi indicado pelo Instituto Cultural do Cariri, o que demonstra a autoridade e o poder de que o ICC se investiu para “legislar” no campo da cultura. A fundação da faculdade foi uma etapa inicial para a construção de uma universidade, o que resultou, em 1986, na criação da Universidade Regional do Cariri (Urca).³³⁵

Diante de todo o exposto, restam-nos algumas considerações. A constante alusão ao Crato como sendo um lugar *desde sempre* destinado ao progresso projetava um porvir que deveria estar alicerçado no passado histórico e de tradições gloriosas, que foram deliberadamente inventadas e difundidas mediante a tentativa de imposição de uma memória oficial, engendrada a partir da mobilização pelos festejos do Centenário do Crato e levadas a cabo pela criação do Instituto Cultural do Cariri.

Considerando o momento dessa produção discursiva, as citações trazidas ao conhecimento do leitor permitem uma boa reflexão sobre o esforço empreendido pelo ICC para assegurar o ingresso do Crato na modernidade. Pela definição de valores e projetos de identidades, a sociedade cratense foi chamada a valorizar o passado e a se preocupar com o futuro que o progresso estaria por construir.

Tendo essas questões de fundo, podemos afirmar que, dentro do ICC, organizaram-se dois movimentos. Primeiro, um movimento que procurava evidenciar o lugar central que Crato ocupava na região do Cariri, evocando para isso uma condição *natural* que legitimava a busca por esse lugar diferenciado. Tal processo construiu o discurso do *desde sempre*, do *naturalmente*, numa suspensão do tempo em que o passado aparece como constante, imutável, como sendo referencial obrigatório para os projetos de presente e futuro. Um segundo movimento foi o da construção da narrativa histórica que legitimaria um tipo de representação que definia o passado como

³³⁵ Sobre o movimento de criação da Urca e, antes disso, da fundação da Faculdade de Filosofia do Crato, ver: CORTEZ, Otonite. *Op. cit.* (particularmente o capítulo III); ou ainda: SOUSA, José Newton Alves de. *Cariri, Nordeste e universidade*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.

histórico, ou seja, era o investimento na construção de uma anterioridade que estava em pauta no ICC.

Segundo os diagnósticos dos próprios membros do Instituto Cultural do Cariri, essa narrativa histórica cumpriria um papel de construtora de tradições e de identidades, tendo em vista que se acreditava que...

[...] grupo humano, que ignore as próprias raízes étnicas e sociais, convergentes no momento histórico de sua formação, perfila-se qual filho bastardo, alheio, por exemplo, à trama que presidiu seu aparecimento, e a explicação, no presente, das tendências legadas pelos elementos formadores.³³⁶

Como esses processos de construção de identidade demandam tempo e esforço, o ICC utilizou-se do passado como lugar estratégico para que a população da cidade se reconhecesse na identificação adjetivante de *ser cratense*. Não só a narrativa historiográfica teria papel essencial nessa constituição; a própria festa de comemoração do centenário de elevação à categoria de cidade foi uma das facetas pelas quais, deliberadamente, o ICC fez usos do passado.

Foi, então, “relembrando, todos os seus heróis do passado, que [...] tão bem se portaram em busca de seu adiantamento” que o grupo reunido em torno do Instituto Cultural do Cariri acreditou “servir ao Crato” com a certeza de que estavam “trabalhando para o seu próprio bem e executando uma honrosa missão”.³³⁷

Pouco interessado no que reside de verdade ou não nessa construção, tentou-se estabelecer aqui um vínculo efetivo entre esse grupo intelectual e as significações construídas sobre a cidade do Crato, num período absolutamente determinante para a definição de um passado histórico usado como bom argumento para afirmar que nenhuma outra cidade cearense, quiçá do Brasil, tinha “a virtude de fundir a experiência secular de seus heróis do passado” ao olhar “firme e confiante exclusivamente no futuro”.³³⁸

³³⁶ Revista *Itaytera*. 1957, nº 03, p. 03.

³³⁷ MACEDO, José Oliveira. O Sonho de Crato. In: *Folha da Semana*, 17 de outubro de 1953. Suplemento Especial, 7º Caderno, p. 02.

³³⁸ Revista *Itaytera*, nº 12, 1968, p. 184-5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Falta a essas pessoas um bom passado, ancestrais ilustres, pergaminhos. Resumindo: um nome que ressoe a nobreza e a cultura”³³⁹.

No livro *O Vendedor de Passados*, o escritor José Eduardo Agualusa conta a história de Félix Ventura, um morador de Luanda, capital de Angola, que tem como profissão inventar e vender passados gloriosos. Seus clientes, membros de uma emergente burguesia angolana, embora tivessem um futuro garantido, precisavam de um passado que fosse conveniente aos propósitos do presente. Para tanto, recorriam a esse vendedor, que lhes construía genealogias. Aos poucos, uma clientela consumidora e ávida de passados *verdadeiros* vai-se formando em torno de Ventura. Para atender aos apelos daqueles que o procuravam, o vendedor de passados se esmera em oferecer aos seus clientes fatos minuciosamente detalhados e passíveis de serem comprovados em documentos *originais*.

Agualusa conta que, à medida que Ventura vai construindo passados, vão surgindo identidades que passam a ser acreditadas tanto por aqueles que compraram as genealogias como por outras pessoas. Dessa forma, um conjunto de fatos notáveis aparece para legitimar todo um projeto de futuro, de possibilidade de afirmação de valores, desses compradores. E assim, a referência ao passado vai servindo para definir e reforçar sentimentos de pertencimento, de unidade, de comunidade e de coerência numa sociedade marcada pela emancipação política.

Guardadas as devidas diferenças, alguns aspectos tratados no texto de Agualusa podem valer para a obra do Instituto Cultural do Cariri. A historiografia ali produzida elaborou a construção do passado cratense para que ele servisse como guia de orientação. Nesse sentido, os discursos produzidos no ICC criaram uma genealogia de heróis, estabeleceram datas e fatos fundantes, definiram os episódios históricos, tudo isso na tentativa de

³³⁹ AGUALUSA, José Eduardo. *O Vendedor de Passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006, p. 16.

estruturar sentidos morais, políticos ou identitários que legitimassem, para seus *consumidores*, as representações sociais que faziam desse mesmo passado.

Na construção da história local, a marca do político se destacou. Os discursos de representação do passado tentaram evidenciar a participação de alguns moradores do Crato – nomeadamente os membros da família Alencar –, na chamada *Revolução Pernambucana de 1817*, como o marco simbólico daquilo que teria sido o início de um processo de evolução social que, supostamente, teria levado o Crato a se destacar diante das demais cidades da região do Cariri e do Estado do Ceará. Vendo dessa maneira, os produtores de tais discursos, os homens letrados que integravam o quadro de sócios do ICC, afirmavam que aqueles oito dias “de glória e de martírio” teriam valido por uma vida toda. Daí julgarem necessário o interesse por tudo o que dissesse respeito “ao movimento pernambucano pelo qual sofreram torturas alguns cratenses”.³⁴⁰

A narrativa desse acontecimento “fundador” encontrou nas comemorações do Centenário do Crato o momento ideal para recordação. Naquele contexto, além de comemorar e rememorar os heróis do passado celebrava-se um tempo em que o Crato, supostamente, teria saído de um período de *decadência*. Nas histórias contadas e recontadas pelos membros do ICC, dizia-se que, logo após as lutas liberais do século XIX, a cidade passara por uma *fase obscura*, em que teria prevalecido a violência e o aspecto da “urbe” era lastimável.

Das casas existentes na então Vila Real do Crato, dizia-se que eram “mesquinhas habitações”; do “nível intelectual”, falava-se que era mínimo; dos costumes da população, afirmava-se que não se poderia fazer outra coisa a não ser lamentar. Mas, com a elevação à categoria de cidade, acreditava-se que, enfim, o Crato se aperfeiçoava moral e fisicamente. Por isso, sentenciam aliviados Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho: “Como diferem nossos costumes de agora dos de cem anos atrás!”.³⁴¹ Diante dessas constatações, afirmava-se que o ano de 1853 representava o ingresso do Crato na modernidade.

³⁴⁰ PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará. 1963, p. 294.

³⁴¹ FIGUEIREDO FILHO, J de; e PINHEIRO, Irineu. *A cidade do Crato*. Min. da Educação e Cultura, 1953, p. 15.

Foi observando essas narrativas e as “verdades” que elas criaram que esse trabalho se propôs a pensar a naturalização de um discurso que afirmava a superioridade do Crato na região do Cariri. Partindo do pressuposto de que essa superioridade era uma construção cultural, me propus a pensar quem foram os artífices de tal construção e quais os argumentos usados para legitimar uma representação do Crato como cidade “heróica”, “tradicional”, “cultura”, “civilizada”, “progressista”, “histórica” e etc.

Lendo, relendo, procurando articulações e tentando compreender a construção dessas representações, me convenci de que foi principalmente a partir das comemorações do Centenário do Crato e com a criação do Instituto Cultural do Cariri que se tentou criar uma identidade local com base num passado glorioso. Identidade essa que foi alimentada pela produção de conhecimento sobre esse passado; logo, pela produção de histórias. Nesse sentido, os conteúdos das narrativas historiográficas do ICC buscavam municiar-se de referências identitárias que singularizassem a trajetória dessa cidade ao longo do tempo.

Ao tentar empreender uma análise crítica dessa produção, devo reconhecer a importância e o esforço dos membros do ICC em organizar um material que desse a conhecer a trajetória histórica da cidade do Crato. Desse investimento no passado resultaram estudos de história voltados para o reconhecimento e o aproveitamento político. Foi pensando nesses usos do passado que esse trabalho focou a atuação do Instituto Cultural do Cariri na construção de um passado glorioso e povoado de heróis.

No primeiro capítulo, tentei mostrar como, já na sua formação, o ICC tinha em mente produzir uma história dos vencedores, uma história que servisse de modelo para as gerações futuras, com seus protagonistas elevados à condição de heróis. Pela leitura das atas, dos estatutos e da revista desse instituto busquei demonstrar que houve um esforço de produção de um discurso uníssono acerca do passado, um discurso que não desse margem a questionamentos e, muito menos, revelasse dissensões internas o que, obviamente, nem sempre aconteceu.

Propus demonstrar como a revista *Itaytera*, buscou “cratizar” a história do Cariri, tomando a cidade como palco de todos os acontecimentos

considerados, pelos membros do ICC, como históricos e importantes. Ainda nesse capítulo, apresentei os homens letrados que mais produziram histórias naquele *lugar de memória*, discutindo como estiveram presos aos parâmetros de uma história geralmente chamada de positivista, que acreditava na necessidade de se utilizar o documento “original” para exprimir a “verdade” do passado. Ademais, tentei mostrar como essas pessoas se reconheceram e foram reconhecidos como historiadores e quais diálogos que estabeleceram para afirmação de que suas histórias eram mais “*verdadeiras*” do que outras.

No segundo capítulo, retomei o momento em que a entidade surgiu, destacando a participação dos membros do ICC na organização dos festejos comemorativos do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, em outubro de 1953. Nesse momento, tentei debater tanto a comemoração quanto o que se comemorava. Minha intenção foi perceber como a festa centenária buscou criar e reforçar sentimentos de pertencimento, de unidade, de comunidade, destacando para isso a maneira como os organizadores da festa se apropriaram das tradições populares para forjar uma coerência interna e um sentido de *ser cratense*.

Finalmente, no terceiro capítulo, quis pôr em destaque qual era o passado de que tanto falavam os historiadores do ICC. Como vimos, os discursos sobre a participação de uma parcela da população do Crato no movimento contestatório de 1817 foi tomado como o “grande” passado glorioso. As representações sobre esse acontecimento não se cansavam de destacar que aqueles oito dias foram suficientes para colocar o Crato, definitivamente, na vanguarda do progresso. Quis articular essa leitura do passado aos projetos de construção do futuro, demonstrando como esse tempo pretérito foi usado para justificar as intervenções urbanas, as tentativas de moldar comportamentos dos habitantes e de afirmar que a cidade era predestinada aos ideais de modernidade e progresso.

É certo que, em alguns pontos, eu tenha causado no leitor a sensação de que determinados aspectos poderiam ter sido mais explorados. Mas, se esse trabalho tiver algum mérito suponho que seja o de servir como ponto de partida aos interessados em compreender a atuação de grupos intelectuais na região do Cariri. Ademais, é óbvio que esse estudo não esgota as

possibilidades de pesquisa sobre o Instituto Cultural do Cariri. Identifiquei, durante a leitura do material que me serviu de fonte, alguns assuntos que podem e merecem ser mais explorados.

A análise de como os usos da natureza podem servir de suporte para a definição de identidades é uma dessas possibilidades de pesquisa. Encontrei nos artigos da revista *Itaytera* várias indicações de como a biodiversidade foi usada para definir e afirmar a singularidade de um determinado território. Nesse sentido, são recorrentes discursos sobre a preservação, “salvação” e/ou “patrimonialização” da Chapada do Araripe, por exemplo.

Quando lia sobre a organização dos festejos centenários, encontrei uma série de referências aos esportes, sobretudo ao futebol, na cidade do Crato. Destaco aqui as reivindicações para um maior investimento do poder público na construção de campos de futebol e no patrocínio das equipes.

É possível também pensar numa pesquisa que leve em conta as propostas de inserir o Crato e, por extensão, a região do Cariri, num roteiro turístico dentro do Ceará. Demonstrativo dessa intenção é que foi criado, na década de 1960, no Instituto Cultural do Cariri, o “Grupo de Trabalho para o Turismo no Cariri”.

As tentativas de incluir a história do Cariri como disciplina escolar é outra rica possibilidade de pesquisa.

Para quem se interessar por questões mais próximas às abordadas neste trabalho, poderá servir de estudo a atuação do Instituto Cultural do Vale Caririense, fundado em meados da década de 1970 em Juazeiro do Norte. Este estudo poderia, por exemplo, traçar um comparativo com o seu congênere no Crato, buscando aproximações e distanciamentos entre ambos.

Ao propor essas questões, penso nas diferenciadas formas de elaboração da história em torno do Crato e da região do Cariri, dando ensejo a que a produção historiográfica local ganhe, cada vez mais, representatividade.

FONTES

a) Impressos e digitais

ARAÚJO, Antonio Gomes de. *1817 no Cariri* (História Polêmica). Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Cadernos de Cultura 01. Tipografia e Papelaria do Cariri, 1962.

_____. *A cidade de Frei Carlos*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas – v. V, 1971.

_____. *Povoamento do Cariri*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. 1973 (Coleção Estudos e Pesquisas, v. VI)

_____. *Um civilizador do Cariri e outros estudos*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. 1980 (Coleção Estudos e Pesquisas, v. VII)

AQUINO, J. Lindemberg de. *Roteiro Biográfico das Ruas do Crato*. 2ª edição. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Casa José de Alencar, Coleção Alagadiço Novo. 1999.

BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato intelectual. Dados bio-bibliográficos*. Coleção Itaytera. Crato: [s/n], 1995.

_____. *Memória Histórica da Comarca do Crato*. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar. 1997.

_____. *Reminiscências: o meu itinerário*. Fortaleza: ABC Editora, 2007.

BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a História do Cariri*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007. [fac-símile].

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. v.I (capítulos 1-5). Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

_____. *História do Cariri*. v.II (capítulos 6-9). Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

_____. *História do Cariri*. v.III (capítulos 10-14). Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

_____. *História do Cariri*. v.IV (capítulos 15-17). Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

_____. *O Folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Folgedos infantis caririenses*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

_____. *Meu mundo é uma farmácia*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1996.

_____. *Engenhos de rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Editora do Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. (Documentário da vida rural, nº 13), 1958.

_____. *Renovação: romance de aspectos sociais do nordeste brasileiro*. São Paulo: Livraria Editora Odeon, 1937.

MARTINS FILHO, Antonio & GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1966.

MARTINS FILHO, Antonio. *Memórias I – menoridade. 1904-1925*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará/UFC, 1991.

NASCIMENTO, F.S. *Crato: Lampejos Políticos e Culturais*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial. UFC. 1998.

NEVES, Napoleão Tavares. *Primeiro templo católico do Cariri e outros fatos históricos*. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 2000.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. [fac-símile].

PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Cidade do Crato*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

SOBREIRA, Azarias. Em defesa de um abolicionista. *In: O Patriarca de Juazeiro*. Petrópolis: Oficinas Gráficas da Editora Vozes, 1969.

SOUSA, José Newton Alves de. *Cariri, Nordeste e universidade*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.

Estatutos do Instituto Cultural do Cariri - reformado em Assembléia Geral Extraordinária do ICC e publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 28 de novembro de 1976.

Lei nº 002353, de 26 de Novembro de 1954, que autoriza crédito especial para construção, no centenário da cidade, do monumento comemorativo de suas tradições cívicas. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=209813.

b) Periódicos

Revistas:

- Itaytera (1955-2000)
- A Província (1953-1955)
- Revista do Instituto do Ceará (Tomo LXV, 1952; Tomo LXXIV, 1960; Tomo LXXV 1961)

Jornais:

- Folha do Cariri (1965 - 1967)
- A Ação (1966-1979)
- O Povo (Agosto – Novembro 1953)
- Folha da Semana – suplemento especial ilustrado, comemorativo do centenário do Crato. (17/10/1953)

c) Manuscritos

- Livro de Atas do Instituto Cultural do Cariri (v. I 1953-1957)
- Livro de Atas da câmara de vereadores do Crato (v, I-V, Março de 1951- Abril de 1960)

d) Fontes Orais

- Francisco Huberto Cabral (74 anos) – entrevista realizada em 30 de Janeiro de 2010. Foi secretário geral do ICC. É jornalista. Está presente, como cerimonialista, nos eventos públicos que tratam da história da cidade ou de seus nomes ilustres. É fonte recorrente entre os pesquisadores pelo seu rico acervo documental e por ter memorizado as efemérides da cidade.
- Manuel Patrício de Aquino – entrevista realizada em 06 de Junho de 2009. (70 anos). Escreveu para os jornais Folha do Cariri e A Ação e para as revistas Itaytera e A Província. Quando foi realizada essa entrevista, ocupava a presidência do ICC.
- Raimundo de Oliveira Borges (102 anos) – entrevista realizada em 08 de Junho de 2009. Foi um dos fundadores do ICC, onde ocupou o cargo de secretário, depois de presidente, foi ainda membro da comissão de organização da Revista Itaytera. Exerceu o cargo de diretor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia do Crato. Foi um dos idealizadores do projeto de eletrificação do Cariri pela hidrelétrica de Paulo Afonso.
- Oswaldo Alves de Souza (82 anos) – entrevista realizada em 25 de Julho de 2010. Jornalista responsável pela publicação do Jornal Folha da Semana, que publicou um suplemento especial ilustrado, com cem páginas, para comemorar o centenário da cidade. Escreveu para jornais e revistas que circulavam no Crato, entre elas A Província e Itaytera. Sócio do ICC.

e) Outras fontes

-Blog do Crato: <http://blogdocrato.blogspot.com/>

-O Democrato: <http://odemocrato.blogspot.com/2008/03/blogpost.html>

-Assembleia Legislativa do Ceará:
<http://www.al.ce.gov.br/memorialpontesneto/Livro55.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUALUSA, José Eduardo. *O Vendedor de Passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza – Crato (1859)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- _____. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato – Rio de Janeiro (1859-1960)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.
- ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. João Pessoa, 2010. UFPB. Dissertação de Mestrado.
- ALVES, Maria Daniele. *Desejos de civilização: representações liberais no jornal O Araripe (1855-1864)*. Fortaleza, 2010. UECE. Dissertação de mestrado.
- AMADO, Janaína. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos Antonio da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- ARANTES, Antonio. *A guerra dos lugares*. In: *Cidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. pp.191-203.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a História e a Memória*. Bauru: EDUSC, 2000.
- BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *A Experiência Humana e o Ato de Narrar. Ricoeur e o lugar da interpretação*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 17, nº 33, 1997, pp. 293-305.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo. Cia. das Letras, 2007.
- BEZERRA, Antonio. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. [fac-símile].
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo. Ed. UNESP, 1997.

BORGES, Jorge Louis. *Funes, O Memorioso. Prosa Completa*. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, v. 1, pp. 477 – 489.

BOTELHO, André (org). *O Moderno em Questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região* In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Historia e historiografia das cidades, um percurso*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CATROGA, Fernando. *Ritualizações da História*. In: *A História da História em Portugal – séculos XIX-XX: da Historiografia à Memória Histórica*. Temas e Debates, Coimbra, 1998. pp. 221-361.

_____. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *Política Cultural e Tradição Letrada: A Elite Intelectual do Ceará na Gestão Pública da Cultura*. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia [et al]. *Escolas e culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. *A Operação Historiográfica*. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *A Cultura no Plural*. Campinas, SP: Papius, 2005.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. *História da História ou da Historiografia como História Social*. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes & MARIANO, Serioja R.C. (orgs). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XX*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro, 2000. UFRJ. Dissertação de Mestrado.

_____. *Histórico da Exposição do Crato*. [s.d].
(mimeo).

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. *Memórias Descarrilhadas: O Trem na Cidade do Crato*. Fortaleza, 2008. UFC. Dissertação de mestrado.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joaseiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DIAS, Margarida Maria Santos. *A produção Historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Anais do XII Simpósio Nacional de História. João Pessoa. 2003.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.

DOSSE, François. *A História*. São Paulo: EDUSC, 2003.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. *Crato: evolução urbana e arquitetura*. 1740-1960. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FENTRESS, James. & WICKHAM, Chris. *Memória Social: Novas perspectivas sobre o passado*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, Antonio Celso. *Vida (e morte?) da epopéia paulista*. In: _____. [et al.]. *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 91-105.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2009

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional* In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1998.

_____. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp, 23-41.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. SP. Martins Fontes, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o passado*. In: *Projeto História*. São Paulo, (17), nov, 1998.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARIANO, Serioja R. C. *A Paraibanidade como Culto: A construção dos Discursos Históricos sobre 1817 no IHGP*. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja R. C. (orgs.). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XX*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

MARQUES, Roberto. *Contracultura, tradição e oralidade: (re) inventando o sertão nordestino na década de 70*. SP: Annablume, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOBRE, Edianne dos Santos. *O teatro de Deus: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (Ceará, 1889-1898)*. Natal, 2010. UFRN. Dissertação de Mestrado.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *SP: 450 anos: a cidade aniversariante e o patrimônio*. 2005/6, p. 160. In: *Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História*. UNESP-Assis. SP. 2005; 2006, v.13 e 14.

NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. São Paulo: Revista Projeto História, nº 10, 1993. pp, 71-92.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. PUC – São Paulo. Tese de Doutorado

_____. *O Cariri na cultura história do século XIX*. In: CAVALCANTE, Maria Juraci. Maria Juraci Maia et al. *História da Educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. pp, 418-431.

OLIVEIRA, José Jézer de. (org). *Crato Tênis Clube: relembração de um tempo glamouroso*. Crato: [s.n], 2010.

OZOUF, Mona. *A festa Sob a Revolução Francesa*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, 1992. pp, 03-15.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto história. São Paulo, (14), fev. 1997.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. *Padres, Coronéis e Ativistas Sociais: O Cariri à Época da Usurpação Militarista. 1964-1985*. 2010. UFC. Tese de Doutorado.

RAMA, Angel. *Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Crise de Identidade Nacional e a Festa da Rememoração nos anos 90 em Portugal*. In: *Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 13, julho de 2000. pp, 63-84. Disponível em www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/download/6716/4023.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RONCAYOLO, Marcel. *Cidade*. In: Enciclopédia Enaudi. Porto: Imp. Nacional, 1986. pp,

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte, Cia. das Letras/UFMG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. *Rumores: a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950)*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SOUSA, Samuel Pereira de. *Tessituras da memória: os relatos orais e a resignificação do cotidiano integralista na cidade de Barbalha - CE (1933-1950)*. In: revista *Historiar*, ano II, n. 1. Disponível em: <http://www.uvanet.br/revistahistoriar/janjun2010/14_tessituras.pdf. p, 215-25>.

SOUZA, Simone de. Neves, Frederico de Castro (org). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.